

**Pombalismo, Jesuítas e a Terra nas Velhas Conquistas: Confisco e
Redistribuição de Propriedade Fundiária na Goa Setecentista**

Edgar Francisco Cravo Bertrand Pereira

Dissertação

de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos

Agosto, 2013

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Moderna e dos Descobrimentos, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Susana Münch Miranda e do Professor Doutor José Vicente Serrão

A presente dissertação foi realizada no âmbito do Projecto PTDC/HIS-HIS/113654/2009 – TERRAS ALÉM DOS MARES – DIREITOS DE PROPRIEDADE NO IMPÉRIO PORTUGUÊS MODERNO, financiado pela FCT

AGRADECIMENTOS

Um trabalho desta natureza é sempre resultado de inúmeros apoios, uns directamente ao nível de conteúdo, outros na forma (ajudas técnicas), outros simplesmente de convívio e de relacionamento interpessoal.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus orientadores, Professores Susana Miranda e José Vicente Serrão, pela disponibilidade que sempre demonstraram para escutar as minhas dúvidas, tecer comentários e discutir comigo ideias e pontos de vista relativos a este trabalho académico. Quer no âmbito da elaboração desta dissertação, quer do projecto *Lands over Seas. Direitos de Propriedade no Império Português Moderno*, no qual tive o privilégio e prazer de participar, ambos contribuíram bastante para a minha formação intelectual. Não esqueço, também, o seu contributo essencial na oportunidade fantástica que se abriu para mim e que me vai permitir, nos próximos anos, continuar os meus estudos num país estrangeiro. Como é evidente, qualquer falha contida nesta dissertação só a mim exclusivamente pode ser imputada.

Aos demais membros da equipa de Lisboa desse projecto de investigação endereço o meu segundo agradecimento. À professora Ângela Barreto Xavier que aceitou escrever-me uma carta de recomendação que me permitiu, na altura, candidatar-me a uma bolsa que subsidiaria um período de investigação em Goa (mas que infelizmente não se veio a proporcionar), à Doutora Eugénia Rodrigues, à Bárbara Direito, à Maria Bastião, agradeço a excelente convivência vivida nos seminários do projecto LAOS, os interessantes e animados debates e discussões de textos que neles tinham lugar.

Aos amigos e colegas com quem convivi, não só ao longo dos meses em que se foi concretizando este trabalho mas também ao longo dos últimos anos, estou grato pelo convívio e vivências que, indirectamente é certo, não deixaram também de contribuir para esta dissertação. Gostaria de destacar alguns daqueles com quem mais proximamente partilhei a elaboração desta dissertação, particularmente nas longas manhãs e tardes de trabalho que se estenderam durante todo o Verão. Ao Carlos, ao

André, à Micas, à Adriana e à Tânia se deve também o produto final que aqui se tem em mãos.

Não gostaria de deixar de mencionar, igualmente, a minha família, que assegurou todas as condições afectivas e materiais para que a minha formação tenha sido ao longo dos anos a principal prioridade na minha vida, permitindo que me pudesse focar inteiramente na elaboração desta dissertação.

Por último, gostaria de deixar um obrigado especial à minha mãe, não só pela enorme ajuda dada na elaboração dos quadros e gráficos e na leitura que fez de algumas partes do texto, mas sobretudo pelos incentivos e encorajamentos que persistentemente me dirigiu ao longo do último mês, quando, perante o apertar dos prazos, era fácil desmotivar e ceder à tentação do cansaço.

POMBALISMO, JESUÍTAS E A TERRA NAS VELHAS CONQUISTAS: CONFISCO E REDISTRIBUIÇÃO DE PROPRIEDADE FUNDIÁRIA NA GOA SETECENTISTA

EDGAR FRANCISCO CRAVO BERTRAND PEREIRA

PALAVRAS-CHAVE: jesuítas, confisco, redistribuição, terra, Goa

RESUMO

Os aspectos políticos e ideológicos por trás da expulsão dos jesuítas de Portugal e do seu Império, durante o governo do Marquês de Pombal, são bem conhecidos e têm sido exaustivamente estudados pela historiografia. Todavia, o mesmo não acontece relativamente aos aspectos económicos que permanecem, na sua maior parte, por estudar. Isto é particularmente verdadeiro para os territórios ultramarinos da Coroa Portuguesa, onde, se descontarmos algumas notas sobre o caso brasileiro, pouca ou nenhuma informação há sobre o impacte causado pela supressão dessa ordem religiosa. Nos territórios de Goa, o centro político do Império Português do Oriente, a Companhia de Jesus tinha forte presença desde o século XVI, possuindo um grande número de explorações, quintas e receitas derivadas da terra (bem como outras fontes de renda provenientes de actividades que vão desde o comércio aos interesses financeiros). Aqui, com a extinção da ordem religiosa iniciou-se um processo de confisco e posterior redistribuição das suas propriedades e fontes de receita.

Esta dissertação de mestrado refere-se precisamente ao confisco e redistribuição desses recursos económicos que a Companhia de Jesus possuía nos arredores da capital do Estado da Índia.

Tentar-se-á abordar várias questões: em primeiro lugar, através da identificação e quantificação das propriedades e recursos distribuídos pela Coroa após o confisco procura-se entender quanta terra, recursos dela provenientes e receita a ordem possuía ou controlava à data.

Em relação ao processo de redistribuição vai analisar-se a sua real implementação: que instituições supervisionaram o processo; quais eram os objectivos e directrizes do poder dominante sobre a redistribuição; o que aconteceu às propriedades; como forma entregues a interesses privados; quais as soluções jurídicas e institucionais utilizadas na doação das terras, ou melhor, dos direitos sobre as terras. Vai, igualmente, tentar esclarecer-se a participação dos agentes sociais e interesses colectivos em todo o processo: quem realmente beneficiou de acesso das riquezas fundiárias deixadas pelos jesuítas e, pelo contrário, quem foi excluído ou menos favorecido pela política redistributiva da coroa; quais os requisitos necessários para receber direitos de propriedade fundiária do Estado Imperial. Por último, vai analisar-se o impacte que o confisco e a redistribuição teve sobre a estrutura financeira do Estado Imperial no mercado de acesso às terras e sobre as relações de poder e influência entre os agentes sociais e políticos que actuavam no centro do império português na Ásia.

**POMBALISM, JESUITS AND THE LAND AT THE «VELHAS CONQUISTAS»;
CONFISCATION AND REDISTRIBUTION OF LANDED PROPERTY ON THE EIGHTEENTH
CENTURY GOA**

EDGAR FRANCISCO CRAVO BERTRAND PEREIRA

KEYWORDS: jesuits, confiscation, redistribution, land, Goa

ABSTRACT

The political and ideological aspects behind the expulsion of the Jesuits from Portugal and its Empire during the rule of the Marquis of Pombal are well known and have been thoroughly studied by the historiography. However, the same cannot be said about its economic aspects, which remain for the most part unstudied. This is particularly true for the overseas territories of the Portuguese Crown, where, if we discount some notes on the Brazilian case, there is little to no information regarding the impact caused by the suppression of that religious order.

In the territories of Goa, the political center of the Portuguese Eastern Empire, the Society of Jesus had a strong presence since the 16th century - owning a great number of holdings, estates and revenue derived from land (as well as other sources of income that came from activities ranging from commerce to financial interests). Here the extinction of the religious order launched a process of confiscation and subsequently redistribution of its landed properties and sources of income.

This M.A. Dissertation concerns precisely the confiscation and redistribution of these economic resources that the Society of Jesus owned in the vicinity of the capital of the *Estado da India*.

We will attempt to answer several questions, and address multiple issues: Firstly, through the identification and quantification of the properties and resources distributed by the Crown after the confiscation, I will try to understand how much land, landed resources and sources of revenue the religious order controlled.

Concerning the actual redistributive process, we will analyze its actual implementation: which institutions supervised it; which were the objectives and directives of the ruling power regarding the redistribution; what came to be of the properties? How were they given to private interest? What were the juridical and institutional solutions used to give away the land (or better, rights over land)?

Furthermore, we will try to enlighten the participation of social agents and collective interests on the whole process: Who actually gained access and enjoyed the landed riches left behind by the Jesuits? On the contrary, who was excluded or, at least, less favored by the redistributive policy of the crown? What were the requisites needed in order to receive property rights from the Imperial State?

Lastly, we will assess the impact that the confiscation and redistribution had on the financial structure of the Imperial State, on the land access market, and on the relationships of power and influence between the social and political agents acting on the center of the Portuguese empire in Asia.

ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo I: Bases do património económico e fundiário da Companhia de Jesus no Oriente e em Goa.....	15
1. Legitimação da riqueza temporal da Ordem e as suas contracorrentes.....	18
2. Evolução diacrónica da aquisição e disposição de bens de raiz	23
3. Caracterização do património fundiário da Companhia de Jesus em Goa.....	29
Capítulo II: Pombalismo e Anti jesuitismo	35
1. Pombalismo: Rupturas e impacte – um debate historiográfico	35
2. Reformas ultramarinas do consulado pombalino: o modelo do «Governo Polido»	40
3. O anti jesuitismo pombalino: causas e motivações da expulsão dos Inacianos	47
4. A Expulsão dos Jesuítas do Estado da Índia.....	56
Capítulo III: A Junta de Administração dos bens dos jesuítas em Goa: desígnios e disposições régias sobre o património confiscado.....	59
1. A Junta de Administração: orgânica e funcionalidade	60
2. Partição, organização e gestão do património confiscado	71
3. Balanço do funcionamento	79
Capítulo IV: Redistribuição da propriedade fundiária jesuítica	83
1. Inventários das receitas da administração do confisco	87
2. Geografia das receitas e da distribuição patrimonial.....	90
3. Análise da propriedade jesuítica confiscada	100
3. 1. Tipologia	100

3. 2. Modalidades jurídicas de concessão de direitos de propriedade	104
3. 3. Rendimento dos imóveis	110
3. 4. As fontes de rendimento confiscadas à Companhia de Jesus e as receitas da coroa: uma análise paralela	114
3. 5. Perfil dos detentores de direitos de propriedade	116
3. 6. Caracterização sócio religiosa dos proprietários	119
3. 7. Balanço	121
Conclusão	125
Fontes e Bibliografia	131
Índice de Tabelas	139
Índice de Gráficos	140
Apêndice A. Fontes de receita da administração do Confisco (primeira metade da década de oitenta de Setecentos)	i

INTRODUÇÃO

Tema, objecto de estudo e problemáticas

A dissertação que aqui se inicia parte de um problema em concreto – a ausência de estudos que procurem aferir concretamente os impactes gerados pela extinção da Companhia de Jesus (decretada em 1759) nos vários territórios que compunham a monarquia pluricontinental portuguesa.

A influência da ordem religiosa, não apenas ao nível da acção missionária, mas também cultural, económica e política, é desde há muito reconhecida e estudada pela historiografia. Em particular, os fundamentos políticos e ideológicos que explicam a expulsão da ordem, durante o consulado pombalino, foram abundantemente considerados. Questões como a da secularização dos fundamentos do poder régio, a «centralização», a difusão de novas correntes intelectuais face às quais a ordem religiosa se teria batido obstinadamente, ou o chamado «Processo dos Távoras», entre outras, são recorrentemente citadas.

O mesmo não pode ser dito a respeito da concretização da expulsão dos religiosos e do desmantelamento da estrutura que a Companhia de Jesus implementara. Efectivamente, existe apenas um conhecimento muito difuso sobre a forma como se processaram as operações de detenção dos religiosos, a deportação daqueles que se espalhavam pelas conquistas, a tomada de controlo dos colégios e estabelecimentos ou, ainda, o confisco dos bens e a sua incorporação na Coroa.

Contudo, é ainda menor o conhecimento relativo ao destino subsequente desse património. Tal não deixa de ser uma omissão assinalável, não só devido ao interesse que a historiografia demonstrou relativamente à desamortização dos bens nacionais

levada a cabo pelo regime Liberal no século seguinte¹, mas, também, porque a análise do recheio do confisco permitiria aceder ao património que os jesuítas detinham em meados do século XVIII - obtendo-se a partir daí um referencial que permitiria análises idênticas para períodos mais recuados, e o conhecimento dos ritmos evolutivos desse património.

A presente dissertação pretende ser, assim, um contributo para um conhecimento mais preciso, sustentado qualitativa e quantitativamente, dos níveis de riqueza económica dessa instituição religiosa². Este contributo tem uma incidência temática e geográfica bem determinada. Incide sobre um recurso específico do pecúlio dos inacianos, a terra, que, no seguimento da desamortização, foi cedida e colocada à disposição de um conjunto de agentes e entidades. Geograficamente, essa redistribuição da propriedade fundiária jesuítica é analisada para o contexto específico dos territórios contíguos à capital do Estado da Índia, Goa - as chamadas Velhas Conquistas³, na qual a ordem religiosa gozava, desde o século XVI, de sólida e difundida implantação.

Pretende-se, assim, considerar o desenrolar e a concretização deste processo distributivo, explicitando quais foram as soluções institucionais adoptadas, como foram materializadas na prática e em que medida os diferentes grupos sociais e interesses em presença nele intervieram.

Atentar na redistribuição dos bens de raiz, nomeadamente os prédios rústicos, que aquela instituição regular detinha nas Velhas Conquistas permite considerar uma outra problemática de natureza mais abrangente, que diz respeito à valorização da terra no Estado da Índia na segunda metade de Setecentos. Ou seja, em que medida

¹ SILVA, António Martins da, «A Desamortização. O fenómeno desamortizador e a sua inserção histórica in *O Liberalismo* (1807-1890), volume V de *História de Portugal*, coordenação de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, direcção de José Mattoso, Lisboa: Círculo de Leitores, p. 339.

² Esta dissertação dedica-se ao estudo de dimensões mais propriamente «temporais» (e dentro destas, principalmente económicas – apenas secundariamente político-institucionais) da presença e supressão da Companhia de Jesus no Estado da Índia e em Goa. Não serão, à partida, abordados nesta dissertação os aspectos de ordem «espiritual», nomeadamente, os reajustamentos que a extinção da ordem implicou na estrutura eclesíástica do Padroado Português.

³ Encontram-se, assim, fora do âmbito deste trabalho, todos bens móveis e demais recursos detidos pelos inacianos, que não se reportem estritamente aos solos, como por exemplo, os empreendimentos comerciais e financeiros ou riquezas artísticas e mobiliário.

um grande manancial de terras que subitamente é colocado no mercado fundiário despertou o interesse dos agentes socioeconómicos dos territórios contíguos à capital do Estado da Índia, mobilizando-os no sentido da obtenção de direitos de posse, ou meramente de usufruto sobre esses bens de raiz?

Terá sido a participação no processo redistributivo sintomático de um interesse de tipo novo – ou, pelo menos, numa escala diferente – relativamente aos recursos fundiários, numa frente do Império português da época moderna onde a apropriação da terra e o controlo do espaço foi estruturalmente remetida para segundo plano⁴? Espelharia este interesse, tal como certos autores postulam⁵, um movimento de reconversão estrutural do Estado da Índia, transitando de uma unidade político-administrativa vocacionada para o controlo da rede comercial, para uma assente na ocupação de *continuuns* territoriais e na economia de produção, nomeadamente agrícola?

Esta é uma proposta interpretativa que se procurará confrontar, colocando-a como pano de fundo à luz do qual é considerado o processo de redistribuição dos bens de raiz que os inicianos detinham nos territórios da capital do Estado Português da Índia.

Ao procurar aferir o enquadramento político institucional ao confisco e redistribuição da propriedade fundiária, esta dissertação insere-se numa problemática subsidiária que é a do Pombalismo. As directrizes tomadas relativamente à administração das terras jesuíticas confiscadas enquadram-se nas políticas seguidas pelo consulado de Sebastião José de Carvalho e Melo, quer ao nível da agricultura e das questões agrárias⁶ - particularmente no que se refere aos institutos legais de amortização e utilização da terra – mas, também, da administração das possessões

⁴ THOMAZ, Luís Filipe, «Estrutura Política e Administrativa do Estado da Índia no século XVI» in *De Ceuta a Timor*, Lisboa: Difel, 1994, pp. 207-243.

⁵ DIAS, Remy, *Socio-Economic History of Goa with special reference to the Comunidade System, 1750-1910*, Dissertação de Doutoramento (não publicada) apresentada à Universidade de Goa, 2004; MALEKANDATHIL, Pius, «Economic Process, Ruralisation, and Ethnic Mutation. A Study on the Changing Meanings of Lusitanian Space in India, 1780-1840» in *Itinerario*, vol. XXXV, nº 2, 2011, pp. 48-62.

⁶ Sobre esta temática ver principalmente, SERRÃO, José Vicente, *O Pombalismo e a Agricultura*, Lisboa, trabalho de síntese para a realização de provas de aptidão pedagógica e científica: ISCTE, Lisboa (texto mimeografado), 1987.

ultramarinas, nomeadamente no Estado da Índia Oriente. A expulsão da Companhia de Jesus e administração dos bens confiscados são, assim, consideradas à luz das reformas que foram implementadas na administração do império português. Estas serão, no âmbito desta dissertação, consideradas quer nos seus aspectos eminentemente teóricos, mais da ordem de uma metodologia governativa - o que tem sido definido por alguma historiografia recente como o «Governo Polido»⁷; quer naqueles mais específicos, que dizem respeito à reforma da agricultura nos territórios do *hinterland* goense⁸.

Limites Cronológicos

O nosso propósito de filiar a política de concessão das terras jesuíticas no consulado pombalino ou nas instituições político-administrativas onde ele deixou a sua marca deveria ditar o ano de 1777 como limite cronológico posterior. Neste ano concluíam-se o reinado josefino, na sequência do qual o Marquês Pombal, caído em desgraça, era afastado da corte. Contudo, uma vez que os processos de administração dos bens confiscados aos religiosos expulsos e de concessão das suas terras se estenderam para além do valimento de Carvalho e Melo, e porque as idiossincrasias da disponibilidade documental assim o exigem, será necessário ir além dos anos do Pombalismo, avançando-se até à última década do século⁹.

Ao nível das balizas temporais anteriores, será necessário empreender alguns recuos. A expulsão dos jesuítas que permite à coroa apropriar-se do seu património (o

⁷ Por exemplo, SANTOS, Catarina Madeira, *Um Governo «Polido» para Angola. Reconfigurar Dispositivos de domínio (1750-1800)*, Dissertação de doutoramento em História, variante de História Moderna e dos Descobrimentos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa, 2005.

⁸ RODRIGUES, Eugénia, «A agricultura: entre as comunidades de aldeia e os empreendimentos estatais» in *O Império Oriental (1660-1820)*, tomo II, vol. 5 de *Nova História da Expansão*, coordenação de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa: Editorial Presença, 2006, pp. 449-510.

⁹ Ao nível da ultrapassagem dos limites cronológicos do pombalismo, são consideradas as continuidades de agenda e práticas políticas entre o pombalismo e o reinado Mariano, apesar da imagem de «Viradeira» que lhe está associada. Sobre as reapreciações historiográficas do reinado de D. Maria nomeadamente no que ao seu posicionamento face ao consulado pombalino diz respeito ver, por exemplo, SUBTIL, José, «The Evidence of Pombalism: Reality or Pervasive Clichés?», in *e-journal of Portuguese History*, vol.5, nº 2, 2007.

decreto da extinção da ordem da Monarquia Portuguesa data de 1759) representa o ponto de partida do desenvolvimento desta dissertação. Contudo, por imperativos de contextualização é necessário abordar a implantação inicial da Companhia de Jesus nos territórios de Goa em meados do século XVI, apresentar alguns apontamentos sobre as vias de enriquecimento da Ordem e explicitar como os seus estabelecimentos foram concentrando propriedade fundiária.

Estado da Questão

Não se pode considerar que seja escassa a literatura existente sobre a presença da Companhia de Jesus a Leste do Cabo da Boa Esperança, nomeadamente na capital do Estado da Índia.

A maioria dos títulos está centrada na forte implementação territorial que a ordem alcançara nas Velhas Conquistas, nomeadamente nas Províncias de Tiswadi e Salsete, através da posição central que ocupava na estrutura paroquial e missionária - a que não foi alheio o favorecimento que a coroa, enquanto administradora do padroado português do Oriente, dispensou consistentemente, pelo menos no primeiro século de presença portuguesa na Índia, às ordens religiosas, e em particular aos inicianos.

Além destes aspectos dominantes, mais da política espiritual da coroa e das relações do poder régio com as instituições eclesiásticas, a bibliografia não tem deixado, contudo, de assinalar, ainda que brevemente, os principais esteios económico-financeiros que permitiram a dotação dos estabelecimentos jesuíticos (côngruas do padroado régio provenientes da Coroa, a obtenção dos bens dos *namoxins* e rendas dos pagodes¹⁰, captação do dízimo)¹¹.

¹⁰ Recursos materiais, nomeadamente de cariz fundiário, que na sociedade goesa, estavam alocadas à sustentação dos espaços de culto hindu e que seriam subsequentemente transferidos para a alçada das ordens religiosas.

¹¹ Nomeadamente as linhas de investigação privilegiadas em anos recentes por autores como Ângela Barreto Xavier, ou Inês Zupanov, ou, ainda, Maria de Deus Beites Manso, que se sobretudo interessados nos processos de interação cultural e sociológica entre os missionários, autoridades imperiais e as populações autóctones fornecem, não obstante, apontamentos relevantes sobre as formas de dotação

A espaços, a literatura especializada na presença das ordens religiosas na Índia dos portugueses vai destacando exemplos de como essas fontes de rendimento foram sendo incrementadas e diversificadas (legados pios, aquisição, doações de particulares, várias formas de coacção, captação de várias rendas fundiárias, comércio e actividades creditícias). Fá-lo, contudo, a maior parte das vezes de forma parcelar, recorrendo a exemplos ilustrativos e sem pretensões sistematizadoras (embora aqui seja necessário admitir que o estado de grande dispersão em que a documentação se encontra, não ajude)¹². Existem alguns artigos e capítulos de obras colectivas, invariavelmente de reduzida dimensão, que têm fornecido contributos directos relativamente à questão das fontes de rendimento que a Companhia de Jesus tinha à sua disposição¹³. Esta carece, contudo, de estudos numa escala mais ambiciosa¹⁴.

Alguma da produção historiográfica tem-se interessado na forma como o surgimento em cena dos jesuítas (e das outras ordens religiosas), em meados do século XVI e continuação da sua presença no século XVII, veio bulir com a organização económica das comunidade aldeãs pré-existentis no território de Goa,

financeira e empreendimentos económicos (particularmente ao nível do acesso à terra) das ordens religiosas. Vejam-se, a título representativo, títulos como: XAVIER, Ângela Barreto, *A Invenção de Goa. Poder Imperial e Conversões Culturais nos Séculos XVI e XVIII*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008; ZUPANOV, Inês, *Missionary Tropics. The Catholic Frontier in India (16th-17th centuries)*, Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2005; MANSO, Maria de Deus Beites, *A Companhia de Jesus na Índia: 1542-1622. Aspectos da sua Acção Missionária e Cultural*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Évora, Évora, 1999.

¹² Nomeadamente as obras de Dauril Alden e, especialmente de Charles Borges, que destacaremos devidamente nas linhas seguintes. Também no estudo de José Eduardo Fraco, sobre as visões e representações que desde o século XVI ao XX foram sendo projetadas sobre a Companhia de Jesus (historicizando a construção do chamado «mito dos jesuítas») aborda no terceiro capítulo da primeira parte do volume 1, a origem das fontes de riqueza económica da ordem e a forma com as potenciou e diversificou – também em Goa e no Estado da Índia, mas não só. FRANCO, José Eduardo, *O Mito dos Jesuítas. Em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)*, 2 vols., Lisboa: Gradiva, 2006. Continuam a manter-se extremamente úteis, as coletâneas documentais coligidas por autores clássicos no estudo das comunidades de aldeia e das relações institucionais da coroa com a sociedade goense do interior, onde abundam referências à obtenção de terras pela Companhia de Jesus. Referimo-nos, a título de exemplo, a: XAVIER, Francisco Nery, *O Gabinete Litterario das Fontainhas*, Nova Goa, 1846 (particularmente no segundo tomo).

¹³ MATOS, Artur Teodoro de, «Teres e haveres das ordens religiosas de Goa em finais do século XVI» in *Studia*, nº 53, 1994, pp. 219-228; SHASTRY, B. S., «Sources of income and items of expenditure of the Church of Goa (c. 1510-1800 AD): a note» in *Goan Society through the Ages*, edição de B. S. Shastri, Nova Deli: Asian Publication Series, 1987, pp. 35-47.

¹⁴ Ao nível destes estudos, o Brasil tem sido mais favorecido pela produção historiográfica. Cf., nomeadamente, ASSUNÇÃO, Paulo de, *Negócios Jesuíticos: A Administração dos Bens Divinos*. Tese de Doutorando apresentada à Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

nomeadamente ao nível do acesso e da capacidade para dispor da terra e dos recursos associados, e gerar conflitualidade¹⁵.

Contudo, se a presença da Companhia de Jesus em Goa tem vindo a ser tratada a montante (*terminus ad quo*), ou seja, sobre o seu estabelecimento e o período inicial da sua acção (ao que não é alheio o interesse substancialmente maior que tem despertado os estudos sobre a «Goa Dourada» do século XVI, do que cronologias posteriores), e se algumas informações e reflexões são fornecidas relativamente à evolução da ordem no século XVII, a situação da mesma a jusante, a sua saída de cena, permanecem praticamente inexploradas. Obras que tratam a Companhia de Jesus na diacronia não dedicam grande espaço na economia interna do seu discurso à extinção da Ordem, expulsão dos seus membros, desamortização do seu património e a reflectir sobre os efeitos resultantes desse desfecho.

Destacamos duas obras que abordando a presença dos jesuítas em Goa são sintomáticas desta tendência. A primeira é *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, its Empire and Beyond*¹⁶, obra de grande fôlego de Dauril Alden, sobre a acção dos jesuítas a toda a escala da Monarquia Portuguesa, que se dá por concluída nove anos antes da expulsão ocorrer¹⁷. A segunda é a dissertação de doutoramento de Charles Borges, vertida numa versão publicada intitulada *The Economics of the Goa Jesuits, 1542-1759: An explanation of their rise and Fall*¹⁸, onde o último capítulo é dedicado à expulsão e as suas consequências mais directas; contudo a abordagem é, como é de resto o caso para todo o restante livro, bastante panorâmica, cumulativa na apresentação da informação, débil no encadeamento desta e, em última análise, pouco problematizante. O autor apresenta algumas causas explicativas da queda em desgraça dos jesuítas à escala própria dos territórios de Goa e descreve genericamente as operações que materializaram o desmantelamento das estruturas da Ordem, informando sobre as directrizes gerais que se estipularam

¹⁵ Destaca-se a este nível um autor como Teotónio de Souza, em obras como: SOUZA, Teotónio, *Goa Medieval. A Cidade e o Interior no Século XVII*, Lisboa: Editorial Estampa, 1993; ou, ainda, XAVIER, Ângela Barreto, *A Invenção de...*, 2008.

¹⁶ ALDEN, Dauril, *The Making of an Enterprise, The Society of Jesus in Portugal, Its Empire and Beyond, 1540-1750*, Stanford: Stanford University Press, 1996.

¹⁷ O autor indica contudo que se encontra a preparar um segundo volume, onde provavelmente a expulsão e suas sequelas ocuparão lugar central.

¹⁸ BORGES, J. Charles, *The Economics of the Goa Jesuits, 1542-1759: An explanation of their rise and Fall*, Nova Deli: Concept Publ., 1994.

relativamente aos seus bens. Contudo, as sequelas da remoção da instituição eclesiástica não são de todo exploradas.

Relativamente à expulsão dos jesuítas do Estado da Índia destaca-se um pequeno artigo da autoria de J. Bacelar e Oliveira, onde é sintetizada, a partir do relato coetâneo do inaciano exilado, Padre José Caeiro, a cronologia fina da acção do governo tendo em vista a concretização das directrizes da corte relativas à extinção da ordem nos territórios orientais ¹⁹. A importância deste artigo é esta mesma, precisar no tempo curto as acções, levadas a cabo contra os jesuítas, que materializaram a detenção e deportação dos religiosos e a apropriação dos seus bens.

Com a dissertação de doutoramento de Remy Dias, trabalho onde se procura analisar diacronicamente o sistema de comunidade de aldeia e aferir a sua preponderância na história económico-social de Goa no período que vai de meados de Setecentos à Primeira República²⁰, há uma aproximação substancial à questão da desamortização e redistribuição da propriedade fundiária que os jesuítas detinham antes da sua expulsão. Neste trabalho, a extinção da Companhia em 1759 (vista como capítulo preliminar da supressão das Ordens Religiosas que ocorreria em 1835) é considerada em função da pressão/disponibilidade da terra em Goa. No entendimento do autor, esta ficaria a partir da segunda metade do século XVIII disponível em relativa abundância, não apenas graças à libertação dos solos controlados por esses detentores eclesiásticos, mas também por via da expansão territorial do Estado da Índia para as Novas Conquistas e de um movimento de reclamação de terra à natureza. O autor vai ainda mais longe, considerando que a expulsão dos inacianos desencadeou um processo de alteração na matriz agrário-fundiária da Goa rural que resultara na transferência da propriedade fundiária para as mãos de particulares empreendedores, retirando às gancarias e às estruturas comunitaristas a preponderância, enquanto reguladoras do acesso à terra e da disposição dos seus recursos, que até então haviam gozado²¹.

¹⁹ OLIVEIRA, J. Bacelar e, «Bloqueio, sequestro e desterro dos Jesuítas em Goa segundo a «História do Exílio» do P. José Caeiro» in *Didaskalia* XIII, Lisboa, 1983.

²⁰ DIAS, Remy, *Socio-Economic History of Goa...*, 2004.

²¹ Idem, *Ibidem*, p. 29.

A ideia de que o confisco das terras dos jesuítas em Goa é um dos vectores em que se processou um aumento da superfície fundiária à disposição dos agentes socioeconómicos nos territórios das Velhas Conquistas está também presente no capítulo relativo às questões agrárias do volume V da Nova História da Expansão Portuguesa, coordenado por Maria de Jesus dos Mártires Lopes – respeitante ao Império Oriental, entre finais de Seiscentos e inícios de Oitocentos - da autoria de Eugénia Rodrigues²². Este texto oferece uma síntese compreensiva dos aspectos relacionados com a apropriação da terra, a actividade agrícola e as relações institucionais entre a Monarquia e as comunidades de aldeia do *hinterland* goês.

É para outras geografias do Império Português, o Brasil nomeadamente, que se encontra alguma produção bibliográfica relativa aos processos que se sucedem à extinção da Companhia de Jesus. Destacam-se duas provas académicas centradas em casos específicos de estabelecimentos que a ordem detinha na América Portuguesa: a dissertação de mestrado de Jorge Couto relativa ao Colégio do Recife²³ e a dissertação de mestrado de Fabricio Lyrio Santos, onde é abordada a expulsão dos inicianos na Bahia²⁴. O recurso a esta bibliografia abre a presente dissertação ao diálogo com outras possessões ultramarinas, permitindo observar como decorriam em paralelo, a toda a escala do império português, os processos de confisco e instrumentalização das riquezas temporais da Companhia de Jesus, extraíndo-se, assim, traços comuns e especificidades dos contextos específicos.

Para terminar esta panorâmica da produção historiográfica que mais de perto se relaciona com o objecto, temáticas e problemáticas desta dissertação, resta mencionar algumas obras que tratam directamente ou oferecem contributos importantes para o estudo da administração política do Estado da Índia ao longo do período cronológico em questão. Destacam-se aqui obras como, *Goa Setecentista*.

²² RODRIGUES, Eugénia, «A agricultura: entre as comunidades de aldeia...» in *Ob. Cit.*

²³ COUTO, Jorge, *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o Destino do seu Património (1759-1777)*. Dissertação de Mestrado em História Moderna de Portugal, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1991.

²⁴ SANTOS, Fabricio Lyrio, «*Te Deum laudamus*»: *A expulsão dos jesuítas da Bahia, 1758-1763*, Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 2002.

*Tradição e Modernidade*²⁵, da autoria de Maria de Jesus dos Mártires, que também coordena o volume V de *Nova História da Expansão Portuguesa*²⁶, ambas obras gerais extremamente úteis, onde se sintetizam as principais conjunturas políticas e aspectos institucionais do Império Oriental nesta cronologia (além das linhas de forças económicas, sociais e culturais) - importância acrescida pelo facto das monografias e estudos específicos sobre o Estado da Índia no século XVIII continuarem a ser em número inferior ao desejado. Digna de menção é também a obra de António Vasconcelos de Saldanha, *A Índia Portuguesa e a Política do Oriente de Setecentos: Manuel de Saldanha, 1º conde da Ega e 47º Vice-Rei da Índia*²⁷, ou os capítulos de síntese presentes no terceiro volume da *História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, assinados por Joaquim Romero Magalhães²⁸ e Francisco Bethencourt²⁹.

Relativamente às reformas que o consulado pombalino introduziu na administração dos espaços imperiais³⁰, destacaríamos três estudos de cariz específico, de ambição e escala diferente e produzidos em períodos e, conseqüentemente, em contextos historiográficos distintos. Em primeiro lugar, um artigo de Marcelo Caetano datado dos anos quarenta³¹, seguidamente o livro de António da Silva Rego, resultante de um conjunto de palestras do autor feitas à Emissora Nacional, entre Abril e

²⁵ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, *Goa Setecentista: Tradição e Modernidade (1750-1800)*, Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2ª ed., 1999.

²⁶ Aqui interessam particularmente os capítulos da autoria de Ernestina Carreira e Artur Teodoro de Matos: CARREIRA, Ernestina, «O Estado Português no Oriente. Aspectos políticos» e MATOS, Artur Teodoro de, «O Estado Português no Oriente. Administração», ambos em *O Império Oriental (1660-1820)*, tomo I, vol. 5 de *Nova História da Expansão*, coordenação de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa: Editorial Presença, 2006.

²⁷ SALDANHA, António Vasconcelos de, *A Índia Portuguesa e a Política do Oriente de Setecentos: Manuel de Saldanha, 1º conde da Ega e 47º Vice-Rei da Índia*, Lisboa: Alfa, 1989.

²⁸ MAGALHÃES, Joaquim Romero, «A Reorganização dos Territórios. As tentativas de recuperação asiática», in *História da Expansão Portuguesa*, vol. III, direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 52-58, 1998.

²⁹ BETHENCOURT, Francisco, «Configurações do Império. O Estado da Índia» in *História da Expansão Portuguesa*, vol. III, direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, pp. 250-269.

³⁰ Dada a sua especificidade temática, e ao mesmo tempo, o facto de extravasar largamente o âmbito deste trabalho, optou-se por deixar uma análise da produção e dos debates historiográficos em curso a respeito da caracterização político-institucional do pombalismo, para uma secção própria desta dissertação.

³¹ CAETANO, Marcelo, «As Reformas pombalinas e post-pombalinas respeitante ao ultramar. O novo espírito em que são concebidas» in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. III, direcção de Hernâni Cidade e Manuel Murias, Lisboa: Ática, 1937-1940, pp. 251-260, 1940.

Novembro de 1966: *O Ultramar Português no Século XVIII (1700-1833)*³² - tal como o texto de Caetano durante a vigência do Estado Novo, mas numa conjuntura completamente distinta - e por último, a dissertação de doutoramento de Catarina Madeira Santos³³, já entrado o século XXI que, centrado no estudo de caso das reformas político-administrativas implementadas em Angola, permite tomar de empréstimo para o caso do Estado da Índia a conceptualização do «Governo Polido» (na qual estão identificadas as novas concepções e práticas políticas que caracterizaram a acção dos gabinetes pombalinos). Por último, destaca-se a recente produção de Luís Cabral de Oliveira, centrada nas reformas político-jurídicas que a administração pombalina implementou em Goa³⁴.

Fontes e Documentação

Ao nível dos elementos de sustentação empírica a presente dissertação restringe-se à análise dos arquivos portugueses o que tem implicações na abordagem ao objecto de estudo. A impossibilidade de aceder aos Historical Archives of Goa implica que a documentação que dava entrada nos organismos político-administrativos da autoridade imperial portuguesa não será consultada.

Apesar do interesse recorrentemente manifestado pela corte em tomar conhecimento da evolução do processo de confisco e da administração dos bens tomados aos jesuítas, diversa informação relativa à redistribuição dos bens de raiz não terá chegado até à metrópole. Nesse sentido, dada a impossibilidade de um tratamento exaustivo de toda a massa documental disponível, o presente trabalho limita-se a abordar os ecos que chegavam à metrópole, aferindo em que medida as instituições do poder central - do Erário Régio, ao Conselho Ultramarino, passando pela Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, e outros - tinham conhecimento e procuravam intervir no processo que estava em curso em Goa.

³² REGO, António da Silva, *O Ultramar Português no Século XVIII (1700-1833)*, 2ª ed., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970.

³³ SANTOS, Catarina Madeira, *Ob. Cit.*

³⁴ OLIVEIRA, Luís Cabral de, «Do reformismo jurídico pombalino em Goa» in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. 79, Coimbra, Coimbra Editora, 2012.

A massa documental analisada proveio da consulta de um conjunto de arquivos da cidade de Lisboa: Tribunal de Contas, referente ao Erário Régio – contadoria do Oriente e da Junta da Inconfidência; do Arquivo Histórico Ultramarino: códices do Conselho Ultramarino e as caixas contendo documentação avulsa proveniente desse mesmo tribunal régio; do fundo da Junta da Real Fazenda do Estado da Índia, depositados no Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (IAN/TT); e da Academia das Ciências.

Sobre a deliberação política a respeito do processo de confisco e administração e aplicação do património jesuítico, a correspondência do Vice-Rei à época da expulsão e nos anos imediatamente seguintes, D. Manuel de Saldanha e Albuquerque, Conde da Ega, para o Marquês de Pombal e seus irmãos, permite aceder ao debate em curso nos círculos de decisão e à interlocução entre o centro político da corte e o Governo da Índia, relativamente à forma como estes processos deviam ser conduzidos³⁵.

Em termos da organização dos conteúdos, esta dissertação começa por contextualizar o pano de fundo do confisco e do subsequente processo de redistribuição de património fundiário, introduzindo os agentes e as entidades envolvidas, a começar pela Companhia de Jesus. Será explicada em linhas gerais a sua implantação no Estado da Índia e na capital deste, Goa, e analisadas as bases e fundamentos do património económico e fundiário que deteve nesse território, de modo a perceber-se como é que a ordem religiosa alcançara a preeminência política, social e, sobretudo, económica que ainda detinha nas vésperas da sua extinção.

Seguidamente, é chamado à colação a segunda entidade envolvida na expulsão dos jesuítas e no sequestro dos seus bens: o gabinete pombalino. Começa por proceder-se a uma caracterização político-administrativa sumária do Pombalismo, na qual são convocados os principais contributos da historiografia recente sobre a matéria, à qual se segue um balanço das reformas ao nível da administração ultramarina e fiscal, bem como a sua política agrícola – as áreas de intervenção governativa mais se aproximam da redistribuição dos imóveis rústicos e recursos

³⁵ SALDANHA, António Vasconcelos de (ed.), *As cartas de Manuel de Saldanha, 1º conde da Ega e 47º Vice-Rei da Índia para Sebastião José de Carvalho e Melo e seus irmãos (1758-1765): subsídios para a história política, económica e social da Índia Portuguesa de Setecentos*, Lisboa: Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1984.

fundiários. Depois, é finalmente abordado o anti jesuítico pombalino, um dos elementos estruturantes do pensamento e da acção de Carvalho e Melo³⁶, demonstrando-se como foi levado às suas últimas consequências nos domínios da coroa portuguesa, e particularmente na Índia dos portugueses.

Na secção seguinte atenta-se no confisco dos bens que compunham o património das províncias asiáticas da Assistência Portuguesa da Companhia de Jesus. Para tal será lançado um olhar sobre a instituição dotada de competências para administrar os bens que reverteram para a coroa após o confisco: a Junta do Fisco e Câmara Real/Administração do confisco, analisando-se a sua orgânica interna e as estipulações para a organização e gestão dos bens que tinha a seu cargo.

Por último, será analisada a política redistributiva sobre os bens de raiz que foi conduzida pela administração do confisco. Com recurso a arrolamentos de propriedade e inventários de receitas, vai estabelecer-se um retrato do património fundiário detido pela Companhia de Jesus no seu período final de existência, no qual se identificam as diferentes tipologias de bens que o compunham e se contabiliza a sua importância financeira, de forma a poder intuir-se o respectivo rendimento económico.

³⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José. Na Sombra de Pombal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

Capítulo I

Bases do património económico e fundiário da Companhia de Jesus no Oriente e em Goa

O sucesso da estrutura organizativa e dos empreendimentos económicos da Companhia de Jesus contribuiriam decisivamente para fazer dela uma das entidades mais abastadas e politicamente influentes do mundo português da época moderna. A aquisição e exploração económica da terra consistiram numa das principais áreas de interesse temporal da Companhia de Jesus.

Segundo Dauril Alden, se a grande difusão da propriedade fundiária jesuítica na América portuguesa não surpreendia dada a vastidão desse território, o mesmo já não se pode dizer do grande número de bens de raiz e prédios rústicos que os inacianos haviam granjeado no subcontinente indiano³⁷, uma vez que aí a presença portuguesa assentou maioritariamente no controlo de pontos costeiros e dos circuitos marítimos e, apenas circunstancialmente, na ocupação de enclaves territoriais - nomeadamente nos casos dos territórios circundantes a Goa e na Província do Norte³⁸.

³⁷ A leste do Cabo da Boa Esperança, a Assistência portuguesa da Companhia de Jesus (a mais antiga e geograficamente mais extensa) dividia-se em quatro circunscrições, designadas Províncias, que se foram constituindo até ao segundo quartel de Seiscentos, mantendo-se em vigor, grosso modo, até à extinção da Companhia em 1759. Eram elas: a Província de Goa, criada em 1549 (apenas sensivelmente três anos depois do estabelecimento da Assistência de Portugal), a Província do Malabar, instituída em 1605 (resultado da elevação da vice-província com a mesma designação que fora criada quatro anos antes), a Província do Japão (vice-província desde 1583 e província desde 1611) e, por último, a Vice-Província da China, criada em 1623. Encontravam-se dependentes destas várias circunscrições provinciais, os vários colégios, residências, missões, noviciados, seminários, e outros estabelecimentos. Em termos da orgânica hierárquica da Companhia, a interlocução entre a cúpula da ordem sediada em Roma, o Geral da Companhia, e os Provinciais que superintendiam cada uma das várias circunscrições da Assistência, era feita pelo Assistente, que residia, também, na Santa Sé. Cf. ALDEN Dauril, *The Making of an Enterprise, The Society of Jesus in Portugal, Its Empire and Beyond, 1540-1750*, Stanford: Stanford University Press, 1996, pp. 233-247, XAVIER, Ângela Barreto, *A Invenção de Goa. Poder Imperial e Conversões Culturais nos Séculos XVI e XVIII*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais., p. 164.

³⁸ ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, p. 381.

A presente secção analisa o estreito envolvimento que esta ordem religiosa manteve com a actividade económica, nomeadamente na intervenção no mercado da terra, na captação de rendas, na produção agrícola e actividades subsidiárias. Analisam-se, em termos gerais, tendências de aquisição e gestão do pecúlio fundiário jesuítico e enunciam-se factores de ordem pragmática e doutrinária que propiciaram ou condicionaram a constituição e expansão do património da ordem ao longo da sua existência.

A recente historiografia enquadró a implantação da Companhia de Jesus em Goa e nas possessões territoriais do Estado da Índia no contexto da reforma político-administrativa do governo das conquistas levada a cabo no reinado de D. João III, e que teve por traves mestras: a territorialização (controlo do espaço em extensão, das populações e seus comportamentos sociais e do trabalho produtivo), a concepção e exercício de formas de soberania mais completas, a uniformização institucional a toda escala do império (com a translação das instituições reinóis) e a padronização dos dispositivos de controlo³⁹.

Da teorização de um poder régio com apetência para a intervenção e harmonização do tecido social, assim como das interpenetrações entre religião e política que caracterizavam a época (e para o qual Reforma e a Contra-Reforma vieram contribuir), decorreu a necessidade de se impor uma ortodoxia religiosa, sob o signo do catolicismo romano – a religião do «Príncipe». O princípio do *cujus regio, illius religio* permitia a conformação das consciências, ou seja um controlo social e político feito a partir do «interior» dos indivíduos. Num império onde as carências de meios – nomeadamente demográficos, mas também político-institucionais – eram consideráveis, o recurso as estas vias de controlo «interiores» eram essenciais para a manutenção das possessões dos portugueses⁴⁰.

Consequentemente, a inserção da Companhia de Jesus em Goa – que coincidiu com o início da segunda metade de Quinhentos – acompanhou uma nova fase da política missionária, marcada pelo pragmatismo, pela concretização compassada, pelo

³⁹ XAVIER, Ângela Barreto, *Ob. Cit.*, pp. 37-86.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 37-86; Sá, Isabel dos Guimarães, «Estruturas Eclesiásticas e Acção Religiosa» in *A Expansão Marítima Portuguesa. 1400-1800*, direcção de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa, Edições 70, 2010, pp. 266-267.

recurso a vias duras de conversão, e que reflectia uma nova abordagem relativamente à imposição da harmonização socio-política nos territórios do império⁴¹.

Um dos tabuleiros em que se jogou de forma mais decisiva a questão das conversões foi justamente o da terra e dos direitos de propriedade, com a coacção sobre a propriedade fundiária a ser um dos mais influentes dispositivos de conversão⁴². A este nível os jesuítas foram especialmente favorecidos pela destruição dos templos e demais espaços de culto hindu e pela transferência das rendas fundiárias (*namoxins*, ou rendas dos pagodes) que tradicionalmente estavam alocadas à sua sustentação e dos agentes de culto. Ao ceder estas fontes de rendimento para as ordens religiosas como forma, não só de as dotar financeiramente⁴³, mas também de asfixiar a prática dos cultos gentílicos, a coroa permitiu uma importante base de recursos económico-fundiários à Companhia de Jesus em Goa.

A transferência das rendas fundiárias dos templos para a Companhia de Jesus teve lugar em 1550, através da concessão do governador Martim Afonso de Sousa para o Colégio Velho de São Paulo que recebe as rendas da província de Tiswadi. A destruição dos templos ocorrera em Tiswadi logo nos primeiros anos da década de quarenta. Em Bardez e Salsete ocorreria cerca de vinte anos mais tarde (1567). Dois anos após as rendas serem transferidas (1552), procedia-se à divisão de paróquias em Salsete e Bardez, pelos jesuítas e franciscanos respectivamente⁴⁴ – dotando as ordens

⁴¹ Nas três primeiras décadas da presença portuguesa – em conformidade com a abordagem do poder imperial – imperou a imobilidade fundiária, uma vez que o exercício da soberania por parte da coroa de Portugal não passou pelo controlo directo sobre a terra, permitindo-se aos autóctones que mantivessem a capacidade *de facto* para dispor da terra, assim como as instituições tradicionais que regulavam o acesso e disposição do solo. Contudo, com a década de quarenta e à medida que se transitava para a década de cinquenta, as terras de Goa serão consideradas como propriedade do rei de Portugal, não só *de jure*, mas efectivamente *de facto*, estando a administração régia legitimamente habilitada para, por exemplo, expropriar a terra aos seus ocupantes e redistribuí-la de acordo com os princípios da justiça. XAVIER, Ângela Barreto, *Ob. Cit.*, pp. 118 e ss.

⁴² Idem, *Ibidem*, pp. 119, 125, 165, SOUZA, Teotónio de, *Goa Medieval. A Cidade e o Interior no Século XVII*, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 69.

⁴³ Provendo os encargos com a acção missionária, com a ministração do culto, a edificação e manutenção das igrejas, a aquisição do recheio destas, do mobiliário e objectos necessários para o culto, a subvenção da Casa dos Catecúmenos, das confrarias, além do pagamento dos estipêndios a todos os ministros eclesiásticos: vigários, capelães, capítulos, almas, curas.

⁴⁴ Os jesuítas administravam em 1562, vinte e cinco paróquias em Salsete, mais cinco em Tiswadi. Por seu lado, os franciscanos, tutelavam vinte e quatro paróquias em Bardês. Cf. LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, «Negócios e convivências dos jesuítas de Goa no século XVIII: contributo para a sua história» in *Actas do Colóquio Internacional A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente*, coordenação de Nuno Gonçalves da Silva, Lisboa: Fundação do Oriente e Brotéria, 2000, p. 247

religiosas da autoridade para levarem a cabo a cura das almas. Vale a pena notar, tal como faz Ângela Barreto Xavier, que o estabelecimento dos jesuítas nas freguesias precede, assim, em cerca de duas décadas, a destruição dos templos e a canalização das fontes de rendimento para as mãos dos inacianos. A cedência das rendas *namoxins* de Salsete para os jesuítas sucederia em 1569⁴⁵.

As incumbências simultaneamente missionárias e paroquiais que os jesuítas desempenhavam, nomeadamente num contexto em que as estruturas estritamente temporais de enquadramento populacional do Estado sobre o *hinterland* eram débeis, faziam dos inacianos figuras com grande preponderância sobre a vida das populações rurais, a diversos níveis. Por exemplo, ao nível de dimensões que mais interessam a esta dissertação, como era a produção e circulação de bens, e particularmente ao nível do acesso e disposição à terra e das relações económicas que tinham por base os recursos do solo. A transferência das fontes de dotação dos pagodes para as ordens religiosas incumbidas de presidir ao enquadramento eclesiástico-espiritual, no seu binómio paroquial-missionário, «deu início a um processo de intervenção económica (e já não apenas financeira) na vida das aldeias, terminando na acumulação de grandes riquezas fundiárias pelos jesuítas»⁴⁶.

I. 1. Legitimação da riqueza temporal da ordem e as suas contracorrentes

Quem se debruce sobre a dimensão económica da Companhia de Jesus depara-se com um aparente paradoxo que, de resto, não deixou de ser notado e denunciado pelos observadores coetâneos da Companhia - quer no interior da própria ordem quer noutros quadrantes da sociedade. Como compatibilizar o ideal de pobreza e os propósitos de edificação espiritual que deveriam nortear toda a acção da ordem, com as práticas de acumulação de riqueza consistentemente seguidas pelos religiosos⁴⁷?

⁴⁵ XAVIER, Ângela Barreto, *Ob. Cit...*, pp. 155, 158, 171.

⁴⁶ *Idem, Ibidem*, p. 171.

⁴⁷ FRANCO, José Eduardo. *O Mito dos Jesuítas. Em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)*, vol. 1, Lisboa: Gradiva, p. 116; ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, p. 430.

Em que medida existiu um efectivo conflito interno entre a missão espiritual e as riquezas temporais?

O problema dos fundamentos doutrinários e morais é relevante, por um lado, enquanto fundamento ideológico que tornou admissível no interior da ordem e nos meios eclesiásticos a acumulação de recursos materiais e a participação em empreendimentos económicos e por outro, porque, em oposição, ocupou um lugar central no argumentário anti jesuítico, tendo sido usado na segunda metade do século XVIII como factor legitimador da extinção da Companhia de Jesus pelo consulado pombalino⁴⁸.

O estatuto de ordem mendicante da Companhia impunha que as suas comunidades deveriam colocar o sustento da instituição nas mãos da caridade dos fiéis e das esmolas livres que estes lhe concedessem, abstendo-se de possuir fontes de rendimento fixas próprias e de receber doações⁴⁹. Quando um novo membro ingressava na ordem impunha-se-lhe que contraísse um voto individual de pobreza e se despojasse de todos os bens mundanos que possuísse, libertando-se assim do apego às coisas materiais⁵⁰. Contudo, este voto vinculava apenas os inicianos a título pessoal e não a ordem como um todo - nas suas várias estruturas hierárquicas e funcionais (nomeadamente os Colégios e residências podiam possuí-los). Por conseguinte, ao fazerem assentar a sua argumentação no voto de pobreza, as acusações acima referidas partiam de uma interpretação incorrecta das constituições das ordens religiosas⁵¹.

As constituições estipulavam que a Companhia deveria dedicar-se inteiramente às suas incumbências espirituais, abstendo-se *tanto quanto possível*, de todos os empreendimentos seculares⁵². O factor decisivo prende-se justamente com o

⁴⁸ FRANCO, José Eduardo, *Ob. Cit.*, p. 116.

⁴⁹ De acordo com as constituições que regulamentaram os propósitos, códigos de conduta e a estrutura organizacional da Companhia de Jesus (pelo menos até à 24ª Congregação Geral da Ordem em 1892), apenas os Colégios e mais nenhum outro estabelecimento poderia deter propriedade fundiária, excluindo, portanto, missões, residências, províncias, casas professoras. ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, p. 382, FRANCO, José Eduardo, *Ob. Cit.*, p. 116.

⁵⁰ Embora, invocando a necessidade do serviço a Deus, fosse casualmente permitido que os bens que os regulares tinham possuído a título individual pudessem ser transferidos para a ordem. ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, p. 382, FRANCO, José Eduardo, *Ob. Cit.*, p. 117

⁵¹ ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, p. 430.

⁵² Idem, *Ibidem*, p. 334.

segmento da última frase que se encontra em itálico, uma vez que inseria alguma margem para que a ordem ou os seus membros pudessem desempenhar actividades temporais.

O principal argumento usado na defesa do património temporal da ordem religiosa era o seu carácter instrumental, ou seja não era possível dissociar os recursos materiais que possuía da necessidade de assegurar o provimento financeiro das acções da ordem. A mobilização dos religiosos nas campanhas de conversão (o que significou muitas vezes na Ásia o envio de missionários para fora das zonas sob tutela directa da coroa portuguesa, ou apenas nominalmente sob a sua autoridade), a gestão corrente das missões e paróquias sob sua alçada, com os encargos com o enquadramento espiritual (e em múltiplos aspectos também temporal⁵³) das populações locais e a edificação e manutenção das infra-estruturas do culto, aquisição de alfaias e ornamentos e estipendio dos sacerdotes obrigavam a despesas consideráveis, incompatíveis com o desprezo por preocupações de ordem financeira.

Nos primeiros anos de existência da ordem, a coroa, enquanto administradora do padroado português nos espaços ultramarinos⁵⁴ estava incumbida de dotar a Assistência de Portugal da Companhia de Jesus dos meios financeiros e político-institucionais necessários ao desempenho da acção missionária. Contudo, os inicianos rapidamente se aperceberam que não poderiam depender exclusivamente na coroa

⁵³ Exerciam prerrogativas judiciais e administrativas de proximidade, suprimindo a falta de meios humanos e institucionais que afectava a administração periférica da coroa, e até certo ponto permitindo a extensão efectiva do ordenamento imperial até junto das populações do interior. XAVIER, Ângela Barreto, *Ob. Cit.*, pp. 59-60, 182-183.

⁵⁴ No século XVI, os reis portugueses, enquanto administradores da Ordem de Cristo, detinham, por concessão papal (Bula *Inter Caetera*, de 13 de Março de 1456, concede o direito de padroado sobre as terras descobertas à Ordem de Cristo) a jurisdição sobre a coordenação da actividade religiosa. Os administradores dessa ordem religiosa e após 1551, com a Bula *Praeclara charissim*, directamente a coroa (já não o rei na categoria de Grão-mestre da ordem militar), tinham a prerrogativa de propor a criação de bispados e nomear os seus prelados (cabendo à Santa Sé confirmar os nomes propostos), sustentar e defender os interesses das igrejas sob a sua protecção. Em contrapartida, assumia os encargos com a sustentação da actividade religiosa que se realizassem nas terras de além-mar, cobrando para tal os dízimos. Cf. BETHENCOURT, Francisco, «A Igreja» in *História da Expansão Portuguesa*, vol. I, direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 369; Sá, Isabel dos Guimarães, «Estruturas Eclesiásticas e Acção Religiosa» in *Ob. Cit.*, pp. 267-269.

para esse fim⁵⁵. Os estipêndios eram, não poucas vezes, incertos, os valores envolvidos oscilavam, muitas vezes não correspondendo ao suposto, e os prazos para serem efectuados ficavam muitas vezes por cumprir⁵⁶.

A ordem teve, portanto, de chamar a si a responsabilidade pela sua própria sustentação, buscando formas alternativas de dotação que a libertassem da dependência da administração régia. Observa-se, assim, que a obtenção de recursos passíveis de financiar a empresa missionária e o próprio funcionamento quotidiano da ordem estiveram directamente por trás da conversão dos inacianos em agentes económicos dinâmicos.

A própria Monarquia contribuiu de resto, numa primeira fase, para este processo de autonomização financeira da Companhia, face ao pagamento das cômguas. A concessão directa de terras por parte da Coroa e a dispensa da legislação reinol vigente (presente desde as ordenações medievais), que interditava a aquisição de bens de raiz junto de particulares, foram algumas das formas com que o poder central anuiu à concentração de terras por parte dos jesuítas⁵⁷.

Com os anos sessenta e setenta da centúria de Quinhentos, a expansão da estrutura da Companhia de Jesus (nomeadamente ao nível do ensino, mas também nas missões e paróquias nas conquistas asiáticas) e a diversificação das actividades e empreendimentos em que se envolvera para sustento da sua instituição, começou a ser vista com desconfiança e mesmo com hostilidade aberta por parte de vários observadores de diversos sectores sociais e políticos. Comentava-se que a ordem se afastara daquilo que eram os objectivos que haviam presidido à sua criação e da maneira como estes deviam ser perseguidos, metamorfoseando-se (para recuperar a expressão de José Eduardo Franco) numa instituição abastada e politicamente influente, empenhada em primeiro lugar no engrandecimento do seu poder temporal, à medida que a sua pureza espiritual se ia comprometendo⁵⁸.

⁵⁵ ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, p. 402, BORGES, Charles J., *Economics of the Goa Jesuits, 1542-1759: An explanation of their rise and Fall*, Nova Deli, Concept Publ., 1994, p. 41.

⁵⁶ ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, pp. 325-29.

⁵⁷ No caso da Índia destacou-se a atribuição das rendas dos pagodes e dos bens dos namoxins para o estabelecimento da Companhia e a concessão de aldeias na Província do Norte.

⁵⁸ ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, p. 433, FRANCO, José Eduardo, *Ob. Cit.*, p. 120.

Estas críticas denunciavam o que diversos autores consideram ser «a feição moderna e capacidade de adaptação aos novos dinamismos da missão empregues na modernidade»⁵⁹, nomeadamente na forma de encarar a actividade económica e a aplicação das fontes de rendimento que esta gerava para a sustentação da estrutura organizacional da ordem e dos recursos humanos e logísticos que esta empregava. Os empreendimentos agrícolas, juntamente com outras actividades geradoras de riqueza material, como o comércio ou os empréstimos de dinheiro permitiam a acumulação de lucro que seria aplicado na gestão das estruturas existentes, no seu aperfeiçoamento e alargamento⁶⁰.

Mas qual foi a natureza estrutural das relações entre a terra e a Companhia de Jesus? Que vantagens advinham da intervenção dos jesuítas no mercado fundiário, na produção e comercialização de géneros agrícolas e na captação de direitos sobre o trabalho do solo?

A terra, ao longo do Antigo Regime, ofereceu uma fonte de rendimentos mais estável e segura, distinguindo-se da volatilidade das receitas que se poderiam retirar por exemplo do comércio. O capital gerado pelas propriedades fundiárias da Companhia, nomeadamente através da produção de géneros agrícolas para alimentação dos residentes ou para comercialização, da venda de parcelas de chão no mercado fundiário, ou, ainda, da aplicação de rendas cobradas sobre as populações, eram primeiramente aplicados na sustentação dos vários estabelecimentos e missões⁶¹.

O sector primário, nomeadamente a produção de culturas de subsistência foi a actividade económica mais difundida em toda a Assistência portuguesa da Companhia⁶².

⁵⁹ FRANCO, José Eduardo, *Ob. Cit.*, p. 136.

⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 136, 152, ASSUNÇÃO, Paulo de, *Negócios Jesuíticos: A Administração dos Bens Divinos*. Tese de doutorando apresentada à Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001, p. 47.

⁶¹ ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, p. 383, BORGES, Charles, *Ob. Cit.*

⁶² ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, p. 411.

I.2. Evolução diacrónica da aquisição e disposição de bens de raiz

A relação da Companhia de Jesus com a terra não pode ser vista, para os seus séculos de existência nos territórios da coroa portuguesa, de uma forma linear, marcada por um processo ininterrupto de concentração de propriedade de raiz. Pelo contrário, a evolução do património fundiário jesuítico no império pluricontinental português foi pautada tanto por períodos de expansão como de retracção. Importa assim, com recurso à bibliografia especializada, identificar as diferentes conjunturas fundiárias que conduziram o pecúlio da Companhia de Jesus no Estado da Índia à situação em que se encontrava na segunda metade de Setecentos.

Uma primeira conjuntura que vai desde o final da década de setenta do século XVI e a segunda década do século seguinte, correspondeu, segundo Dauril Alden, ao período forte da aquisição de bens de raiz. Este autor denominou-a de «anos benevolentes», durante os quais a coroa pareceu empenhada em assegurar aos jesuítas os meios necessários para a sua dotação financeira, autorizando-os a adquirir terras e confirmando as doações de bens de raiz feitas por leigos revelando, ainda, uma tendência em colocar-se do lado da Companhia nos litígios sobre a posse de terras que foi chamada a arbitrar⁶³. O fim deste período corresponderia, grosso modo, à instauração da Monarquia Dual, quando foi promulgada legislação tendente a travar a concentração de propriedade fundiária em benefício dos inacianos⁶⁴.

Com a subida dos Áustrias ao trono português ter-se-á registado um esfriar de relações entre a coroa e a ordem religiosa⁶⁵, desvanecendo-se em parte a incondicional boa vontade com que o centro político olhara ao longo do período anterior para a aquisição de porções de solo por parte dos jesuítas⁶⁶. As razões desta inversão (apenas parcial e, em vários aspectos, ambígua) deveram-se, apenas em parte⁶⁷, às pressões financeiras que durante finais de Quinhentos e durante as

⁶³ ALDEN, Dauril *Ob. Cit.*, pp. 432-433, ASSUNÇÃO, Paulo, *Ob. Cit.*, pp. 98-106.

⁶⁴ ALDEN Dauril, *Ob. Cit.*, p. 380, XAVIER, Ângela Barreto, *Ob. Cit.*, p. 176.

⁶⁵ ASSUNÇÃO, Paulo de, *Ob. Cit.*, pp. 50,51, FRANCO, José Eduardo, *Ob. Cit.*, p. 140.

⁶⁶ ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, p. 433.

⁶⁷ Ajuda também a explicar o esfriar de relações com o desfavor político a que a Companhia de Jesus havia sido votada na corte filipina no caso da Assistência de Portugal, devido a posição ambígua da Assistência Portuguesa da ordem relativamente à Monarquia Dual e a ocupação do trono português por

primeiras décadas de Seiscentos se fizeram sentir sobre a Monarquia Hispânica⁶⁸. Numa conjuntura de contracção orçamental o poder régio revelou-se especialmente vigilante relativamente a fontes de receita que pudessem estar a ser desviadas dos seus cofres. Daí decorreu o interesse em sindicar os rendimentos da Companhia de Jesus, que era recorrentemente acusada por membros do oficialato régio ou por indivíduos que disputavam com a ordem o acesso à terra, de possuir riquezas desmedidas, obtidas às expensas da coroa e dos povos, principalmente no que à terra dizia respeito⁶⁹, causando assim a ruína de várias conquistas ultramarinas da monarquia, com o Estado da Índia à cabeça. Uma das principais inconveniências que resultavam da incorporação de solos no património da Companhia (e isto colocar-se-ia particularmente a leste do Cabo da Boa Esperança) era que, na prática, a coroa deixava de receber dízimos sobre essas terras uma vez que os jesuítas se furtavam ao seu pagamento⁷⁰.

Data de finais de quinhentos a promulgação de legislação destinada a travar a amortização de bens de raiz por parte das ordens religiosas. Com especial relevância para o caso da Índia dos portugueses, entre variada documentação oficial da coroa destacam-se: i) o decreto real de 1591, que proibiu qualquer ordem religiosa de possuir bens de raiz, anulando qualquer autorização prévia de aquisição de terras⁷¹; ii) o alvará de 24 de Dezembro de 1609, que interditava os Vice-Reis e governadores de conceder terras da coroa às ordens religiosas, sob pena destas serem confiscadas para a fazenda régia; ou ainda iii) um conjunto de alvarás passados entre 1611 e 1612, ordenando à Companhia de Jesus que, no prazo de um ano, alienasse todo o património fundiário que possuísse sem autorização da coroa, dispensando o

parte dos monarcas hispânicos. Ou, ainda, o conflito com a ordem devido ao facto de esta se negar a aceitar as visitas diocesanas às suas missões. Cf. FRANCO, José Eduardo, *Ob. Cit.*, pp. 127-132, 142. Xavier chama à atenção para a influência que a cultura e as reformas políticas dos Áustrias, que se traduziram nomeadamente num reforço das estruturas administrativas do império e os choques que daí advieram com as ordens religiosas dotadas de grande autonomia de acção e grande influência ao nível dos espaços periféricos ultramarinos. No entender desta autora, a compreensão dos factores que terão estado por trás do endurecer de relações entre a administração filipina e a Companhia de Jesus ainda não é totalmente clara Cf. XAVIER, Ângela Barreto, *Ob. Cit.*, p. 177.

⁶⁸ Particularmente os pesados custos que o conflito com a Inglaterra, e especialmente a Guerra dos Oitenta Anos contra as Províncias Unidas, e os outros conflitos no palco internacional que envolveram directamente os Habsburgos representaram para as finanças da monarquia.

⁶⁹ ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, p. 430, FRANCO, José Eduardo, *Ob. Cit.*, pp. 141-145.

⁷⁰ ALDEN, Dauril, pp. 434, 435.

⁷¹ Idem, *Ibidem*, p. 435, 436, XAVIER, Ângela Barreto, *Ob. Cit.*, p. 179.

cumprimento da lei ordinária que interditava as ordens religiosas de possuírem bens de raiz⁷². A julgar pela recorrência com que eram expedidos decretos destinados a conter o incremento patrimonial e pelo fluxo de denúncias de novas aquisições e de queixas sobre os excessivos índices de riqueza da ordem, o sucesso das iniciativas legislativas pode considerar-se muito limitado⁷³.

Segundo Alden, a coroa continuou, não obstante o sentido da sua produção legislativa, a revelar uma postura ambivalente a respeito das aquisições de terra por parte das ordens religiosas, que já vinha evidenciando de período anteriores. Os decretos e provisões revelavam brechas jurídicas que os corpos eclesiásticos podiam explorar a seu favor, e a sua aplicação efectiva esteve longe de ser consistente e empenhada. O mesmo autor considera pouco provável que a coroa esperasse efectivamente que as ordens religiosas se despojassem dos seus bens de raiz e que cessassem as doações de terra feitas pelos fiéis. Estar-se-ia, no seu entender, mais próximo das reais expectativas e propósitos da coroa se se considerasse a restrição da propensão das ordens religiosas para adquirir terras, a imposição da autorização obrigatória e legitimação formal do Estado sempre que pretendessem adquirir parcelas de solo, ou ainda, forçá-las ao pagamento do dízimo⁷⁴.

Mesmo em períodos de maior escrutínio sobre os recursos temporais da Companhia de Jesus, nomeadamente sobre o pecúlio agrário, a coroa não abandonou o que se poderia considerar uma política tradicional de temporização, na qual o objectivo nunca é verdadeiramente subjugar a ordem religiosa e despojá-la de todo o poder económico. Os efeitos práticos desta conjuntura colocaram a Companhia de Jesus na defensiva, forçando-a a apelar à coroa e a produzir um discurso legitimador da sua acção. É neste contexto que são elaborados alguns dos primeiros levantamentos de propriedade e orçamentos internos da Companhia, que são depois remetidos à administração régia para que esta pudesse monitorizar a evolução desse

⁷² Nomeadamente, a Provisão do 2º Livro, título 16 e o artigo também do Livro 2º, título 18, ambos das ordenações Filipinas.

⁷³ ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, p. 453. Maria de Deus Beites Manso considera mesmo que as proibições sobre a aquisição de bens e incremento dos recursos da Companhia, que foram tomadas nas primeiras décadas do século XVII, não haviam surtido qualquer efeito. Cf. MANSO, Maria de Deus Beites, *A Companhia de Jesus na Índia (1542-1622. Actividades Religiosas, Poderes e Contactos Culturais*, Macau: Universidade de Macau e Universidade de Évora, 2009, p. 58.

⁷⁴ ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, p. 437.

património⁷⁵. Apesar de inconsequente na maior parte das vezes, a sindicância patrimonial consistiu a principal forma de pressão que a coroa exerceu sobre a Companhia de Jesus.

A Restauração e a entronização da dinastia Brigantina viriam a marcar uma distensão nas relações entre a monarquia e a ordem religiosa, que se revelou um dos principais apoiantes da causa da nova Casa reinante. O apoio da Companhia de Jesus foi recompensado, nomeadamente, através de uma maior tolerância e flexibilidade relativamente aos seus interesses imobiliários, não se registando o surto de produção legislativa anti amortizadora que marcara o período anterior⁷⁶.

É necessário não perder, também de vista o contexto geopolítico do império asiático português. Os ataques lançados pelos concorrentes dos portugueses (europeus e asiáticos) no Oceano Índico, a partir dos anos finais do século XVI e que se estenderam para lá da primeira metade da centúria subsequente, concorreram para aumentar as dificuldades dos jesuítas, à medida que foram ameaçando e progressivamente ocupando posições chaves do Estado da Índia.

Durante o último quartel de Seiscentos, no período que compreendeu a contracção no espaço económico euro-atlântico até ao arranque da economia aurífera brasileira, a monarquia viveu sobre o signo de uma conjuntura financeira depressiva, à qual não foram, também, alheios os pesados encargos resultantes da Guerra da Restauração, ou com o pagamento do dote de casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II, de Inglaterra⁷⁷. Neste contexto ressurgiu a pressão da coroa sobre o pecúlio económico e fundiário dos inicianos, mas desta vez, com uma intensidade e um empenhamento inéditos. Reafirmou-se a imprescindibilidade da confirmação régia sobre as aquisições de prédios (devendo, para tal, as ordens religiosas revelarem os

⁷⁵ ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, p. 442, MANSO, Maria de Deus Beites, *Ob. Cit.*, p. 58.

⁷⁶ Ao longo desta conjuntura, o principal foco de contestação e hostilidade aos empreendimentos fundiários dos jesuítas verificou-se ao nível da periferia ultramarina, corporizado pelas instituições locais como as Câmaras Municipais no Brasil ou as comunidades de aldeia na Índia. A Companhia foi neste período acusada de ser uma entidade parasitária no quadro do espaço ultramarino, reservando para si abundantes recursos, dos quais excluía os demais grupos sociais, mas em nada contribuindo para a manutenção de um império acossado e financeiramente exaurido. ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, p. 439.

⁷⁷ HESPAÑHA, António Manuel, «A Fazenda» in *O Antigo Regime (1620-1807)*, volume IV de *História de Portugal*, coordenação de A. M. Hespanha, direcção de José Mattoso, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 232-35; MENEZES, Avelino de Freitas, «As Finanças» in *Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, volume VII de *Nova história de Portugal*, coordenação de Avelino de Freitas de Menezes, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 365-368.

títulos formais de aquisição da propriedade), decretou o pagamento do dízimo e novos levantamentos dos bens de raiz detidos pelos colégios e casas regulares, levantando-se a ameaça de confiscações. Contudo, em 1693, D. Pedro II deixa subitamente cair estas prescrições, abandonando o intento de sequestrar os bens não declarados das ordens religiosas. Novamente Alden especula que, mais do que os protestos do braço regular do corpo eclesiástico ou a pressão do Papado, o recuo da coroa se explica com os reais objectivos e estratégias que orientariam a acção desta. Ao ameaçar com o confisco dos bens jesuíticos estaria a forçar a sua posição, desejando apenas levar a ordem a prestar contas relativamente ao seu património. A escalada da tensão gerada nesta conjuntura deveu-se ao facto de as províncias e colégios da Companhia de Jesus terem resistido a proceder ao levantamento dos seus bens, e por terem envolvido Roma na questão. Assim que os jesuítas aquiesceram aos desejos da monarquia e enviaram os arrolamentos das suas fontes de rendimento, ocorreu o desanuviamento⁷⁸.

No Índico, o século XVIII seria pautado por um intensificar do clima de hostilidade face à Ordem de Santo Inácio na proporção directa em que a posição geopolítica do Estado da Índia se foi agravando e a sua situação financeira foi ficando progressivamente mais insustentável. Nesta conjuntura opressiva, o governo da Índia procurou obter novas fontes de rendimento que permitissem fazer face às crescentes despesas militares e virou-se para a instituição que era acusada de ser desmesuradamente rica e de enriquecer às expensas da coroa e dos súbditos do rei português (chamando novamente à colação a questão dos dízimos). Ressurgia, assim, com força renovada a imagem das Províncias orientais da Assistência Portuguesa da Companhia de Jesus como sendo as principais responsáveis pela decadência do Império Asiático português. Apesar de a corte ter imposto nos anos quarenta o envio de relatórios anuais a evolução dos rendimentos das ordens religiosas para o Conselho Ultramarino, este normativo não seria aplicado consistentemente, facto ao qual não foi alheio o pouco peso que a Índia ocupou na balança do império durante a centúria de Setecentos e o menor interesse que a coroa votou aos potenciais desvios e

⁷⁸ ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, pp. 443, 444.

usurpações aí sucedidos, quando comparando, nomeadamente, com o que o passasse no Brasil⁷⁹.

Durante cerca de século e meio de presença da Companhia no subcontinente indiano, malgrado a oposição de vice-reis e oficiais régios, das comunidades de aldeias, casados e outras forças sociais, e a tentativa do centro político de circunscrever o património fundiário, não se produziram efeitos visíveis⁸⁰. Esta realidade só seria alterada com a tomada da Província do Norte pela Confederação Marata, que segundo Alden representou um momento de viragem para as circunscrições asiáticas da ordem, em que estas se viram confrontadas com uma redução substancial do seu património e tiveram de compensar as perdas com a aquisição de novas propriedades⁸¹.

É possível afirmar-se que as conjunturas financeiras são indissociáveis da pressão que a coroa exerceu sobre os recursos económico-financeiros da Companhia de Jesus. Se se elaborasse um modelo que regulasse e tornasse previsíveis as relações entre a administração régia e a ordem observar-se-ia que a momentos de tensão seguir-se-ia uma fase de desanuviamiento, marcada por uma postura compreensiva e tolerante da monarquia face às inclinações e reivindicações da ordem em obter novas fontes fixas de rendimento.

Ao longo do Antigo Regime, aquilo que a coroa pretendeu ao lançar a ameaça do confisco ou da interdição das aquisições de recursos económicos foi, na prática, afirmar a prerrogativa de sindicar as riquezas temporais das ordens ou religiosas, e a propriedade fundiária em particular. Contudo, dessa fiscalização não resultou qualquer acção consequente que reduziu significativamente os recursos económicos da Companhia ou travou o seu incremento.

⁷⁹ ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, pp. 450-454, FRANCO, José Eduardo, *Ob. Cit.*, pp. 148-151.

⁸⁰ Exceptuando a situação ocorrida no território de Bombaim aquando da transição para a soberania inglesa, quando a disputa entre a Companhia das Índias Orientais e a Companhia de Jesus resultou na expulsão dos membros da ordem e no confisco de todas as propriedades. Cf. ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, pp. 445-450.

⁸¹ *Idem, Ibidem*, p. 381.

I.3. Caracterização do património fundiário da Companhia de Jesus em Goa

Entre as principais fontes de receita obtidas pela Companhia de Jesus encontravam-se: i) esmolas concedidas por particulares, por instituições do meio social goês (por exemplo a misericórdia, as comunidades de aldeia, etc.) ou pela coroa; ii) legados pios; iii) dízima paga pelos fiéis (e que como já ficou dito atrás, não eram, assim, captadas pela coroa), e; iv) rendas dos antigos templos hindus (os bens *namoxins*).

A terra revelou-se logo à partida um recurso preponderante nas dádivas concedidas. Na óptica da administração régia a cedência de bens de raiz permitia um duplo objectivo; por um lado, dotar a Ordem, os seus estabelecimentos e missões, de instrumentos de sustento financeiro próprio, sem que os cofres da coroa tivessem de suportar directamente esses encargos e por outro, propiciava a subversão e reconversão (no sentido da homogeneização sob o signo do catolicismo) da paisagem religiosa nas províncias de Tiswadi e Salsete. A concessão às ordens religiosas das terras e das rendas que, sob domínio do Sultão do Bijapur, estavam alocadas à sustentação dos cultos locais (juntamente com as ordens para a destruição dos templos e toda a legislação que procurou condicionar, restringir e interditar a prática das religiões «gentílicas») punha em cheque a sustentabilidade do hinduísmo e da fé islâmica em continuar a ser professados, além de garantir os meios económico-financeiros e condições sociopolíticas favoráveis para o catolicismo se impor.

Estas concessões de bens da coroa (categoria na qual se inseriam os recursos que passaram para a alçada da coroa por direito de conquista)⁸² constituíram, como já foi mencionado nas linhas anteriores, a base patrimonial a partir da qual se expandiu o espólio de bens temporais da Companhia de Jesus em Goa, e na qual se fundava o funcionamento da sua estrutura - decomposta nas várias províncias asiáticas da assistência portuguesa da ordem e, dentro destas, os colégios e as várias missões que

⁸² Embora o estatuto jurídico destes bens, com as implicações que daí decorriam, fosse contestado pelos populações autóctones e estivessem aparentemente em contradição com os acordos feitos com as comunidades locais nas primeiras décadas que se seguiram a 1510, que estipulavam que apesar da soberania iminente do rei de Portugal sobre o território, a terra continuaria a pertencer de direito às comunidades. Cf. SOUZA, Teotónio de, *Ob. Cit.*, p. 69.

se encontravam espalhadas pela costa oriental africana, pela Índia e pelo sudeste asiático.

Os recursos fundiários e a propriedade rústica nas mãos da Companhia dividiam-se em diversas categorias, das quais destacamos as grandes propriedades fundiárias que se haviam constituído pela concentração de dimensões consideráveis de solo, integradas na mesma unidade agrícola, e nas quais se realizavam os principais volumes produtivos, o que de acordo com Teotónio de Souza corresponderia a um aspecto até então inédito na vida agrária goesa⁸³. Estruturalmente o padrão de detenção da propriedade jesuítica caracterizou-se pela grande dispersão, com os colégios, outros estabelecimentos e circunscrições da ordem a deterem terrenos que estavam separados da infra-estrutura central a que estavam subordinados por uma distância considerável⁸⁴.

Contrastando com estas grandes unidades produtivas, encontravam-se terrenos de cultivo de dimensão intermédia e pequena, resultantes, por exemplo, de doações de particulares, e que os jesuítas poderiam intentar expandir com a aquisição de terrenos fronteiros.

Entre o pecúlio fundiário encontravam-se, ainda, rendimentos das aldeias, resultantes do exercício dos direitos de propriedade que os estabelecimentos da Companhia tinham sobre estas povoações. Por concessão da coroa, mas também de particulares que anteriormente a haviam recebido, também, do rei e subsequente trespassavam esses direitos à ordem religiosa⁸⁵), ou por arrematação, obtendo a Companhia de Jesus a prerrogativa de cobrar direitos fiscais sobre as aldeias apropriando-se, por essa via, de parte do rendimento agrícola local. Entre estas contavam-se rendas reais (muitas das quais relativas a direitos pré-existentes à

⁸³ SOUZA, Teotónio de, *Ob. Cit.*, pp. 70-71.

⁸⁴ ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, p. 383.

⁸⁵ O caso paradigmático das aldeias de Velim, Ambelim e Assolna, a que será feita referência noutro capítulo. Adiantemos para já que a sua posse por parte da Companhia de Jesus resultou do seu confisco por parte da Coroa após a sua sublevação, sido cedidas em aforamento perpétuo, pelo Vice-Rei subsequente, D. Duarte de Menezes, ao fidalgo D. Pedro de Castro que depois as viria a «doar gratuitamente» ao Colégio de Cochim. Esta doação foi contestada pelos gãocares da comunidade aldeã local e por diversas vezes colocada em causa pela coroa, contudo manter-se-ia até à expulsão nas mãos da Companhia. Cf. ALMEIDA, José Julião, *A Aldeia de Assolnã. Esboço Histórico – Arqueológico e Biográfico*, 1958.

soberania portuguesa), foros e rendas. Tal como no caso dos casados⁸⁶, a Companhia de Jesus iniciou em Goa, logo na segunda metade do século XVI, um movimento de transferência da aplicação de capital do mercado em direcção à terra, visto que a captação de rendimento do meio aldeão se apresentava menos problemática que a gestão directa de propriedades agrícolas de média-grande dimensão e constituía um investimento mais protegido ao risco que a actividade comercial⁸⁷. Este movimento manteve-se consistente ao longo dos séculos seguintes, não obstante as tentativas conjunturais da administração régia, quer a nível do reino, quer do governo da Índia, em travar estas aquisições.

A ordem não detinha apenas imóveis e chãos no espaço rural, possuindo, igualmente, prédios urbanos dos quais retirava importantes rendas, embora, no caso goês, a detenção destas propriedades tenha sido origem de embaraços e se tenha recomendado a sua alienação e aplicação dos fundos gerados pela sua venda na aquisição de terras no *hinterland*⁸⁸.

Os terrenos que eram detidos pela Companhia podiam ser explorados sob diversas formas. Por exemplo, no espaço atlântico recorria-se quer à cedência dos direitos de exploração por meio de contratos de arrendamento, particularmente com os contratos trienais – que eram a modalidade de concessão dominante no século XVIII – ou pela cedência do domínio útil por meio de aforamentos (prática relativamente comum na centúria de quinhentos, mas que veio progressivamente a ser menos usada nos séculos seguintes)⁸⁹. A tendência com o avançar do tempo foi para a afirmação dos contratos de cedência de curta duração, na medida em que a capacidade da ordem para assegurar o trabalho dos campos se tornou mais efectiva – algo que nas primeiras décadas da sua existência não conseguia assegurar e como tal, viu-se impelida a recorrer aos contratos de longa duração, nomeadamente os emprazamentos em três vidas (sendo preferível este tipo de concessões a manter a terra sub-afeiçoada ou sob o risco de ser ocupada por indivíduos, ou confiscada pelos oficiais da coroa). Assim, à medida que os jesuítas foram procedendo à renovação dos contratos e a sua posição

⁸⁶ SOUZA, Teotónio, *Ob. Cit.*, p. 70.

⁸⁷ ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, p. 392.

⁸⁸ *Idem Ibidem*, p. 398.

⁸⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 403, 404.

face à exploração da terra se foi fortalecendo procuraram resguardar a sua posição nos contratos de cedência, impondo condições menos generosas para os concessionários: cedências mais curtas, vínculos mais precários, menor gama de direitos envolvidos (tendencialmente de usufruto e não de propriedade).

Para o caso goês escasseiam os estudos que abordem esta questão. Teotónio de Souza fornece algumas pistas, indicando que o recurso aos contratos enfiteúticos foi bastante residual⁹⁰, o que é plausível dada a pressão considerável que se fazia sentir relativamente ao acesso à terra nos territórios circundantes à capital do Estado da Índia, particularmente a partir de finais do século XVII⁹¹. Comparativamente à cedência de direitos de propriedade, o recurso ao arrendamento foi mais recorrente, representando uma importante fonte de receita para os estabelecimentos da ordem⁹². Contudo, o modelo de exploração mais aplicado na propriedade jesuítica terá sido a exploração directa com recurso ao recrutamento de mão-de-obra entre os habitantes locais, o que mais uma vez comprova a influência considerável que os inicianos exerciam sobre as paróquias do meio rural⁹³.

Segundo Dauril Alden, as relações entre os proprietários jesuítas e os seus rendeiros/foreiros caracterizaram-se por uma certa apetência para a tensão e conflitualidade, sendo recorrentes os litígios que envolviam a terra. Na Índia, a Ordem de Santo Inácio era acusada de asoberbar frequentemente os seus concessionários com pesadas exigências, às quais estes apenas a muito custo conseguiam corresponder. Em contrapartida, os testemunhos dentro da ordem referiam grandes dificuldades em fazer respeitar os seus direitos junto daqueles que asseguravam acesso às terras⁹⁴.

A historiografia divide-se quanto à apreciação da forma como a Companhia de Jesus geria as suas propriedades fundiárias. Dauril Alden contesta a ideia de que a Ordem estivesse associada a práticas económicas eivadas de «modernidade», não

⁹⁰ SOUZA, Teotónio de, *Ob. Cit.*, p. 71.

⁹¹ RODRIGUES, Eugénia, «A agricultura: entre as comunidades de aldeia e os empreendimentos estatais» in *O Império Oriental (1660-1820)*, tomo II, vol. 5 de *Nova História da Expansão*, coordenação de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa: Editorial Presença, 2006, p. 452.

⁹² MANZO, Maria de Deus Beites, *Ob. Cit.*, p. 72.

⁹³ XAVIER, Ângela Barreto, *Ob. Cit.*, p. 175.

⁹⁴ ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, pp. 405, 406.

detectando inovações de vulto ao nível das práticas de cultivo, da introdução de novas culturas ou a canalização da produção para o mercado e a obtenção do lucro como o fim último da sua acção a este nível – subordina-a sempre à sustentação dos colégios, residências, missões e dos seus membros. Outros autores postulam o contrário; o sucesso da Ordem sobre as suas congéneres só poderia ser explicado por uma administração mais racional dos seus recursos⁹⁵. Associavam-na assim, ao triunfo de práticas económicas eivadas de modernidade, onde a assunção do risco, o gerar do lucro, a acumulação de capital e o reinvestimento produtivo ocupavam uma posição central, e a existência de uma racionalidade «económica» que presidia à forma de gerir os interesses económicos⁹⁶.

Para Ângela Barreto Xavier, os jesuítas capitalizaram os benefícios económicos que a coroa lhes concedera de uma forma que se enquadra com o entendimento moderno que dela lhe dão autores como Paulo de Assunção ou Jorge Couto para o Brasil, mas que Alden parece relutante em atribuir-lhes. Os estabelecimentos da Companhia teriam promovido a maximização do potencial agrícola das terras, com a introdução de novas técnicas de cultivo e a alteração de espécies, bem como o incremento das rendas que lhes eram devidas, o que reflectia uma «sensibilidade económica estruturante» na acção dos inicianos desde o início da sua implantação nas Velhas Conquistas, revelando «que os interesses mais básicos dos padres *in loco* contemplavam uma série de matérias distintas que pouco tinham a ver com a conversão»⁹⁷.

Contudo, os níveis de riqueza dos jesuítas que advinham da sua política mais interventiva de aquisição de terra e uma potencial (e historiograficamente discutida) superioridade nas práticas de gestão patrimonial devem ser problematizadas em face da conjuntura no qual foram proferidas. No entender de alguns autores, as censuras e acusações de que inicianos eram desproporcionadamente ricos face aos demais grupos sociais da Índia dos portugueses e à própria coroa devem ser entendidas como um tópico discursivo para justificar a debilidade e a incapacidade do Estado da Índia

⁹⁵ BORGES, Charles, *Ob. Cit.*, pp. 82,83, MANZO, Maria de Deus Beites, *Ob. Cit.*, pp. 59, 60.

⁹⁶ ASSUNÇÃO, Paulo de, *Ob. Cit.*, pp. 80-85.

⁹⁷ XAVIER, Ângela Barreto, *Ob. Cit.*, pp. 173,174.

(ou seja, do seu corpo de oficiais) em fazer face às inúmeras dificuldades que o afligia, fazendo dos padres de Santo Inácio «bodes expiatórios»⁹⁸.

Por outro lado, os jesuítas poderiam também ser vistos como vítimas do seu próprio sucesso. Geraram anticorpos porque haviam tido a desenvoltura para se envolver em grandes empreendimentos económicos que lhes permitiram maximizar a sua estrutura e as suas actividades. Quanto maior era o êxito dos seus estabelecimentos de ensino e as suas missões, maiores eram os meios que tinham de empregar para os sustentar. A ordem era, assim, impelida a expandir as suas formas de dotação e portanto a incrementar a sua participação nas actividades económicas, e ao fazê-lo expusera-se à crítica de observadores externos que apenas atentavam nos resultados exteriores dos empreendimentos e não nos meios necessários para os concretizar⁹⁹.

É de crer que os empreendimentos económicos dos jesuítas não haviam produzido os lucros astronómicos que eram denunciados pelos seus críticos, primeiro porque estes empolavam a sua ordem e grandeza para efeitos discursivos, dramatizando para melhor vincar a sua posição, e segundo e mais importante, porque «não tiveram em conta o investimento que era feito desses lucros, os prejuízos e a relação receitas/despesas no desenvolvimento de diversas actividades pelos jesuítas no âmbito do seu projecto missionário»¹⁰⁰.

⁹⁸ ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, pp. 450 e ss, FRANCO, José Eduardo Franco, *Ob. Cit.*, pp. 150, 151.

⁹⁹ ASSUNÇÃO, Paulo de, *Ob. Cit.*, p. 78.

¹⁰⁰ FRANCO, José Eduardo, *Ob. Cit.*, p. 152.

Capítulo II

Pombalismo e Anti jesuitismo

II. 1. Pombalismo: Rupturas e impacte – um debate historiográfico

Uma vez que esta dissertação trabalha sobre um objecto de estudo que é directamente tributário de uma das mais reconhecidas concretizações do consulado de Sebastião José de Carvalho e Melo, a expulsão dos jesuítas, importa, não só para a devida contextualização, mas, também, para explicitar quais as nossas filiações historiográficas sobre esta matéria, recuperar os mais recentes debates académicos a respeito do «Pombalismo».

Como caracterizá-lo na sua matriz programática e ideológica? Qual a avaliação do alcance e limites da sua acção? E, por último, como aferir o seu contributo na génese do «Estado Moderno» em Portugal? Uma vez que o enquadramento geográfico é a capital do Estado da Índia, vai atentar-se também nas mais recentes propostas de compreensão global da política pombalina ao nível da administração das conquistas e dos interesses portugueses no ultramar.

Em recente debate¹⁰¹, confrontaram-se propostas interpretativas distintas sobre o pombalismo.

Nuno Gonçalo Monteiro, ao postular que estaria em curso no reinado de D. João V uma «revolução silenciosa» nos mecanismos de decisão política da

¹⁰¹ Edição de inverno de 2007 do *E Journal of Portuguese History*, a recensão conjunta dos trabalhos de Nuno Gonçalo Monteiro e José Subtil, por António Manuel Hespanha e a subsequente resposta dos autores das obras recenseadas: MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «The Patterns of Portuguese Politics in the 18th Century or the Shadow of Pombal. A Reply to António Manuel Hespanha» in *e-journal of Portuguese History*, vol. 5, nº 2, 2007»; SUBTIL, José, «The Evidence of Pombalism: Reality or Pervasive Clichés?», in *e-journal of Portuguese History*, vol.5, nº 2»; HESPANHA, António Manuel, «A note on two recent books in the patterns of Portuguese politics in the 18th century» in *e-journal of Portuguese History*, vol.5, nº 2, 2007.

administração central, enfatiza os antecedentes que prepararam caminho para as inovações do consulado pombalino¹⁰².

Este autor concebe o pombalismo na sua filiação com as propostas de reforma política características do barroco: As bases em que assentava o poder de Pombal eram o valimento e a privança, ou seja a captação do favor do monarca, arrogando-se por essa via da capacidade de decisão no seio do aparelho central; a constituição e manutenção do seu pessoal político assente nos vínculos interpessoais (partilha de interesses e conveniências, ligações clientelares, familiares e afectivas como cimento que unia os indivíduos à pessoa do privado, na qual se fundava a sua integração no grupo decisório – governo de criaturas); e o reforço do poder da coroa como fim último da governação – propósito através do qual deve ser entendida a submissão e, em caso de resistência, eliminação de todos os pólos jurisdicionais, grupos corporativos e de interesses, que lhe fossem adversos.

Nesta proposta era desvalorizado o alegado cunho ilustrado do pensamento e da acção de Pombal, ou seja a sua filiação às diversas correntes intelectuais de vanguarda provenientes dos «centros» da Europa¹⁰³. Monteiro solucionava assim o paradoxo que segundo Kenneth Maxwell¹⁰⁴ rodeou a acção do Marquês de Pombal, considerando que este na realidade não se colocava: não se registaria qualquer contradição entre os métodos empregues pelo gabinete pombalino (a forma impositiva com que impunha as reformas, e a ausência de contemplações no tratamento com os focos de resistência) e os fins a que alegadamente estaria empenhado, na medida em que não era nas «Luzes» que Carvalho e Melo iria buscar inspiração e orientação para a sua actuação.

¹⁰² Num sentido semelhante ia também um texto de Borges de Macedo, onde este chamava à atenção para a importância de reformas no reinado Joanino, que prepararam terreno para acção Pombalina, e em parte permitiram o triunfo desta – MACEDO, Jorge Borges, «Vias de expressão da cultura e da sociedade portuguesas nos séculos XVII e XVIII», in *Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, 1966, nº 1, pp. 130 e ss.

¹⁰³ Relativamente às políticas de inspiração ilustrada, Monteiro concedia apenas uma excepção, a reforma dos Estudos Gerais de Coimbra, onde princípios das «luzes» presidiriam de facto à sua elaboração.

¹⁰⁴ MAXWELL, Kenneth, *O Marquês de Pombal*, Lisboa: Editorial Presença, 2001 (a versão original desta obra continha um subtítulo que fazia referência explícita ao argumento central do autor, relativo ao carácter aparentemente paradoxal da acção política de Sebastião José de Carvalho e Melo: *Pombal, Paradox of the Enlightenment*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995).

A sua acção política norteava-se pelo reforço do poder régio e submissão das entidades que levantassem entraves a esse objectivo, e pelo mercantilismo, como eixo central da política económica. Monteiro tem alguma relutância em atribuir ao reforço do poder da coroa o papel de mero instrumento pelo qual se alcançaria o objectivo último do consulado pombalino: a concretização de um projecto de reforma das estruturas políticas, sociais e culturais da Monarquia portuguesa. No seu entender o incremento da autoridade régia e da sua capacidade para ditar a norma sobre o espaço político constituiriam um fim em si mesmo.

Monteiro concebia, assim, Sebastião José de Carvalho e Melo na tradição de um valido à maneira seiscentista (uma espécie de Olivares e Richelieu do século XVIII), e menos como um ministro de inspiração ilustrada. Um dos contributos mais interessantes da proposta deste autor é a forma como historiciza a figura do Primeiro-Ministro, convocando as imagens e representações da época que sobre ela se teciam. Acaba assim por concluir que existia na cultura política do tempo – não apenas no seio das Monarquias Ibéricas, mas também além-Pirenéus – um anátema relativamente à existência de ministros todo-poderosos¹⁰⁵.

Já outro autor, José Subtil, desvaloriza o peso da «revolução silenciosa» em curso no reinado joanino (a reforma das Secretarias de Estado teria fracassado), enfatizando o carácter fracturante do Pombalismo face ao período anterior¹⁰⁶. Na sua óptica, a ruptura no sistema político português não fora desencadeada por factores inerentes /endógenos ao próprio sistema, mas sim por um elemento externo, não apenas a esse sistema mas ao próprio desígnio e acção humana: um fenómeno da natureza, o Terramoto de 1755.

¹⁰⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José...*, pp. 236-248.

¹⁰⁶ Enfatiza a continuidade do regime político entre D. João III e D. João V, considerando que o reinado do Magnânimo correspondeu «a uma fase de ensaio fracassado de transição para o modelo de governo político», na qual o modelo polissinodal de governo não havia sido destronado pela emergência das Secretarias de Estado, fracassando a tentativa que lhe estava subjacente de restringir o núcleo deliberativo da monarquia e reforçar o poder régio (uma vez que partia do seu arbítrio o preenchimento destes órgãos). As principais inovações do reinado joanino em matéria político-institucional situaram-se, no seu entender, ao nível da sociedade de corte e do poder simbólico da figura régia, que se torna hegemónica no espaço curial (impondo dispositivos disciplinares e de dominação simbólica). Em última análise, o reinado joanino perpetuara o domínio do modelo jurisdicional e corporativo, que só com Pombal viria a ser colocado em cheque. Cf. SUBTIL, José, *O Terramoto Político (1755-1759). Memória e poder*, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2007, pp. 53, 54.

A um terramoto natural, seguira-se, assim, um «terramoto político», precipitado pela situação excepcional que então se viveu no espaço político português, marcada pela destruição de infra-estruturas (nomeadamente dos edifícios da administração central e da corte), submersão da actividade económica no caos, a morte de inúmeras pessoas, etc. A situação extraordinária com a qual os agentes políticos se depararam exigiram soluções à medida, ou seja, que fossem além do ordinário, tomando-se, assim, medidas que numa situação que não fosse de disrupção profunda esbarrariam nos mais variados constrangimentos que regulavam o sistema político tradicional. Foi neste terreno favorável que Carvalho e Melo reuniu as condições para se alçar a uma posição de influência junto do rei, que conseguiria posteriormente consolidar, lançando as sementes para as práticas políticas e conteúdo reformista das mesmas que o seu consulado implementaria nos anos seguintes.

Para Subtil, o Pombalismo define-se pela ruptura face ao *statuo quo* político-administrativo de Antigo Regime que imperou ao longo de toda a Monarquia Barroca até ao início do reinado de D. José e ao cataclismo sísmico. Os seus principais motivos condutores, como o entendimento da política como exercício da *justiça*, o paradigma jurisdicionalista, a conformação da acção dos agentes políticos ao *statu quo* e ao costume, o sistema polissinodal de decisão, a patrimonialização dos ofícios régios, etc. recuavam face a um novo paradigma administrativo-burocrático (comissarial-estadualista) assente na competência técnica, no vínculo precário, na verticalização das relações de dependência administrativa, na afirmação de uma cadeia de comando e da tramitação vertical da decisão¹⁰⁷.

Subtil não vê como prioritária a detecção de elementos que filiem Carvalho e Melo às correntes do pensamento ilustrado, considerando que não é a ausência de evidências explícitas nesse sentido que inviabiliza que se conceba o Pombalismo como uma conjuntura político-administrativa marcada pela ambição de transformar as estruturas socioeconómicas do reino e das suas conquistas, ambição essa que se orientava por princípios de racionalidade e do interesse geral, característicos das correntes intelectuais ilustradas. Se Pombal não ia beber ao ideário das «Luzes», muito do seu pessoal político terá com ele contactado e terá comungado dos seus

¹⁰⁷ SUBTIL, José, *O Terramoto Político...*, pp. 99 e ss.

princípios¹⁰⁸. A filiação do líder do gabinete com o seu pessoal político assegurava as pontes entre o Pombalismo, o pensamento e a prática política ilustrada.

Relevante no âmbito da presente dissertação, uma vez que, ocasionalmente, se irá ultrapassar cronologicamente o reinado de D. José, é a questão dos impactes das reformas pombalinas além do consulado de Carvalho e Melo, nomeadamente nas continuidades com o reinado mariano. Este ponto é central nas reflexões de José Subtil, postulando este autor que não se registaram alterações de fundo e não se retornou à realidade decisório-administrativa pré-pombalina.

Relativamente a esta questão é muito interessante considerar a seguinte expressão de Jorge Borges de Macedo, que compatibiliza perfeitamente as continuidades e descontinuidades entre o pombalismo e o reinado mariano («viradeira»): «A morte de D. José consumou a previsível saída de Pombal. A sua equipa foi substituída por outra que também aceitava o princípio do reforço do poder central, mas preconizava a colaboração da Igreja e das casas nobres, tanto mais que, depois do pombalismo, o Estado já dispunha de um corpo de funcionários que tornava menos coactivo e condicional o auxílio que elas podiam dar ao governo central»¹⁰⁹. O reforço do poder régio manteve-se, mas foi abandonado o galicanismo pombalino.

Apesar das duas principais propostas interpretativas dos anos recentes divergirem em diversos aspectos, nomeadamente na apreciação que fazem do cunho programático da acção pombalina e do seu carácter inovador/modernizador face à evolução política dos anos anteriores ou a sua ligação às correntes intelectuais de vanguarda, é consensual que o Pombalismo implicou: uma redução dos focos institucionais de resistência ao exercício da autoridade régia; uma postura cada vez mais voluntarista da coroa e menos conformada com os equilíbrios socio-políticos

¹⁰⁸ SUBTIL, José, «The Evidence of Pombalism: Reality or Pervasive Clichés?», in *e-journal of Portuguese History*, vol.5, nº 2, 2007. Estas considerações vão de encontro ao alerta deixado por José Vicente Serrão contra os riscos da «excessiva absolutização na pessoa do Marquês de Pombal», chamando à atenção para a importância de se considerar o corpo de indivíduos, que, se é certo que gravitou em torno de Pombal, partilhou com ele responsabilidades políticas e não deixou de contribuir para a definição da agenda governativa. SERRÃO, José Vicente, *O Pombalismo e a Agricultura...*, p. 53. Semelhante repto já havia sido lançado anteriormente por Borges de Macedo, alertando para a necessidade de se procurar entender melhor a época pombalina, não através de uma perspectiva estritamente centrada no válido de D. José, devendo antes integrar-se a figura num contexto mais amplo. MACEDO, Jorge Borges de, *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, Lisboa: Moraes Editores, 1982 (2ª ed.), p. 27-31.

¹⁰⁹ Idem, *Ibidem*, p. 17.

pré-existentes, revelando, em contrapartida, uma apetência até aí inédita em intervir de forma transformadora sobre as estruturas sociais e económicas; a ruptura com os fundamentos e preceitos do paradigma jurisdicionalista ao nível da condução política dos territórios da coroa.

II. 2. Reformas ultramarinas do consulado pombalino: o modelo do «Governo Polido»

Como já foi enunciado, as reformas introduzidas pelo consulado pombalino, ao nível da gestão política da pasta dos negócios ultramarinos mas também nos domínios da fazenda e mesmo na política agrária, enquadraram o ajustamento que as instituições régias tiveram de realizar em face da expulsão dos religiosos de Santo Inácio, quer no reino, quer nos territórios ultramarinos.

As linhas que se seguem são em larga medida tributárias das reflexões de Catarina Madeira Santos, conforme expressas na sua dissertação de doutoramento *Um Governo Polido para Angola*¹¹⁰, sobre uma nova forma de administrar uma possessão imperial, que recorria a uma inspiração teórico-intelectual inovadora, a dispositivos de poder de tipo novo, e expressando-se em domínios da administração até então intocados, mas que o novo paradigma governativo agora convocava.

Segundo esta autora, se a teorização mais estrita e sistematização do conceito de «política» só ocorreu em Portugal no reinado de D. Maria, o uso do termo pode aplicar-se ao período pombalino, pois o seu espírito enquadrava-se no fim último da acção do gabinete liderado por Pombal: a afirmação do primado da coroa sobre o disciplinamento dos corpos sociais, e o esvaziamento dos pólos jurisdicionais que colocassem este objectivo em causa.

De inspiração ilustrada (mas não só), a noção de «política» e de «governo» que lhe estava associada implicavam a assunção do carácter executivo do poder régio, bem como sua legitimidade do pendor transformador da sua acção sobre as estruturas sociais, económicas e mentais. Daqui decorria a afirmação de um crescente

¹¹⁰ SANTOS, Catarina Madeira, *Um Governo Polido para Angola...*, pp. 27-33.

inconformismo relativamente ao paradigma corporativo-jurisdicionalista que havia ao longo do Antigo Regime presidido ao imaginário político.

As principais vertentes deste novo paradigma político eram as seguintes: i) recolha de impostos e cunhagem de moeda; ii) reforma militar; iii) desenvolvimento das actividades económicas (comércio, indústria, agricultura), ordenamento do território e dos seus contingentes populacionais; decorrente deste último vector, iv) o desenvolvimento dos meios de comunicação, e; por último, v) a formação dos espíritos e consciências (nomeadamente por via da intervenção sobre o sistema de ensino).

Santos filia, assim, o pombalismo e o seu modelo de administração governativo nas «luzes»¹¹¹, considerando que alguns dos seus princípios se evidenciaram particularmente nas reformas da administração ultramarina que foram desencadeadas a partir dos anos 50 e estiveram em implantação ao longo da segunda metade de Setecentos.

Ao nível da administração dos territórios ultramarinos, a aplicação dos princípios do «governo» teve as seguintes implicações: i) produção de uma ideologia colonial comum que unificasse e homogeneizasse as sociedades coloniais das várias conquistas; ii) ruptura com o pluralismo da «constituição» do império português e a imposição de um padrão administrativo homogéneo, baseado em instituições idênticas, que operassem com as mesmas rotinas burocráticas e objectivos concertados nos diversos pontos do império¹¹²; iii) redução da arbitrariedade e descontinuidade das políticas seguidas pelas várias comissões governativas, através da definição de linhas de força gerais, abstractas e persistentes, nas quais a acção dos vários oficiais superiores da administração imperial se deveria enquadrar, malgrado as

¹¹¹ No seguimento dos trabalhos de Ana Cristina Araújo, concebe-se o pensamento ilustrado como um *corpus* de ideias e concepções intelectuais polimórfico, apesar de um núcleo comum, que circulou pela Europa, cuja concretização e efeitos práticos divergiu nos contextos nacionais onde o pensamento foi passado à prática. Cf. ARAÚJO, Ana Cristina, *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 16, 17.

¹¹² Enquadrou-se neste tópico o desmantelamento do «dualismo colonial» levado a cabo durante o reinado Josefino, ou seja do emparelhamento de possessões ultramarinas, em que uma, mais periférica, estava subordinada económica e institucionalmente a outra - Eram os casos da relação de Angola com o Brasil, de São Tomé face a Cabo Verde, e no Estado da Índia, de Moçambique face ao Governo de Goa e de Timor face a Macau, embora neste caso apenas mais tarde. Inspirado pelo funcionamento do sistema do pacto colonial britânico, Sebastião José de Carvalho e Melo, procuraria subordinar todos as conquistas à regulação directa e sem intermediações regionais, ao reino. Cf. REGO, António da Silva, *O Ultramar Português no Século XVIII (1700-1833)*, 2ª ed., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970, p. 19.

idiossincrasias individuais e as contingências das conjunturas¹¹³, e; iv) difusão nas possessões ultramarinas do conceito de «civilização», com o propósito de transformar os nativos coloniais a partir do interior, trazendo-os para a realidade mental do colonizador e submetendo-os à superioridade da sua cultura.

Decorreu deste último ponto, o Alvará Pombalino de 2 de Abril 1761 que pôs fim à distinção jurídica entre reinóis e os naturais das colónias, passando estes a gozar das mesmas prerrogativas e privilégios dos primeiros. Mais do que pôr fim a uma discriminação social e racial, ao promover o indigenato este decreto pretendia mobilizar a população colonial para o aproveitamento do potencial económico das possessões ultramarinas, utilizá-la na ocupação efectiva do território, e envolvê-la na defesa das suas fronteiras e no desempenho de tarefas na administração régia (civil ou eclesiástica), incumbências que os escassos contingentes populacionais europeus que aí residiam não podiam assegurar. Portanto, ao mesmo tempo que se procurava subordinar todos os territórios de além-mar à regulação política da metrópole, pretendeu-se dotá-los dos meios humanos e financeiros que garantissem a sua própria sustentabilidade económica e defensiva.

Expressão desta política no Estado da Índia foi a ocupação das Novas Conquistas de Goa¹¹⁴, confirmando o processo de reconversão estrutural da presença portuguesa no subcontinente, que assentou principalmente na ocupação e controlo efectivo de faixas territoriais consideráveis (não obstante a quebra na extensão controlada pelos portugueses que resultara da perda da Província do Norte às mãos da Confederação Marata, em 1737), deixando definitivamente de se sustentar no controlo de uma rede de entrepostos comerciais costeiros e fortalezas. O Estado da Índia converteu-se num Estado continental que procurou subsistir através de relações

¹¹³ SANTOS, Catarina Madeira, *Ob. Cit.*, p. 37.

¹¹⁴ Correspondendo aos territórios de Pondá, Zambaulim, Embarbacém, Canácona, Cabo de Rama, cedidos pelo rei de Sunda em 1673, que abarcando uma área de 2458 quilómetros quadrados, praticamente duplicaram a extensão geográfica dos territórios de Goa. Cf. LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, *Goa Setecentista...*, pp. 30, 37.

diplomáticas equidistantes com os vários protagonistas geopolíticos da Índia à época, fossem eles europeus ou continentais¹¹⁵.

Cultivou-se, nesta altura, na Índia dos portugueses uma certa apetência pela actividade agrícola e pelo fomento manufactureiro. A este nível destacou-se a estratégia do Conde da Ega, Manuel de Saldanha e Albuquerque, vice-rei da Índia entre 1758 a 1765, de recuperação da vitalidade político-económica do Estado da Índia através da valorização da agricultura. A sua intervenção a este nível passou essencialmente pelo reforço das culturas tradicionais, ao mesmo tempo que se promovia a introdução de novas espécies, promovendo a aplicação das produções na venda para o mercado e na transformação manufactureira. Impulsionou a ocupação de incultos (Provisão de 1771, que ordenava o aforamento dos baldios com a obrigação de cultivo em três anos) e o incremento da produção de terras já afeiçoadas, de forma a aproximar os territórios circundantes à capital do Estado da Índia da autarcia alimentar, libertando-os, assim, da dependência dos abastecimentos provenientes do exterior¹¹⁶. Um verdadeiro impulso na política agrícola dos governos do período pombalino foi dado com a criação da Intendência Geral da Agricultura, em 1776.

O confisco do património da Companhia de Jesus e a gestão subsequente do seu recheio é um processo que ocorre em simultâneo à implementação desta política de valorização agrária. Os seus resultados foram, contudo, pouco significativos (não obstante algum aumento da produção no final de década de setenta, que teria continuidade nos decénios subsequentes¹¹⁷) à mercê, nomeadamente, da resistência das gãoarias, sobre as quais acabou por recair uma parte substancial dos encargos com a concretização das iniciativas da Intendência, que em diversos casos requeriam investimentos consideráveis, e da indisponibilidade e receio face aos efeitos da mudança que as reformas implicavam na organização do trabalho da terra e dos equilíbrios sociais que por aí passavam¹¹⁸.

¹¹⁵ CARREIRA, Ernestina, «Aspectos Políticos» in *O Império Oriental (1660-1820)*, tomo II, vol. 5 de *Nova História da Expansão*, coordenação de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa: Editorial Presença, 2006, pp.91-95.

¹¹⁶ RODRIGUES, Eugénia, «A Agricultura: entre as Comunidades...» in *Ob. Cit.*, pp.484-486.

¹¹⁷ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, *Goa Setecentista...*, p. 55.

¹¹⁸ RODRIGUES, Eugénia, «A Agricultura: entre as Comunidades...» in *Ob. Cit.*, pp. 487-89.

Outro sentido da acção pombalina no âmbito agrário visou justamente as relações institucionais entre a administração régia e as estruturas comunitárias do meio rural, as *gãocarias*. Pode enquadrar-se a abordagem do governo da Índia relativamente às comunidades de aldeia no desígnio pombalino de submeter à autoridade da coroa os pólos jurisdicionais dotados de autonomia, particularmente nos níveis mais periféricos da administração.

A provisão de 21 de Abril de 1771, ordenando que todos os baldios fossem aforados e que fossem convertidos em terra produtiva no prazo de três anos (estando os foreiros isentos do pagamento de foros durante dez anos) foi especialmente relevante a este nível, introduzindo a possibilidade de toda a terra das aldeias (fundo comum que era repartido entre os *gãocares* incluído) poder ser alienada, mediante o pagamento da *sis*¹¹⁹. Esta legislação enquadrava-se com a política agrária em curso no reino, apostada na dinamização das transacções de propriedade fundiária no seio do mercado e no estímulo à intervenção de agentes sociais munidos de capital na actividade produtiva, desbloqueando a captação das *sis* para a Monarquia, imposto sobre as transacções de imóveis que, à mercê das formas de amortização da propriedade em vigor e da situação de mercado bloqueado, escavam à cobrança régia¹²⁰. Abriu-se, assim, a porta ao fim de um dos principais particularismos de jurisdição agrária que se aplicava às comunidades: o monopólio dos *gãocares* sobre a distribuição das terras do fundo comum das aldeias, excluindo dele os *cuntocares* e todos os outros interessados, ou seja aqueles que não tinham voz na *gãocaria*¹²¹. Com esta lei, a terra aldeã passava a sujeitar-se à legislação geral do reino a respeito dos aforamentos (o propósito de homogeneização jurídico-constitucional característico do «governo polido») – que já incidia sobre a propriedade enfiteutica de Goa e dos demais territórios do Estado da Índia e que agora se estendia à propriedade comunitária.

¹¹⁹ RODRIGUES, Eugénia «A agricultura: entre as comunidades de aldeia e os empreendimentos estatais» in *Ob. Cit.*, pp. 455, 456.

¹²⁰ SERRÃO, José Vicente, *O Pombalismo e...*, p. 104.

¹²¹ MATOS, Artur Teodoro de «Sistema tributário e rendimento fundiário de Goa no século XVI» in *Las Relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los Descubrimientos y la Expansión Colonial*, edição de Ana María Carabias Torres, Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca, 1994, p. 274; RODRIGUES, Eugénia, «A agricultura: entre as comunidades de aldeia e os empreendimentos estatais» in *Ob. Cit.*, p. 457, 491.

Levada às suas derradeiras consequências, a aplicação desta legislação infligiria um golpe profundo na organização e vivência das comunidades de aldeia, promovendo em contrapartida a difusão de formas individuais de detenção da terra e asseguraria, no entender da coroa, as condições necessárias para a constituição de um grupo social de proprietários no qual a Monarquia confiaria a organização da actividade económica, do ordenamento territorial e da coesão social no interior de Goa, bem como de toda a espécie de prestação de serviços¹²².

Alguma historiografia, principalmente nos círculos académicos indianos¹²³, considera (juntamente com a aquisição das Novas Conquistas) a desamortização da terra controlada pelas ordens religiosas, com a Companhia de Jesus à cabeça,¹²⁴ como uma das principais evidências da reconversão da feição económica e político-administrativa do Estado da Índia que se reconfigurava no sentido da territorialização, demonstrando os agentes económicos e sociais um maior interesse pela ocupação dos solos. Em resultado destes movimentos de conversão, procurou-se alterar as estruturas agrárias preexistentes, esboçando-se um processo de perda das terras por parte das gãoarias e de recuo da sua preponderância sócio-económica.

Relativamente ao Governo da Índia, destacaram-se as seguintes reformas e alterações administrativo-institucionais promovidas pelo consulado pombalino. A primeira prendeu-se com o aspecto simbólico da governação. Após o Vice-Reinado do Conde da Ega, Manuel de Saldanha e Albuquerque, que por excessos de iniciativa e demonstrações de incapacidade em cingir-se estritamente às directrizes da corte (revelando uma agenda política própria) regressaria em desgraça ao reino, não mais, durante o reinado de D. José, voltariam a ser nomeados Vice-Reis. Para evidenciar no plano simbólico a preeminência incontestada das directrizes vindas do reino, doravante foram apenas providos governadores, já não dotados da dignidade de *alter-ego* do rei, reforçando-se, assim, pela diferença de estatuto, a sua subordinação face

¹²² RODRIGUES, Eugénia «A agricultura: entre as comunidades de aldeia... » in *Ob. Cit.*, pp. 455.

¹²³ MALEKANDATHIL, Pius «Economic Process, Ruralisation, and Ethnic Mutation. A Study on the Changing Meanings of Lusitanian Space in India, 1780-1840» in *Itinerario*, vol. XXXV, nº 2, 2011; Remy Dias, *Ob. Cit.*, pp.26-29

¹²⁴ DIAS, Remy *Ob. Cit.*, p. 26.

ao monarca¹²⁵. Por outro lado, fazia-se equivaler a dignidade do principal cargo político-institucional à importância estratégica objectiva que o Estado da Índia tinha no quadro do Império português de meados de Setecentos¹²⁶.

Extinguiram-se a Casa dos Contos de Goa (carta de Lei de 10 de Abril de 1769) e o Conselho da Fazenda da Índia (no contexto da reforma administrativa de 1774). As suas incumbências passariam a ser desempenhadas pela Junta da Real Fazenda do Estado da Índia, que foi colocada sob estreita dependência da Contadoria da Capitânia do Rio de Janeiro, África Oriental e Estado da Índia, do Erário Régio, no que foi a concretização, na periferia asiática, da reforma da administração fiscal da coroa levada a cabo pelo consulado pombalino¹²⁷. Em 1774 procedeu-se a uma importante reorganização das instituições administrativas do governo de Goa. Reduziram-se as despesas com os emolumentos e ajudas de custo a oficiais, extinguiram-se certos postos (administradores do estanco do tabaco, vedor da fazenda), criaram-se outros (intendente da marinha, por exemplo), tendo em vista a racionalização da estrutura. Interditou-se a transacção de ofícios e a transmissão hereditária que decorria da sua patrimonialização¹²⁸, impondo-se, assim, a Leste do Cabo da Boa Esperança, os novos paradigmas do serviço régio que haviam triunfado no reino. Datou também desse ano a reorganização da Câmara Municipal de Goa (Lei de 7 de Janeiro de 1774) e a criação dos Senados das Câmaras de Salsete e de Bardez (Alvará de 15 de Janeiro de 1774)¹²⁹.

¹²⁵ Entre os projectos acalentados pelo Vice-Rei que mereceram desaprovação da corte, destacavam-se o fomento do comércio por via da criação da Companhia de Bengala, a reforma da marinha, a liberalização do comércio com Moçambique e a instrumentalização que planeou fazer dos réditos tomados aos jesuítas para reavivar o giro na praça de Goa, de que se falará no capítulo seguinte. Cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero, «A Reorganização dos Territórios. As tentativas de recuperação asiática», in *História da Expansão Portuguesa*, vol. III, direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 52, 55; SALDANHA, António Vasconcelos de, *A Índia Portuguesa e a Política do Oriente de Setecentos: Manuel de Saldanha, 1º conde da Ega e 47º Vice-Rei da Índia*, Lisboa: Alfa, 1989.

¹²⁶ REGO, António da Silva, *Ob. Cit.*, p. 239.

¹²⁷ BETHENCOURT, Francisco, «Configurações do Império. O Estado da Índia» in in *História da Expansão Portuguesa*, vol. III, direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, pp. 267-269; MATOS, Artur Teodoro de, «O Estado Português no Oriente. Administração» in *O Império Oriental (1660-1820)*, tomo I, vol. 5 de *Nova História da Expansão*, coordenação de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa: Editorial Presença, 2006, pp. 127, 128.

¹²⁸ CAETANO, Marcello, «As Reformas Pombalinas e Post-Pombalinas. O novo espírito em que são concebidas» in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. III, pp. 252-253.

¹²⁹ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, *Goa Setecentista...*, pp. 51, 52.

Ao nível judicial destacou-se a extinção do Tribunal da Relação de Goa (Lei de 15 de Janeiro de 1774), e o do Santo Ofício (suprimido também em 1774, mas depois reinstituído com o reinado mariano, em 1779, ficando vigente até à sua extinção definitiva em 1812)¹³⁰.

Se exceptuarmos alguns aspectos, o sentido da política reformista pombalina para o Estado da Índia foi prosseguida, no reinado de D. Maria I, pelo gabinete de Martinho de Melo e Castro, prolongando-se, nomeadamente, na intervenção sobre as instituições centrais da fazenda e administração ultramarina que tinham jurisdição sobre os organismos da administração das conquistas asiáticas.

II. 3. O anti jesuitismo pombalino: causas e motivações da expulsão dos Inacianos

Alguns autores têm defendido que a monarquia portuguesa possuía uma certa tradição multiseular de pendor regalista, empenhada em submeter os corpos eclesiásticos à autoridade e conveniência do Estado, diminuindo a sua sujeição a uma jurisdição exterior às fronteiras do reino: o Papado. Este regalismo oscilante, mais pronunciado em certas conjunturas que noutras, fez-se sentir em domínios como o do beneplácito régio¹³¹ (de origem medieval, mas reintroduzido com D. João V, em 1728 e, mais tarde em 1760, antes do rompimento das Relações Diplomáticas com o Papado), o Padroado da coroa sobre os territórios ultramarinos ou a incorporação das ordens militares na sua órbita¹³².

À luz deste traço, não se pode considerar que a política pombalina empenhada em submeter a esfera eclesiástica aos ditames da coroa fosse absolutamente insólita. A novidade residiu verdadeiramente na intensidade com que foi perseguida essa política e na disposição de a levar às suas consequências derradeiras.

¹³⁰ REGO, António da Silva, *Ob. Cit.*, pp. 239, 246.

¹³¹ Por Beneplácito Régio entende-se a obrigação de se obter a confirmação prévia do rei de Portugal para que se pudesse fazer a leitura e divulgação de bulas, breves, graças ou outros despachos provenientes da Santa Sé.

¹³² COUTO, Jorge, *Ob. Cit.*, p. 44.

Por outro lado, o próprio sentimento anti jesuítico também não se forjou com o consulado de Carvalho e Melo. Poucos anos depois da implantação da Ordem em Portugal, manifestaram-se desde logo sentimentos de hostilidade para com a Companhia de Jesus, sendo-lhe imputadas responsabilidades directas por muitos dos problemas e dificuldades que afectavam o reino de Portugal e as suas conquistas. Sintetizando o papel do Marquês de Pombal na hostilização e no combate político contra os jesuítas, José Eduardo Franco considerava que «Pombal foi responsável pela inauguração de uma nova etapa na história do anti jesuitismo português, criando aquilo que podemos chamar de verdadeira escola ideológica anti jesuíta», intensificando, recriando, sistematizando num corpo doutrinário coerente e traduzindo em acção política uma sensibilidade e um conjunto de imagens esparsas e desconexas que já vinham de trás¹³³. Fora assim responsável pela criação de uma grelha de compreensão da realidade presente e pretérita de Portugal, uma visão total e maniqueísta em que a Companhia de Jesus era considerada a origem de todos os males. Esta visão tinha a virtualidade de justificar a acção política reformista do reinado josefino, passada à prática muitas vezes de forma extremamente impositiva. Trava-se uma guerra sem quartel contra um poderoso inimigo interno, que deveria ser suprimido sem contemplações e cuja influência a inúmeros níveis da sociedade portuguesa (reino e ultramarina) deveria ser extirpada¹³⁴.

Acresce ainda que a Companhia de Jesus era um dos mais influentes partidários das concepções da primazia da autoridade do papado sobre o poder temporal dos Estados, particularmente no que ao controlo sobre as igrejas «nacionais» dizia respeito. Pelo contrário, o regalismo pombalino pretendeu remeter o poder da igreja estritamente à esfera espiritual, mas reservando ao poder temporal da administração régia a prerrogativa de poder interferir em alguns domínios eclesiásticos - daí decorrendo a reafirmação do beneplácito régio.

A questão das implicações políticas e culturais em jogo no confronto entre a coroa e a Igreja - com a mais influente das suas ordens religiosas à cabeça, a Companhia de Jesus - está no centro das reflexões sobre a afirmação do poder régio

¹³³ FRANCO, José Eduardo, *Ob. Cit.*, p. 319 e ss.

¹³⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José...*, pp. 135, 136.

face à sociedade e a outras entidades político-institucionais. É, contudo, de assinalar que são poucos os autores a considerar a dimensão económica que também esteve implicada neste processo¹³⁵.

Como já atrás foi referido, com o consulado pombalino orientou a sua *praxis* política no reforço do seu próprio poder e autoridade «até ao máximo das suas virtualidades»¹³⁶, o que implicava submeter à concordância com os seus desígnios outros pólos que, na comunidade política, evidenciassem a capacidade e reivindicassem legitimidade para controlar as acções e comportamentos sociais e que, por outro lado, respondessem a uma fonte de autoridade exterior ao reino. A Companhia de Jesus, entidade eclesiástica influente e poderosa, incluía-se, assim, entre as principais visadas da política de reforço e incremento da autoridade do poder central¹³⁷.

Outro desígnio da acção de Sebastião José de Carvalho à frente do «ministério» foi aproximar Portugal dos Estados europeus transpirenaicos, economicamente mais pujantes, política e culturalmente mais avançados. A esse nível impunha-se fazer face a um dos aspectos pelo qual a sociedade portuguesa era censurada no estrangeiro: o excessivo peso da Igreja nas mentalidades e no sistema político da Monarquia¹³⁸, causador do obscurantismo e atraso material do reino. À circunscrição ou eliminação do poder autónomo dos corpos eclesiásticos estava, portanto, subentendida uma noção de progresso que, segundo algumas propostas interpretativas do sentido do pombalismo, estariam no centro dos seus horizontes.

Como vimos atrás, alguns dos mais recentes trabalhos historiográficos subordinados à temática de Pombal e do Pombalismo têm procurado matizar uma pretensa sistematicidade e um carácter estruturado de base no pensamento político

¹³⁵ José Vicente Serrão, num conjunto de breves reflexões, é um dos poucos autores a destacar e a isolar esta dimensão. No seu entender, Pombal orientara a sua política face aos corpos eclesiásticos em função da circunscrição e redução das fontes de dotação financeira, nomeadamente ao nível dos seus empreendimentos económicos. Assim se explicaram as medidas contrárias à amortização de património secular em benefício da Igreja: por via da vinculação em capelas e ou através da enfiteuse, de legados pios ou da confirmação da aquisição de bens de raiz, só para citar algumas áreas de intervenção neste sentido. Cf. SERRÃO, José Vicente, *O Pombalismo e a Agricultura...*, p. 55.

¹³⁶ MACEDO, Jorge Borges de, *O Marquês de Pombal. 1699-1782*, Lisboa, Biblioteca Nacional-Série Pombalina, 1982, p. 21.

¹³⁷ FALCON, Francisco Calazans, *A Época Pombalina (Política Económica e Monarquia Ilustrada)*, São Paulo: Editora Ática, 1982, pp. 378, 379.

¹³⁸ FRANCO, José Eduardo, *Ob. Cit.*, pp. 334, 335.

de Carvalho e Melo – a existência de um projecto político, onde a presença de um corpo homogéneo de ideias, objectivos e formas de concretização se encontravam longamente presentes, decorrendo, justamente, a sua consistência de um longo período de maturação, pouca influência exercendo as contingências da realidade concreta¹³⁹.

Procura-se chamar à atenção para o carácter mais contingente da acção do consulado pombalino: a forma como o curso dos acontecimentos, nomeadamente as reacções dos vários sectores sociais, poderes e interesses, foi determinante na adopção de determinadas soluções, mais do que propriamente a aplicação integral de um conjunto de directrizes previamente delineadas no abstracto.

O anti jesuitismo é considerado um dos elementos estruturantes do pensamento político do Marquês de Pombal e a extinção da Companhia de Jesus uma das marcas de água do seu consulado. Contudo, uma análise do que se conhece do pensamento de Carvalho e Melo antes de ter assumido o protagonismo na estrutura decisória da administração central, e ao longo da sua ascensão rumo à posição de Secretário de Estado, não revelam evidências de hostilidade face à Companhia de Jesus¹⁴⁰. Bem pelo contrário, reconhece-se até uma certa proximidade entre Carvalho e Melo e a Ordem¹⁴¹, ao ponto de no período terminal do reinado de D. João V, esta ter favorecido o diplomata então regressado da Áustria, em oposição à facção de Frei Gaspar da Encarnação e de Alexandre de Gusmão, fatores do Tratado dos Limites na América Portuguesa¹⁴².

¹³⁹ Cf., por exemplo, MACEDO, Jorge Borges de, *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, Lisboa: Moraes Editores, (2ª ed.), 1982; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José...*

¹⁴⁰ LOPES S J, António, *O Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus. Correspondência inédita ao longo de 115 cartas (de 1743 a 1751)*, Cascais: Principia, 1999.

¹⁴¹ ANTUNES, Manuel António, *Ob. Cit.*, pp. 126-127; FRANCO, José Eduardo, *Ob. Cit.*, pp. 385-387; MONTEIRO, Nuno, *Ob. Cit.*, p. 72.

¹⁴² Em termos genéricos, este tratado procurava resolver definitivamente o diferendo fronteiriço que opunha portugueses e espanhóis relativamente às suas possessões sul americanas. Estipulava-se o domínio português sobre os territórios do Oeste brasileiro: a região amazónica, Mato Grosso e Maranhão, que já vinha sendo exercido *de facto* (afirmando-se, assim, o princípio do *uti possidetis*), cedendo-se, ainda a Portugal, a região dos Sete Povos, território pautado pelas reduções jesuíticas de índios guaranis. Em contrapartida, Espanha ficou com a Colónia de Sacramento e os territórios da margem setentrional do Rio da Prata. Para um resumo panorâmico da celebração deste tratado e as implicações, nomeadamente ao nível das relações da coroa com a Companhia de Jesus, daí decorrente, cf., por exemplo, ALMEIDA, Luís Ferrand de Almeida, *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1750)*, Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica/ Centro de História da Sociedade e

Foi a oposição da Companhia de Jesus a este tratado, particularmente à transferência de soberania dos territórios dos Sete Povos (os inacianos foram acusados de incitar as populações ameríndias à sublevação no que ficou conhecido pelas Guerras Guaraníticas, vigentes entre 1753 e 1756) resistindo à supressão das reduções que mantinha nessa zona, que esteve na génese da hostilidade dos gabinetes josefinos sob a liderança de Pombal relativamente à ordem religiosa.

Se a isto se juntar os relatos altamente críticos que o irmão de Carvalho e Melo, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Grão-Pará e Maranhão entre 1751 e 1759, enviava para o reino, ficam patentes as causas mais importantes do militante anti jesuitismo pombalino. Nesta correspondência, o oficial encarregue de superintender às demarcações na zona amazónica denunciava o que considerava ser a influência desmesurada que a ordem detinha na região amazónica, e a sua relutância em abdicar da autoridade temporal que exercia *de facto* nas suas reduções, assim como a oposição que moveram à acção da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (criada em Junho 1757)¹⁴³.

A 19 Setembro de 1757, motivado pelas notícias que chegavam do Brasil relativamente às obstruções e recusas dos inacianos em acatar a política régia na região amazónica, nomeadamente no que à liberdade dos índios e ao exercício de poderes temporais sobre as aldeias dizia respeito, a coroa decretava a expulsão do paço real de todos os religiosos jesuítas¹⁴⁴. O clima de tensão latente que vinha pairando entre as duas partes assumia agora contornos de hostilidade declarada¹⁴⁵.

da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990; CORTESÃO, Jaime, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Lisboa: Livros Horizonte, 2ª. ed., 1984.

¹⁴³ MONTEIRO, Nuno, *D. José...*, pp. 70-72.

¹⁴⁴ COUTO, Jorge, *O Colégio Jesuítico do Recife...*, p. 108.

¹⁴⁵ Nesse mês preparava-se a publicação de *A Relação abreviada da Republica, que os Religiosos Jesuitas das provincias de Portugal e Hespanha, estabelecerao nos Dominios Ultramarinos das duas Monarchias*, onde era exposta por escrito e sistematizada a argumentação anti jesuítica que campeava no seio dos gabinetes josefinos. A 21 de Setembro de 1757 decretava-se a expulsão dos confessores jesuítas da corte. Iniciaram-se, igualmente por esta altura, as acções diplomáticas junto da Santa Sé tendo em vista a persuasão do papado para a necessidade de se alterarem drasticamente as prerrogativas da Companhia de Jesus. Estas saldaram-se, em pouco tempo, na nomeação do Cardeal Francisco Saldanha, homem afecto a Pombal, para Visitador e Reformador Geral da Companhia de Jesus nos Reinos de Portugal, dos Algarves e suas conquistas de além-mar (Breve de 1 de Abril de 1758 do Papa Bento XIV). Entre os sucessos políticos que foram materializando a queda da Companhia de Jesus, seguiu-se o edital que interditava os inacianos de realizarem a confissão e a pregação.

Seria, contudo, o atentado fracassado contra o próprio monarca na noite de 3 de Setembro de 1758, que precipitou irreversivelmente a extinção da Companhia de Jesus nos territórios de jurisdição da coroa portuguesa.

Através de um edital promulgado a 19 de Dezembro a monarquia revelava publicamente a tentativa de regicídio, proferido-se sensivelmente um mês depois, a 12 de Janeiro de 1759, a sentença da Junta da Inconfidência, tribunal criado expressamente por Pombal e dirigido pelo próprio, para apurar responsabilidades no atentado e julgar aqueles que nele houvessem estado implicados. Além da condenação formal dos arguidos que pertenciam à primeira nobreza de corte, casos do Duque de Aveiro, dos Marqueses velhos de Távora e seus filhos Luís Bernardo e José Maria de Távora, assim como o Conde de Atouguia, foi directamente incriminada a Companhia de Jesus, enquanto autora moral do crime de lesa-majestade.

Na sentença contra a Companhia de Jesus, ordenaram-se as medidas a ser tomadas contra a Ordem: deveria proceder-se à dissolução das suas comunidades, pôr fim a todas as suas actividades de ensino e de cura de almas; as autoridades civis deveriam assumir o controlo das suas missões, colégios e estabelecimentos, cercand-os para assegurar o corte total de comunicação entre os regulares cativos e a população; deveria proceder-se à detenção dos seus membros, deportando-se para o reino aqueles que estivessem no império, levando-se a cabo, por último, o sequestro de todos os seus bens¹⁴⁶.

Sete dias depois da sentença ser proferida inauguravam-se as acções tendentes à apropriação do património temporal dos jesuítas. Em cartas régias datadas de 19 de Janeiro de 1759 enviadas para a Casa da Suplicação e para a Relação do Porto, ordenava-se o confisco de todos os bens móveis e de raiz detidos pela ordem suprimida, bem como das suas pensões, rendas e interesses de dívidas, devendo destacar-se desembargadores para superintender a transferência do pecúlio jesuítico para a alçada da administração régia¹⁴⁷. Desencadeavam-se assim no reino, as acções

¹⁴⁶ AZEVEDO, Lúcio de Azevedo, *O Marquês de Pombal...*, p. 163.

¹⁴⁷ Nestas cartas evidenciava-se já uma das constantes da administração dos bens confiscados: deveria ser o próprio património jesuítico a suprir as despesas associadas às funções desempenhadas pela ordem, assim como os encargos que o seu desmantelamento implicava. Neste caso, dever-se-ia aplicar uma parcela dos rendimentos para manter em funcionamento a ministração quotidiana do culto nas igrejas inacianas. Por outro lado, os custos que envolveram a detenção e a manutenção de cada

que conduziriam à apropriação dos bens temporais detidos pela congregação proscrita.

A tomada de controlo sobre os colégios e casas dos jesuítas foi em diversos casos orientada pelo desejo que as autoridades tinham de se apossarem de um património cujas alegadas riquezas haviam povoado a imaginação dos críticos da ordem ao longo dos anos. Através da subtracção dos recursos económico-financeiros e da sua incorporação no Erário régio, o gabinete pombalino pensava, talvez, obviar os problemas de tesouraria que afectavam a monarquia à época¹⁴⁸.

Estas várias medidas foram preparando caminho para supressão definitiva da Assistência portuguesa da Ordem de Santo Inácio¹⁴⁹, que foi oficializada a 3 de Setembro de 1759, precisamente um ano após a tentativa de regicídio.

Posto em marcha o «extermínio»¹⁵⁰ da Assistência de Portugal, o consulado pombalino empenhou-se, através de uma acção diplomática persistente e da intervenção no debate intelectual internacional (recorrendo à publicação de obras polémicas de conteúdo anti jesuítico além-Pirenéus) em fazer com que as demais monarquias europeias seguissem o exemplo português, expulsando os inicianos dos seus territórios¹⁵¹. O grande objectivo acalentado pelo gabinete de Carvalho e Melo

religioso enquanto estivesse sob cativeiro, deveriam ser igualmente suportados pelos recursos financeiros da ordem. Cf. a transcrição desta carta em CAEIRO, José, *História da Expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal* (sé. XVIII), vol. III, Lisboa: Editorial Verbo, 1999, pp. 385-388.

¹⁴⁸ AZEVEDO, João Lúcio de, *A Época do Marquês de Pombal e a Sua Época*, Porto: Clássica Editora, 2ª. ed., 1990, pp. 162-164. Sobre a conjuntura financeira no final dos anos cinquenta, início dos anos 60 de Setecentos, cf. TOMAZ, Fernando, «As Finanças do Estado Pombalino. 1762-1776» in *Estudos e Ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa: Sá da Costa, 1988, pp. 356-371.

¹⁴⁹ Estas medidas que ao longo de 1759 preparam terreno para a supressão definitiva da Companhia de Jesus nos territórios da Monarquia portuguesa, foram a partir de Abril acompanhadas, no plano internacional, pela acção diplomática junto da Santa Sé, destinada a obter a legitimação papal relativamente às acções de desmantelamento da ordem. A coroa pretendia que a cúria romana autorizasse o levantamento da imunidade eclesiástica de que gozavam os regulares, de forma que a Mesa da Consciência e Ordens estivesse, à luz do direito vigente, habilitada para julgar a Companhia de Jesus, acabando por essa via por caucionar as acções contra a Companhia. A resistência do Papado (então sob o pontificado de Clemente XIII) em anuir às pretensões da coroa portuguesa nesta matéria (uma iniciativa de claro pendor regalista) seria um dos factores por trás do corte de relações entre Portugal e a Santa Sé, que ocorreu a partir de Julho de 1760 e estaria em efeito por uma década. Cf. FRANCO, José Eduardo, *Ob. Cit.*, pp. 451, 461, 462.

¹⁵⁰ Recuperando aqui a expressão coetânea, reintroduzida na produção historiográfica contemporânea por Nuno Gonçalo Monteiro. Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José...*, p. 135.

¹⁵¹ França de Luís XV expulsaria os jesuítas em 1762, seguindo-se a Espanha de Carlos III cinco anos mais tarde.

era a extinção generalizada da Companhia de Jesus, que se viria a concretizar com a promulgação do breve papal *Dominus ac Redemptor*, de 16 de Agosto de 1773.

A ofensiva da coroa contra a Companhia de Jesus pode, ainda, ser integrada noutra vertente da política pombalina: a limitação do poder económico dos corpos eclesiásticos, que tinham nos rendimentos provenientes da terra – rendas ou rendimentos da exploração agrícola das suas propriedades – uma das suas principais fontes de riqueza (sendo mesmo considerados o maior proprietário de terra, tanto no reino, como na Índia e noutras possessões imperiais).

Encontrando-se as ordens religiosas e outros corpos eclesiásticos entre os principais detentores da terra na monarquia portuguesa, a extinção da Ordem dos companheiros de Santo Inácio, a mais influente e abastada das instituições regulares, acarretaria a desamortização dos seus bens de raiz, permitindo a entrada dos seus terrenos e imóveis no mercado fundiário¹⁵². É necessário ter em conta que, tanto em Goa como no reino, embora à mercê de condicionantes bastante diferentes, a segunda metade do século XVIII correspondeu a uma conjuntura de grande pressão ao nível do acesso à terra¹⁵³.

A desamortização da propriedade rústica eclesiástica foi uma das principais áreas de intervenção da coroa no sentido de regulamentar e promover um melhor funcionamento do mercado imobiliário - um dos objectivos primaciais da política agrária do consulado de Carvalho e Melo. Esta intervenção passou nomeadamente pela remoção do que se entendia serem os principais obstáculos levantados pelas modalidades institucionalizadas de amortização/vinculação. Procurou-se, entre vários aspectos, dinamizar as vendas e aquisições de terra e a intervenção de agentes sociais munidos de capital na actividade produtiva; recuperar para a monarquia um conjunto de direitos fiscais sobre a terra que por via da amortização eclesiástica escapavam à cobrança régia (as sisas, imposto sobre as transacções de imóveis, assim como outros direitos de que as propriedades eclesiásticas estavam isentas)¹⁵⁴. Dada a importância política e económica da terra, a concentração excessiva desta sob alçada do clero

¹⁵² SERRÃO, José Vicente, *O Pombalismo e...*, p. 103.

¹⁵³ RODRIGUES, Eugénia, «A Agricultura: entre as Comunidades de aldeia...» in *Ob. Cit.* pp. 450-456; SERRÃO, José Vicente, *O Pombalismo e...*, p. 103.

¹⁵⁴ SERRÃO, José Vicente, *O Pombalismo e...*, p. 104.

colocaria em causa a preeminência da coroa sobre os corpos eclesiásticos, tanto no reino como no império.

O Pombalismo empenhou-se em fazer cumprir os capítulos das ordenações do reino que interditavam a amortização de bens de raiz por parte de instituições eclesiásticas (ou seja, convocar novamente legislação pré-existente) mas que, como foi visto no capítulo anterior, nunca gozaram de uma efectiva aplicação continuando estas a concentrar e a reter nas suas mãos terra e rendas do solo¹⁵⁵. Ao nível da intervenção legislativa, recorreu-se também à produção de novas directrizes. Se a maioria desta legislação foi produzida já depois da extinção da Companhia de Jesus se ter processado, elas inserem-se no espírito de restrição, delimitação e remoção da propriedade fundiária da Igreja, que esteve também subjacente ao confisco dos seus bens de raiz.

Se as anteriores leis incidiam sobre a amortização, uma vez concretizada – ordenada, portanto, a sua alienação num prazo obrigatório - a legislação elaborada pelo gabinete pombalino vai ser preventiva, procurando atacar a amortização de bens de raiz antes desta se concretizar, ou seja antes das terras serem transferidas para a alçada da Igreja¹⁵⁶. A aplicação da nova (mas, também, da antiga) legislação seria desencadeada a partir da segunda metade de 1769.

Outra área de intervenção da política agrária pombalina com repercussões ao nível do confisco da propriedade fundiária jesuítica e, no geral, da redução do poder económico da Igreja, foi a vinculação, nomeadamente no que diz respeito às capelas (e também aos morgadios). Promoveu-se a supressão de inúmeros institutos vinculares

¹⁵⁵ Referimo-nos aqui à legislação que ordenava a alienação de toda a propriedade de raiz no prazo de um ano.

¹⁵⁶ Destacam-se a este nível: a Lei de 25 de Junho de 1766 e a Lei de 4 de Julho 1768, que procuravam restringir os aforamentos eclesiásticos impedindo que as instituições da igreja detivessem, em simultâneo, o domínio directo e útil dos prédios emprazados; a Lei de 9 de Setembro de 1769, que a respeito da amortização eclesiástica estabelecia um tecto máximo para os legados pios e bens de alma, na proporção de 1/6 do património até ao valor de 400 mil réis, proibindo que em caso de inexistência de testamento e de herdeiros presuntivos, a propriedade transitasse para os eclesiásticos; a Lei de 25 de Janeiro de 1775 que reforçava o princípio, já presente nas ordenações filipinas, da insinuação de doações – ou seja, que o beneficiário da doação estivesse obrigado a solicitar confirmação da doação aos descendentes do doador, de forma a evitar cedência de bens através da coacção sobre o leito de morte. Recorde-se que este princípio já surgia nas ordenações filipinas, mas a sua aplicação foi colocada em cheque pela introdução das excepções relativas às doações pias e às doações remuneratórias. Cf. SERRÃO, José Vicente, *O Pombalismo e...*, pp. 106-108. Relativamente às excepções às prescrições das ordenações filipinas ver o que se escreveu no capítulo anterior.

que apresentassem um rendimento insuficiente para corresponder ao propósito por trás da sua criação, a sustentação da linhagem do instituidor. A desamortização destes bens de raiz permitiria que entrassem no mercado fundiário, podendo assim a coroa captar as sisas resultantes da sua transacção¹⁵⁷.

Em termos dos resultados concretos desta política, José Vicente Serrão contabilizou para o período entre 1771 e 1777 a desamortização de 15 mil vínculos que não correspondiam ao rendimento mínimo exigido pela nova legislação¹⁵⁸.

II. 4. A expulsão dos Jesuítas no Estado da Índia

Para o Estado da Índia, a ordem de expulsão dos jesuítas foi promulgado a 3 de Março de 1759¹⁵⁹. O conteúdo do decreto foi reforçado numa carta régia datada de 27 desses mês, que terá seguido junto com aquele alvará na documentação que a coroa enviou para Goa na monção subsequente, na qual se ordena ao Vice-Rei que procedesse ao «sequestro geral de todos os bens móveis e de raiz, rendas ordinárias e pensões que os ditos religiosos possuírem ou cobrarem em todas as províncias e lugares dos territórios da jurisdição desse Governo e Casa da Relação de Goa, nomeando os desembargadores dela que necessários forem e vos parecerem mais idóneos, para que desocupando-se do exercício da mesma casa, partam imediatamente a sequestrar em cada uma das ditas províncias e lugares os sobreditos bens, formando de tudo um inventário com a distinção dos bens»¹⁶⁰. A coroa ordenava, assim, que se replicasse nos territórios sob jurisdição do Estado da Índia ou nas áreas de acção das missões jesuíticas, a detenção dos religiosos e captura dos seus bens, ordens que também haviam sido dadas no reino e na América Portuguesa¹⁶¹.

¹⁵⁷ Pela Lei de 9 de Setembro de 1769, aboliam-se todas as capelas cujo rendimento liquido ficasse abaixo dos 100 mil réis nas províncias do reino, ou a 200 mil na corte e na província da Estremadura.

¹⁵⁸ SERRÃO, José Vicente, *O Pombalismo e a...*, p. 111.

¹⁵⁹ Encontram-se versões posteriores deste documento em AHU, CU, *Índia*, cx, 316, Carta de D. José para o Conde da Ega de 1 de Fevereiro de 1761; ACL, Série vermelha, cod. 281, «Alvará sobre a extinção dos Jesuítas do Estado da Índia e seus bens».

¹⁶⁰ SALDANHA, António Vasconcelos de, *Cartas de, As cartas de Manuel de Saldanha...*, p. 60.

¹⁶¹ A concretização destas ordens decorreu também em moldes semelhantes ao das outras possessões da Monarquia portuguesa, com o cerco dos colégios, procurando manter-se os inicianos absolutamente incontactáveis face à população, ao mesmo tempo que as autoridades régias procediam ao confisco e

A nau que transportava as ordens de Lisboa chegou a Goa a 23 Setembro. Recebendo a documentação régia, o Vice-Rei, Conde da Ega convocou o Conselho de Estado, que se reuniu dois dias mais tarde numa sessão na qual se prepararam as acções contra a Companhia de Jesus. Entre 26 e 27 foram cercados todos os estabelecimentos da ordem religiosa na jurisdição de Goa¹⁶². Iniciava-se, assim, o processo de confisco do património jesuítico em Goa.

Uma das mais importantes questões relacionadas com a expulsão dos jesuítas a Leste do Cabo da Boa Esperança foi a substituição dos inicianos à frente das suas paróquias e missões. A sua importância política era considerável a diversos níveis, não apenas espirituais e educacionais mas também político-estratégicos, uma vez que constituíam um dos principais esteios de influência portuguesa em regiões que o Estado da Índia não controlava politicamente e onde não possuía uma influência económica substancial. Na Índia, a política pombalina de enfraquecimento da influência das ordens religiosas, assentou, como já foi afirmado, na promoção de outras congregações – que não representassem um entrave à autoridade da coroa – e, sobretudo, pela promoção do clero secular nativo (dado que as ordens presentes em Goa desde o século XVI eram de composição maioritariamente europeia)¹⁶³. Contudo, não esteve ausente de inconvenientes a transição das missões e paróquias inicianas para outras mãos. Os testemunhos são quase unânimes quanto à impreparação e inadequação dos seculares e das ordens que se haviam constituído *in loco* em Goa, para desempenhar as incumbências que os jesuítas haviam desempenhado antes de si.

A detenção dos religiosos da Assistência de Portugal foi particularmente difícil na Ásia, dado que as missões e áreas de influência da Companhia iam em diversos

ao arrolamento dos bens que encontrava em um dos estabelecimentos. Os custos destas operações foram, também na Índia, suportados pelos réditos tomados aos padres proscritos, isentando-se os cofres da coroa desses encargos. Cf. SHASTRY, B. S., «Marquês de Pombal and the Jesuits of Goa (as reflected in the documents of the Goa archives)» in *Jesuits in India in historical perspective*, edição de Charles J. Borges e Teotónio de Souza Macau-Goa: Instituto Cultural – Xavier Center of Historical Research, 1992.

¹⁶² OLIVEIRA, J. Bacelar e, «Bloqueio, sequestro e desterro dos Jesuítas em Goa segundo a «História do Exílio» do P. José Caeiro» in *Didaskalia* XIII, Lisboa, 1983, pp. 321-331.

¹⁶³ Inscreve-se, a este nível a promoção de um primeiro seminário diocesano em Chorão, destinado a formar o novo clero paroquial que substituiria os jesuítas em Tiswadi e Salsete. À criação deste seguir-se-iam outros: no ano seguinte o Seminário do Bom Pastor, sediado no antigo Colégio de Rachol da Companhia, criado a 4 de Janeiro de 1762; e em 1781, o Seminário do Bom Jesus na cidade de Goa. Cf. LOPES, Maria de Jesus, *Goa Setecentista...*, pp. 165-168.

casos para além das áreas de jurisdição formal do Estado da Índia, e vários regulares procuraram escapar à detenção pelas autoridades portuguesas refugiando-se fora das fronteiras do Estado da Índia. Por outro lado, a resistência levantada, não só por algumas populações em contacto com as missões mas também das próprias autoridades eclesiásticas integradas no Padroado português, obstaculizou a concretização da captura dos inacianos. Foi o caso do Arcebispo de Cranangor, D. José Colaço Leitão ou do Bispo de Cochim, D. Salvador dos Réis, ambos originalmente membros da Companhia de Jesus, que em resultado foram declarados proscritos pela administração pombalina, sendo ordenada a sua detenção e deportação para o reino

¹⁶⁴ .

As dificuldades ficam patentes quando, ainda em 1767, Sebastião José de Carvalho e Melo reafirmava a ordem de expulsão dos religiosos da congregação extinta, das áreas de jurisdição do Estado da Índia e das do Padroado¹⁶⁵.

¹⁶⁴ AHU, CU, *Índia*, cx. 316, Carta de 29 de Fevereiro de 1762 do Conde da Ega para Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

¹⁶⁵ SHASTRY, B. S., «Marquês de Pombal and the Jesuits of Goa...» in *Ob. Cit.*, pp. 54, 55.

Capítulo III

A Junta de Administração dos bens dos jesuítas em Goa: desígnios e disposições régias sobre o património confiscado

As linhas seguintes vão centrar-se no organismo que administrou os bens expropriados à extinta Companhia de Jesus: a Junta do Fisco e Câmara Real. A observação do regimento, elaborado pelo Vice-Rei e subsequentemente alterado pela corte, no qual foram especificadas as directrizes que regulamentaram o funcionamento da junta e determinaram a sua orgânica e competências, permite aceder à forma como a Monarquia concebeu o processo de confisco e redistribuição dos bens de raiz jesuítas¹⁶⁶.

Nesse sentido, procura-se responder às seguintes questões: Como deveria reunir e deliberar a junta? Quem deveria tomar assento nela (ou seja, qual o perfil socio-político dos seus ministros (oficiais dotados de competências jurisdicionais)? Quais as competências e áreas de intervenção do tribunal e que orientações o deveriam guiar na gestão do património?

Paralelamente à análise do conteúdo do regimento e das especificações mais tarde introduzidas pela coroa, atenta-se na forma como a Junta do Fisco e Câmara Real surgiu na correspondência que o vice-rei em funções, Manuel de Saldanha e Albuquerque, manteve com Sebastião de Carvalho e Melo e os irmãos deste último - Francisco Xavier de Mendoça Furtado (secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos entre 1760 e 1769), e Paulo de Carvalho e Mendonça (Inquisidor Geral do Reino durante o consulado do irmão). Ao longo dessas cartas

¹⁶⁶ O regimento elaborado pelo Vice-Rei pode ser encontrado na caixa da *Índia* número 304, do Conselho Ultramarino, existente no Arquivo Histórico Ultramarino. Existem inúmeras versões do segundo regimento da junta da administração do património confiscado, no qual figuram as alterações promovidas pela administração metropolitana. Localizamos cópias deste documento no Arquivo Histórico Ultramarino, nas caixas da *Índia* 304, 315, 316, e também nos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, na documentação proveniente do fundo do Governo do Estado da Índia, secção da Junta da Real Fazenda do Estado da Índia, Registo de diplomas emanados pelo Rei, livro 31.

transparece a importância política que era atribuída à gestão e aproveitamento dos bens jesuíticos, assim como as visões distintas e conflituantes que a Coroa e o Vice-Rei da Índia tinham sobre a matéria¹⁶⁷.

III. 1. A Junta de Administração: orgânica e funcionalidade

Pelo Alvará de 25 de Fevereiro de 1761 ordenava-se a incorporação, no Fisco e Câmara Real, de todos os bens de natureza secular que pertencessem à Companhia de Jesus, que então era extinta¹⁶⁸. Estas directrizes régias visavam reafirmar a confiscação do património jesuítico que ficara disponível após as acções de ocupação das suas infra-estruturas, de detenção e deportação dos religiosos que se haviam iniciado em finais de Setembro de 1759 e decorriam ainda no início de 1761¹⁶⁹. Face ao produto do confisco, uma das primeiras necessidades a queurgia dar resposta era a de se proceder ao arrolamento sistemático e ao tratamento contabilístico rigoroso dos bens, de forma a conhecer-se qualitativa e quantitativamente o património que iria daí em diante ser administrado.

Para Goa e para os demais territórios sob jurisdição do Estado da Índia, o Conde da Ega¹⁷⁰ criara alguns meses antes (entre finais de 1759 e início de 1760) por sua

¹⁶⁷ SALDANHA, António Vasconcelos de, *As cartas de Manuel de Saldanha, 1º conde da Ega...*; assim como a correspondência do mesmo que está contida em AHU, CU, *Índia*, cx. 316.

¹⁶⁸ AHU, CU, *Índia*, cx., 316, carta de D. José para o Conde da Ega de 27 de Janeiro de 1762 e IAN/TT/GEI-JRF, Registo de Diplomas emanados pelo Rei, Livro 3, Provisão da coroa de 10 de Abril de 1761.

¹⁶⁹ O decreto régio de expulsão dos Jesuítas de Goa e dos demais territórios orientais datava de 3 de Março de 1759, mas só em Setembro chegava a Goa. Cf. SHASTRY, B. S., «Marquês de Pombal and the Jesuits of Goa...» in *Ob. Cit.*, p. 52.

¹⁷⁰ Manuel de Saldanha e Albuquerque nasceu em 1712, filho secundogénito de uma família da primeira nobreza de corte com forte tradição no desempenho de altos cargos na administração ultramarina - entre os seus ascendentes contavam-se o décimo sétimo vice-rei da Índia, Aires de Saldanha (1600-1605) e o quadragésimo primeiro, João Saldanha da Gama (1725-1732). Filho de Aires de Saldanha e Albuquerque Coutinho e Noronha, antigo governador do Rio de Janeiro, e de D. Maria Leonor de Lencastre e Moscoso, filhas dos Marqueses de Gouveia, estava ligado por laços familiares a algumas das mais importantes figuras da corte à época: era sobrinho do célebre privado de D. João V, Frei Gaspar da Encarnação Moscoso, e primo co-irmão do último Duque de Aveiro, D. Jorge Mascarenhas e Lencastre, um dos réus acusados pela Junta da Inconfidência de ter encabeçado o atentado contra D. José I. A sua ligação a Sebastião José de Carvalho e Melo estreita-se em Viena durante os anos quarenta - a proximidade entre ambos é evidenciada pelo facto Saldanha ter sido testemunha de casamento do futuro Marquês de Pombal. Regressado a Portugal já com D. José no trono, seria em 1754 nomeado governador e capitão-geral da Madeira. Elevado à grandeza em 1758, antes de assumir o governo da Índia, com o título de primeiro conde da Ega, foi ainda alcaide-mor de Guimarães e Comendador de

própria iniciativa - e não no seguimento de expressas directrizes régias¹⁷¹ - a referida junta de administração.

Ao nível dos tempos de introdução dos organismos que administrariam o confisco dos bens jesuíticos, o caso de Goa revela desde logo algumas diferenças com o que estava a decorrer por exemplo no Brasil, nomeadamente no Estado do Grão-Pará e Maranhão¹⁷². As razões que explicam o arranque mais precoce no Brasil, face à Índia, não são difíceis de avançar. A maior proximidade geográfica entre Lisboa e o nordeste brasileiro e a maior importância que a América Portuguesa representava no horizonte de interesses da Monarquia acelerava a comunicação política entre o centro e a periferia. Por outro lado, o sequestro e avaliação dos bens que os jesuítas detinham no Maranhão já vinham de trás, desde o Tratado de Madrid, quando a coroa estipulara que o controlo das aldeias índias seria retirado às ordens religiosas e que as missões jesuíticas nessa região seriam desmanteladas¹⁷³.

Em Goa, após ter concebido e inaugurado a junta de administração do confisco, o Conde da Ega informou (numa carta de 20 de Janeiro de 1760) a corte da sua iniciativa, solicitando o parecer da administração central relativamente à conveniência da criação deste organismo¹⁷⁴. Numa provisão vice-reinal, de 8 de Janeiro de 1760 e que terá seguido para o reino juntamente com a carta datada de 20 desse mesmo mês,

Sabacheira e Couchicheiro (ambas pertencentes à Ordem de Cristo). Cf. SALDANHA, António Vasconcelos de, *A Índia Portuguesa e a Política do Oriente de Setecentos...*, pp. 8, 9.

¹⁷¹ Ega mencionava explicitamente a sua iniciativa e responsabilidade directa na primordial criação da Junta, quando, em carta para Sebastião José de Carvalho e Melo, datada de Fevereiro de 1764, procurava debater críticas e censuras (nomeadamente sobre a sua relação com o funcionamento da Junta) que lhe eram dirigidas pelo próprio Conde de Oeiras em carta precedente. Nessa missiva afirmava o seguinte: «As palavras cotadas sobre que sou tiranamente arguido, consistem em que eu senti que Sua Majestade criasse uma Junta para a administração dos bens dos Jesuítas. {...} do que venho a inferir que, quando me quizesteis responder, vos não lembrou o que vos tinha escrito naquela matéria, nem menos fizestes a notável reflexão de que se eu pretendesse administrar aqueles bens não teria antes das ordens de Sua Majestade sido o mesmo que instituisse a referida Junta que o dito Senhor aprovou quanto à formalidade» (já disse lá em cima) in SALDANHA, António Vasconcelos de, *As cartas de Manuel de Saldanha, 1º conde da Ega...*, pp. 240, 241.

¹⁷² COUTO, Jorge, *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o Destino do seu património (1759-1777)*. Dissertação de Mestrado em História Moderna de Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1990.

¹⁷³ A intenção concreta de intervir contra a Companhia e confiscar o seu património temporal já vinha expressa na documentação oficial, pelo menos desde o terceiro trimestre de 1758, nomeadamente numa carta régia de 14 de Setembro de 1758, que surgia registada na secretaria do governo em Janeiro do ano seguinte, COUTO, Jorge, *Ob. Cit.* pp. 119-120, 143-146.

¹⁷⁴ Carta de Fevereiro de 1764 do Conde da Ega para Mendonça Furtado in SALDANHA, António Vasconcelos de, *As cartas de Manuel de Saldanha, 1º conde da Ega...*, p. 262.

o Conde da Ega afirmava cabalmente que a gestão dos bens confiscados «se nao podia reger, beneficiar e expedir por hua so pessoa, e menos por muitas, sendo a sua diligencia separada, mas sim poderia compreender se, e encaminhar por hum Tribunal composto de pessoas de toda a confiança com a formalidade regular e de administração jurisdicional, e competente, em que estabelecido hum methodo certo, e claro, se estribe a utilidade, e aumento dos referidos bens, e proporcionem as execuções»¹⁷⁵.

Após afirmar cabalmente a necessidade da criação do organismo, o vice-rei, nessa mesma provisão passava a enunciar o primeiro conjunto de disposições relativas às competências e lógicas do seu funcionamento, no que constituiu o regimento original da Junta do Fisco e Câmara Real¹⁷⁶.

A principal finalidade que presidiu à criação da junta de administração do Confisco e Câmara Real foi a cobrança e administração dos bens e recursos que constituíam o património tomado aos jesuítas, em Goa e nas praças de Damão e Diu¹⁷⁷. Grosso modo, a gestão do património incidia em duas vertentes: i) assegurar que os encargos espirituais e eclesiásticos a que os bens jesuíticos estavam ligados eram satisfeitos; ii) garantir a rentabilização económico-financeira do património jesuítico, doravante património do confisco.

Depreende-se que a propagação da religião e da piedade cristã deveria presidir em toda a acção da junta, sobretudo através da dotação financeira das missões e paróquias que anteriormente estavam a cargo dos jesuítas, assim como dos religiosos que os substituiriam. Deveria assegurar-se que estes tinham o que vestir, que tinham acesso a cuidados de saúde (contacto próximo com um médico e com boticas para obter a medicação necessária), que as suas ordinárias lhes eram remetidas, ou ainda, que os seus servidores e demais pessoal de apoio - que tinham à sua disposição nos colégios, residências e missões - eram atempadamente remunerados. Estava igualmente a seu cargo a preservação das infra-estruturas, competindo-lhe zelar para

¹⁷⁵ AHU, CU, *Índia*, cx. 304, Provisão do Vice-Rei, Conde da Ega de 8 de Janeiro de 1760.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ Idem.

que os espaços de culto e das infra-estruturas complementares não evidenciassem o desgaste provocado pelos elementos atmosféricos¹⁷⁸.

No âmbito espiritual era ainda responsável por assegurar que a propriedade que fora vinculada sobre a forma de capelas, ou aplicada sob a forma de legados pios e esmolas se perpetuava, ou seja, que a coroa não deixaria que os compromissos celebrados entre a igreja e os instituidores e doadores, para salvação eterna das suas almas, fossem quebrados¹⁷⁹.

Relativamente aos deveres e competências que envolviam a rentabilização económico-financeira do património, os bens móveis e «fazendas dos estabelecimentos estavam destinados à arrematação em hasta pública, devendo proceder-se à sua venda no prazo de um ano. Apenas nos casos em que demonstrasse ser manifestamente prejudicial a alienação dentro desse limite temporal, dever-se-ia suspender temporariamente a arrematação (informando-se a coroa dos inconvenientes que justificavam que se protelasse a alienação). Nos casos da alienação de rendimentos que davam entrada na Junta sob a forma de géneros e bens comerciáveis, a sua arrematação deveria ocorrer na altura do ano em que estas produções atingiam o seu valor de mercado mais elevado, e sempre antes de se começarem a deteriorar (o que comprometeria o seu preço de licitação)¹⁸⁰.

Reservaram-se também algumas prescrições relativamente aos depósitos que haviam sido feitos nos colégios e residências da ordem, por parte de indivíduos receosos de roubos ou de pilhagens que ocorriam em momentos de guerra¹⁸¹. A coroa

¹⁷⁸ Entre os antigos estabelecimentos da ordem, a coroa recomendava particular cuidado com o provimento da Casa dos Catecúmenos do Seminário de São Paulo o Velho – que afirmava ser o estabelecimento de «maior proveito e crédito à Religiao Catholica» que a Companhia possuiu – e do Seminário de Rachol. CU, *Índia*, cx. 304, Provisão do Vice-Rei, Conde da Ega de 8 de Janeiro de 1760 AHU.

¹⁷⁹ Sobre os legados pios, capelas e outras formas de amortização da propriedade fundiária em benefício da Companhia de Jesus, no Estado da Índia e não só, cf. ALDEN, Dauril, *The Making of na Enterprise, The Society of Jesus in Portugal, Its Empire and Beyond, 1540-1750*, Stanford: Stanford University Press, 1996, pp. 378 e ss.

¹⁸⁰ AHU, CU, *Índia*, cx. 304, Provisão do Vice-Rei, Conde da Ega de 8 de Janeiro de 1760.

¹⁸¹ A referência expressa da documentação aos casos de guerra faz recordar a ocupação marata sobre uma parte das Velhas Conquistas, que ocorrera entre Janeiro 1739 e o final de 1740, e que certamente marcaria ainda a memória coletiva das populações, levando-as a temer uma nova invasão e a procurar formas de precaver o seu património. A colocação dos recursos familiares sob a protecção de uma instituição tão influente à escala local, como era a Companhia de Jesus, era uma dessas formas de

estipulava a devolução dos bens cativos aos depositantes, o mesmo se fazendo com os penhores, não sem que antes a junta reservasse para si a parcela que lhe cabia dessas dívidas¹⁸².

Por último, deveriam manter-se em funcionamento as boticas de medicamentos dos Colégios de São Roque e do Colégio de Rachol, visto que as populações a elas recorriam frequentemente¹⁸³.

A superintender à concretização destes objectivos encontrava-se o centro decisório da Junta de Administração composto pelo presidente do organismo, dois deputados e um secretário, que detinham direito de voto e capacidade jurisdicional. Foi neste círculo que, durante os primeiros meses de actividade do sínodo, foram tomadas as resoluções centrais a respeito da forma de administrar o pecúlio deixado pelos religiosos. Os três ministros e o oficial que presidia às sessões da «mesa» acompanhavam a elaboração do cadastro do património (que bens, e quais os seus quantitativos), a sua acomodação e vigilância à guarda do Confisco, e a sua aplicação em função dos estatutos jurídicos de propriedade que condicionavam a forma de se dispor dos bens.

Ao presidente da Junta competia superintender os trabalhos e propor candidatos para o desempenho de funções que, no âmbito do governo económico, não se encontrassem definidas no organigrama da junta, ficando depois a cargo dos membros com assento votar os nomes propostos, de acordo com critérios de idoneidade e adequação ao desempenho dessas tarefas. Era, também, da sua responsabilidade passar providências interinas relativamente aos assuntos que, pela sua urgência, não pudessem esperar pelas decisões tomadas nas sessões. Deveria, ainda, assinar as ordens e folhas do expediente que resultassem dos trabalhos da junta¹⁸⁴.

Quanto às competências dos deputados que integravam o tribunal, além da participação activa no processo decisório, trazendo a debate as questões que

resguardar as fontes de rendimento das populações. Sobre a ocupação marata de Salsete cf. CARREIRA, Ernestina, «O Estado Português no Oriente: aspectos políticos» in *Ob. Cit.*, pp. 74, 75.

¹⁸² AHU, CU, *Índia*, cx. 304, Provisão do Vice-Rei, Conde da Ega de 8 de Janeiro de 1760.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Idem.

considerassem relevantes e votando as propostas em discussão, estavam, ainda, incumbidos da nomeação dos oficiais (que se inserissem na estrutura ordinária da administração do confisco), ou da análise dos registos contabilísticos do património do Fisco e Câmara Real¹⁸⁵.

No que diz respeito ao secretário, a sua principal função era incorporar, produzir e manusear toda a documentação referente aos trabalhos da junta. Por exemplo, estava a seu cargo o registo das representações que eram endereçadas ao organismo e das resoluções que eram tomadas em resposta; a compilação dos acórdãos e assentos que aí eram tomados, ou os requerimentos que chegavam à mesa da junta; a certificação dos provimentos do oficialato que servia por nomeação; ou, ainda, o armazenamento e disponibilização da documentação que contivesse informação relevante para os trabalhos dos deputados, etc. Competia-lhe, também, reintroduzir na ordem de trabalhos as questões que tivessem ficado pendentes das sessões anteriores. Por fim, o secretário estava igualmente incumbido de desempenhar a função de escrivão da receita e despesa da junta e ainda de escrivão dos cofres onde eram recolhidos os penhores e o dinheiro que se pretendia conceder, a juros, a homens de negócio¹⁸⁶. Ou seja, competia a este deputado a elaboração dos retratos descritivos e contabilísticos do património jesuítico, que atestavam a evolução da administração do produto do confisco.

Relativamente aos ritmos de acção da mesa, estipulava-se que os deputados dever-se-iam reunir em dias certos, que deveriam ser previamente dados a conhecer ao público. Os dias das sessões seriam acertados em função das agendas dos ministros, uma vez que estes desempenhavam, em simultâneo, vários cargos na estrutura administrativa do governo da Monarquia, e havia, portanto, que evitar a sobreposição de compromissos. Os membros da junta deveriam, também, definir de antemão quando teriam lugar, por exemplo, o recolhimento das dívidas nos cofres, ou quando saíam destes os réditos necessários para se realizarem os pagamentos a que a administração estava obrigada¹⁸⁷.

¹⁸⁵ AHU, CU, *Índia*, cx. 304, Provisão do Vice-Rei, Conde da Ega de 8 de Janeiro de 1760.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ Idem.

Fora do círculo de decisão, integravam a junta um corpo de oficiais menores nomeados por votação, que tinham a seu cargo a execução das determinações tomadas pela mesa e a arrecadação dos direitos devidos à coroa¹⁸⁸. Além destes, pertencia, ainda, aos quadros do organismo um Procurador da Junta, um letrado, capaz de representar e defender adequadamente os interesses da administração do confisco nos diferendos judiciais onde esta fosse visada¹⁸⁹. Embora o regimento não o refira, é possível especular, de acordo com a moldura administrativa típica destes organismos da administração régia, que o cargo de procurador pudesse eventualmente ser desempenhado por um dos ministros da junta.

Quanto aos provimentos e nomeações de funcionários e servidores, a junta tinha competência para nomear um corpo de oficiais inferiores (nos quais se incluíam escreventes, meirinhos, porteiros), que ficariam ao serviço da secretaria e colocariam em prática as decisões tomadas pela junta. Seria sua, também, a responsabilidade pela selecção dos administradores das residências e propriedades da ordem (pelo menos nos casos em que se justificasse tal forma de gestão dos imóveis)¹⁹⁰.

Explicitada a hierarquia da Junta e as competências dos vários funcionários, cabe seguidamente indicar as normas que regulavam o desempenho das tarefas quotidianas a cargo dos oficiais menores.

Para administrar os cofres da junta instituíra-se um arquivo no qual se guardariam os livros, inventários e outros papéis referentes à cobrança de direitos e ao balanço financeiro do confisco. Esta documentação seria organizada em função do Colégio a que antes pertencera o património referenciado, distinguindo-se depois dentro de cada estabelecimento os bens incorporados após 1759 (ou seja, aqueles que pertenciam aos colégios antes da expulsão), daqueles que haviam entrado directamente no Fisco e Câmara Real já depois o confisco se ter processado. Procurava-se, assim, avaliar a evolução que este património registara uma vez concretizada a sua transferência para a esfera da coroa¹⁹¹.

¹⁸⁸ AHU, CU, *Índia*, cx. 304, Provisão do Vice-Rei, Conde da Ega de 8 de Janeiro de 1760.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Idem.

A arrecadação dos rendimentos e dos penhores far-se-ia em cofres separados, organizando-se cada uma destas fontes de rendimento em função dos estabelecimentos a que pertenciam. Haveria, ainda, um último cofre no qual se depositaria o dinheiro alocado para o pagamento das despesas gerais, e onde estariam guardadas as chaves que abriam os outros cofres. Existiriam três chaves para este cofre, cada uma delas na posse do presidente da junta, do secretário e do mais antigo deputado. Resta mencionar uma última estipulação relativa a este cofre: seria à boca deste que se procederia ao cálculo das receitas e despesas globais da Junta¹⁹².

A alienação do recheio do confisco e a arrecadação da quantia pela qual fora vendida deveria realizar-se através de leilão público, presidido por um ou dois ministros da Junta. A arrematação dos bens de valor intermédio ou superior ocorreria nos lugares que propiciassem a venda a um preço mais elevado, podendo aqueles de valor residual ser vendidos nas próprias aldeias¹⁹³.

Numa provisão de 10 de Abril de 1761¹⁹⁴, Lisboa acolheu favoravelmente a iniciativa do Conde da Ega, considerando que a criação de junta, especificamente vocacionada para a administração dos bens confiscados aos jesuítas, ia ao encontro das estipulações do alvará de 25 de Fevereiro de 1761. Contudo, se a coroa se conformou com a organização e estrutura do tribunal e não procedeu a quaisquer alterações nos seus deveres e competências, anunciou nessa mesma carta alterações na composição do círculo decisório, impondo novos critérios de selecção para os deputados que teriam assento na mesa.

Esta nova composição do corpo de deputados da junta vinha propositadamente chocar com a forma como o vice-rei e o seu círculo de confiança tinham conduzido a gestão dos bens confiscados, ao longo desses últimos meses¹⁹⁵. Se em teoria, a junta deveria funcionar como um órgão colegial, na prática as decisões eram tomadas quase

¹⁹² AHU, CU, *Índia*, cx. 304, Provisão do Vice-Rei, Conde da Ega de 8 de Janeiro de 1760.

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ Provisão da coroa de 10 de Abril de 1761 in AHU, CU, *Índia*, cx. 304, 315, 316 e IAN/TT, GEI, JRF, Registo de Diplomas emanados pelo Rei, Livro 31.

¹⁹⁵ «Já eu tinha dado conta ao mesmo Senhor que aquela administração se achava só em mim e no Secretário de Estado, porque os Ministros nomeados por moléstias e outras dificuldades não serviam os seus lugares» Carta do Conde da Ega para Sebastião José de Carvalho e Melo de Janeiro de 1762 in SALDANHA, António Vasconcelos de, *As cartas de Manuel de Saldanha, 1º conde da Ega...*, p. 195.

unilateralmente pelo Vice-Rei, coadjuvado pelo grupo restrito dos oficiais da sua confiança. O que estava, portanto, em causa nesta intervenção régia era a submissão da Junta do Fisco e Câmara Real aos intuitos do centro político metropolitano e a circunscrição da capacidade do Conde da Ega para determinar o sentido das decisões do tribunal.

Segundo as novas directrizes da coroa, teriam assento na junta o Vice-Rei, o Arcebispo de Primaz de Goa, o Chanceler da Relação de Goa, o Vedor da Fazenda, o Inquisidor-mor de Goa, o capitão da cidade, indivíduos detentores de cartas de conselho. A missão de secretariar as sessões da Junta seria desempenhada pelo secretário do Estado da Índia; ou seja, aos elementos que compunham inicialmente a junta, seleccionados pelo arbítrio do Conde da Ega, a coroa contrapôs com os membros integrantes do Conselho de Estado goês¹⁹⁶. Destes novos integrantes depreende-se uma lógica de preenchimento distinta, assentando agora principalmente no capital político que, segundo as concepções políticas tradicionais, estava intrinsecamente associado ao *statu quo* dos seus membros, e apenas secundariamente ao domínio técnico das matérias em apreciação¹⁹⁷, ou à confiança política granjeada junto dos decisores¹⁹⁸.

Esta nova lógica imposta por Lisboa implicou uma reconversão das práticas administrativas, nomeadamente ao nível dos ritmos deliberativos e da própria fundamentação das resoluções tomadas. O sistema colegial de decisão alargava-se com a introdução de novos ministros, reforçando-se desse modo a deliberação assente na auscultação de uma pluralidade de pareceres e no imperativo de se alcançarem posições consensuais. Daqui decorria um tendencial bloqueamento da capacidade de

¹⁹⁶ Carta do Conde da Ega para Mendonça Furtado de 15 de Janeiro de 1762 in AHU, CU, *Índia*, cx. 316.

¹⁹⁷ «Na nova administração, não só tenho por certo mas o posso afirmar (...) que padecerá considerável prejuízo, o que no ano que vem se provará pelas causas seguintes: primeira causa, é que os novos ministros cada um quer fazer opinião por si; e como é sem entenderem nada daquelas matérias, disputam pelas regras do direito». Carta de Janeiro de 1762 da autoria do Conde da Ega para Sebastião José de Carvalho e Melo in SALDANHA, *As cartas de Manuel de Saldanha, 1º conde da Ega...*, p. 195.

¹⁹⁸ Sobre os paradigmas administrativo-burocráticos dos ofícios da monarquia em confronto no período pombalino: o paradigma jurisdicionalista e patrimonial típico de Antigo Regime, e o paradigma estadualista-comissarial em afirmação na segunda metade do século XVIII ver, por exemplo, SUBTIL, José, *O Terramoto Político (1755-1759). Memória e Poder*, Lisboa: EDIUAL, 2006, pp. 102-103, e do mesmo autor, *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, Lisboa: EDIUAL, 2011, reimp., pp. 93-101.

atuação expedita, proactiva e executiva da Junta, tornando-a, na prática, reduzidamente funcional¹⁹⁹.

Por outro lado, a documentação revela que a nova composição da junta se revelou contrária, se não a todas, pelo menos às principais propostas do vice-rei. São exemplos disso, o chumbo à intenção do Conde da Ega de recorrer ao cofre comum da junta para assegurar a manutenção dos antigos colégios jesuíticos, uma vez que no seu entender o valor das rendas determinadas para o efeito era manifestamente insuficiente²⁰⁰. Ou a suspensão da medida que o vice-rei implementara para animar a atividade económica, e que consistira em utilizar o capital do cofre do confisco para a concessão de crédito, a juros mais favoráveis do que aqueles que a Companhia de Jesus oferecia aos homens de negócios da praça de Goa²⁰¹.

Sabe-se que nos primeiros meses de gestão do sequestro, o património tomado à ordem religiosa foi utilizado, com expressa autorização da coroa, em diversos pagamentos do Governo da Índia. Por exemplo, recorreu-se ao cofre do confisco para saldar as dívidas que a coroa contraíra em 1755, junto dos Oratorianos²⁰².

D. Manuel de Saldanha e Albuquerque teve contra si não apenas um sistema deliberativo que causava múltiplos entraves, mas também um corpo de deputados

¹⁹⁹ Sobre as práticas político-administrativas típicas de Antigo Regime e as concepções governativas que durante o século XVIII, sobretudo na sua segunda metade, se vão impondo à custa das primeiras cf.: MONTEIRO, Nuno Gonçalves, *D. José. Na Sombra de Pombal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, e SÚBTIL, José, *O Terramoto Político...*; também, LOURENÇO, Maria Paula Marçal, «Estado e Poderes» in *Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, volume V de *Nova História de Portugal*, coordenação de Avelino de Freitas de Menezes, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa: Editorial Presença, 1999, pp. 42-54.

²⁰⁰ Carta de Janeiro de 1762 da autoria do Conde da Ega para Sebastião José de Carvalho e Melo, in SALDANHA, António Vasconcelos de, *As cartas de Manuel de Saldanha, 1º conde da Ega...*, p. 196.

²⁰¹ Em plena conformidade com o que vinha expresso no capítulo quarto do regimento inicial. Ver, também, AHU, CU, *Índia*, cx. 316, Carta do Conde da Ega para Francisco Xavier de Mendonça Furtado de 15 de Janeiro de 1762, ou ainda em SALDANHA, António Vasconcelos de, *As cartas de Manuel de Saldanha, 1º conde da Ega...*, p. 197.

²⁰² AN/TT, Governo do Estado da Índia, Junta da Real Fazenda do Estado da Índia, Registo dos diplomas emanados pelo Rei, livro 18, Carta de D. José para o vedor da Fazenda de Goa, D. João José de Melo, fl.13.

que, indigitados pelo gabinete pombalino de Lisboa, lhe eram politicamente hostis. Não demorou, assim, a consciencializar-se do espartilho em que a Coroa o colocava²⁰³.

Procurou defender a sua posição e a sua honra que, conforme a sua correspondência deixava por vezes entrever e outras assumia frontalmente, se via atacada por rumores e denúncias de alegados desvios que teria protagonizado sobre os bens e dinheiro dos jesuítas²⁰⁴, que vinham aparentemente merecendo crédito junto da corte e das instituições palatinas. Respondeu às acusações que lhe eram dirigidas, enfatizando os méritos do breve período em que estivera à frente da junta durante o ano de 1760²⁰⁵. Destacou, a esse nível, a concretização da detenção e deportação dos jesuítas para o reino, argumentando que por terem-lhe sido confiadas apenas a si e não ao colégio de deputados reunidos na Junta do Fisco e Câmara Real, «em poucos instantes se viram praticadas sem dúvida nem interpretação»²⁰⁶. Em sentido oposto, os resultados mais desapontantes da administração do confisco, não foram causados por uma gestão menos competente da sua parte, mas sim por contingências que o ultrapassavam: «O que não pude executar como Sua Majestade me determinava foi remeter o dinheiro pertencente aos mesmos jesuítas, tanto dos rendimentos das suas fazendas, como produto dos bens vendidos porque o dinheiro que corre em Goa se perde para Portugal mais de setenta por cento, e, para fazer

²⁰³ «Entre as ordens que recebi há algumas que me deixaram sumamente descontente *porque nelas vejo que S. Majestade não confia em mim* como forão as de se nomearem companheiros para, no meio dos acertos, ser S. Majestade melhor servido, não se confiando de mim, como até agora, a execução das mesmas ordens (...). Foi S. Majestade servido aprovar o regimento que eu tinha feito para a administração dos bens dos Jesuítas com a diferença de mudar os Ministros por mim eleitos nos de que se compõe o Conselho de Estado, confiando talvez mais na autoridade destes, que na suficiência dos primeiros». Carta de Janeiro de 1762 para Sebastião José de Carvalho e Melo in SALDANHA, António Vasconcelos de, *As cartas de Manuel de Saldanha, 1º conde da Ega...*, pp. 194-195. Ver também AHU, CU, *Índia*, cx. 316, Carta de 4 de Fevereiro de 1764 do mesmo para Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

²⁰⁴ Carta de Manuel de Saldanha e Albuquerque de 14 de Janeiro de 1761, na qual o Vice-rei dá conta ao rei de que estaria ciente de que «algumas intenoens perversas quiserao macular a muita rectidao, e incansável zello, com que procedi nas arrecadaçoens, e na conservação, e aumento do cabedal e fazendas dos bens sequestrados dos Padres da Companhia chamada de Jesus» in AHU, CU, *Índia*, cx. 316.

²⁰⁵ «Neste ano que a administração não só não padeceu prejuízo algum mas, pelo contrário, produziu mais do que no tempo dos mesmos jesuítas, ou fosse por fortuna ou por diligências» Carta do Conde da Ega para Sebastião José de Carvalho e Melo de Janeiro de 1762 in SALDANHA, António Vasconcelos de, *As cartas de Manuel de Saldanha, 1º conde da Ega...*, p. 195.

²⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p. 196.

aquela remessa em géneros da terra, não deviam estes ser a meu arbítrio, mas sim por ordem, a qual, em chegando, se executará inviolavelmente»²⁰⁷.

Em todo o caso, parece evidente que o vice-rei tinha caído em desfavor e gozava de reduzida confiança institucional junto das autoridades de Lisboa, as quais pareciam empenhadas em colocar a sua capacidade de acção em cheque, submetendo-o aos obstáculos deste modelo administrativo. É justamente nesta óptica que, no nosso entender, se deve compreender o recurso, por parte da administração pombalina, a um expediente que se aproxima das lógicas administrativas sinodais, consensualistas, avessamente executivas e concomitantemente imobilistas, com as quais boa parte da historiografia considera que o consulado de Carvalho e Melo teria justamente vindo romper²⁰⁸.

III. 2. Partição, organização e gestão do património confiscado

A administração dos bens de sequestro, conforme expresso na provisão régia de 10 de Abril de 1761, seguiu um sistema de acomodação tripartido, definindo-se três classes de bens, cada uma das quais merecedora de um tratamento distinto e separado das demais. A colocação do pecúlio jesuítico sob a alçada da administração régia não significou que adquirissem automaticamente o estatuto de bens da coroa. Pelo contrário, os bens dos inacianos mantiveram sempre uma natureza jurídica à parte, que os distinguia do património realengo.

A questão do estatuto formal foi da maior importância, uma vez que a definição destas três categorias, dos bens que as integraram e das prescrições que regularam a sua gestão partiram dos títulos aquisitivos com que tinham originalmente ingressado no património da Companhia de Jesus. Ou seja, o título com que haviam sido incorporados pela ordem teve implicações legais na forma como a coroa, após o

²⁰⁷ Carta do Conde da Ega para Sebastião José de Carvalho e Melo de Dezembro de 1760 in SALDANHA, António Vasconcelos de *As cartas de Manuel de Saldanha, 1º conde da Ega...*, p. 160.

²⁰⁸ Em contrapartida, pelo menos assim o considera a maioria parte da historiografia, o pombalismo corporizara um sistema de decisão proactivo, interventivo, expedito, que procurara domesticar a realidade aos seus desígnios, conformando-se com cada vez maior dificuldade aos espartilhos constitucionais jurisdicionalistas e corporativos, que relegavam o poder sobreano da Coroa para uma posição de mero garante do equilíbrio político. Cf. por exemplo, SUBTIL, José, *O Terramoto Político...*

confisco ser consumado, pode dispor desses bens. Recorde-se que ordem religiosa possuía bens incorporados por vias distintas: i) compra, troca, escambo, doação, ou seja, bens detidos em posse plena; ii) bens doados pela coroa, e; iii) bens que se encontravam sob administração perpétua da Companhia.

O recurso a este mesmo modelo de acolhimento e administração dos bens jesuíticos, com a divisão tripartida e as suas três classes específicas, foi identificado para o Brasil, nomeadamente no Grão-Pará e Maranhão²⁰⁹, e também, para Moçambique²¹⁰. Apesar da falta de estudos dedicados à administração do sequestro do património dos jesuítas, tanto ao nível do reino como das várias possessões ultramarinas, consideramos ser plausível o recurso generalizado deste modelo de gestão tríplice nos vários territórios da Monarquia portuguesa.

Na primeira classe encontramos bens que não diziam respeito ao sustento do culto - ou seja bens temporais - e que estivessem isentos de vínculos («livres e alodiais»). Esta categoria congregava, portanto, os bens livres, sobre os quais a Companhia tinha posse plena, sobre os quais não incorriam obrigações pias. Trata-se de uma categoria bastante lata onde encontramos bens móveis transaccionáveis, bem como terras e chãos, edifícios, ou prestações que particulares deviam à Companhia a troco de empréstimos e avanços de capital que esta facultara²¹¹.

O destino reservado a estes bens foi a alienação definitiva, através da venda em hasta pública.

A coroa procurou captar todas fontes de receita que com a expropriação da Ordem de Santo Inácio recaíram sobre si²¹². Enquanto beneficiária dos empréstimos que tinham sido contraídos junto dos jesuítas, a coroa regulamentou como se deveria processar a cobrança das dívidas. Segundo o regimento deveria ser feita

²⁰⁹ COUTO, *Ob. Cit.*, pp. 152-155.

²¹⁰ RODRIGUES, Eugénia, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os Prazos da Coroa nos séculos XVI e XVII*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciência Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002, p. 471.

²¹¹ O regimento reporta-se aqui a rendas em dinheiro «livres e allodeais», não sendo agravados com encargos da propriedade vinculada (morgados e capelas), ou obras pias.

²¹² Por outro lado, ficam obviamente sem efeito todas as dívidas que a Fazenda Real contraía junto da Companhia de Jesus. Cf. AN/TT, Governo do Estado da Índia, Junta da Real Fazenda do Estado da Índia, Registo dos diplomas emanados pelo Rei, livro 18, Carta de D. José para o vedor da fazenda, D. João José de Melo de 28 de Março de 1759, fl.13.

«suavemente»²¹³, através de confirmações anuais (pagando-se a cada ano as prestações acordadas com a coroa²¹⁴), que se estenderiam no horizonte máximo de cinco anos, findos quais todas as dívidas deveriam ser saldadas.

A ausência ou incapacidade em suprir os referidos pagamentos estava também prevista. Caso não fosse acordado junto da Junta do Fisco e Câmara Real o pagamento de uma pena pecuniária, o regimento estipulava que os bens móveis não adscritos à sustentação do culto seriam leiloados em hasta pública. Relativamente às mercadorias e bens especificamente vocacionados para transações comerciais, aqueles que tivessem colocação no mercado metropolitano, mercados europeus, ou na vertente atlântica do império seriam transferidos para Lisboa; já aqueles que apenas despertassem procura no seio do Estado da Índia seriam comercializados nos armazéns goenses²¹⁵.

Relativamente às formas de pagamento dos bens que seriam leiloados, as arrematações seriam pagas em numerário ou em «generos dessas qualidades» (que tivessem fácil colocação comercial) segundo duas modalidades de pagamento: ou na sua totalidade logo à cabeça, ou em duas prestações - uma delas avançada logo que o bem fosse adquirido e uma segunda que deveria ser concretizada, o mais tardar, até à monção seguinte. As fazendas transaccionadas que estivessem hipotecadas à Companhia passariam também para a alçada régia, transitando a satisfação dos compromissos estabelecidos para a órbita da coroa²¹⁶.

Para receber e preservar todos os rendimentos líquidos derivados de penhoras, escrituras e obrigações, além das vendas resultantes dos bens da primeira das três classes, era criado um cofre particular e exclusivo. Impunha-se a administração separada do seu conteúdo face às demais finanças do Estado da Índia, não se devendo, sob qualquer pretexto (até ordem régia em contrário), aplicar ou despender estes réditos²¹⁷, de acordo com o estatuto dos bens confiscados, que não poderiam integrar

²¹³ AHU, CU, *Índia*, cx. 304, Provisão da coroa de 10 de Abril de 1761.

²¹⁴ Juros e interesses manter-se-iam nos mesmos valores estipulados anteriormente junto da companhia de Jesus, exceptuando casos pontuais em que se acordasse previamente com a Coroa o seu abatimento. Idem.

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ Idem.

os bens próprios da coroa. Previam-se, contudo, que a sustentação dos móveis e imóveis de cariz espiritual - colégios jesuíticos, com suas igrejas e respectivas alaias e sacristias²¹⁸ - passasse pelo conteúdo deste cofre²¹⁹.

Esta foi uma das alterações promovidas nas competências do tribunal que mais teria desagradado ao vice-rei. O mais alto oficial da hierarquia no Estado da Índia mostrou-se contrário ao bloqueamento dos recursos expropriados, pretendendo dispor destes no imediato e usá-los para investir na reactivação da actividade comercial²²⁰. A posição da coroa, que estava apostada numa acção mais compassada, e estava consciencializada da necessidade de aplicar estes bens e o capital libertado pela sua venda na sustentação dos encargos com a estrutura eclesiástica, veio pôr, novamente, a nu o desfasamento de interesses e soluções que separava a autoridade imperial periférica da autoridade metropolitana central, Saldanha dos gabinetes pombalinos.

Quanto à segunda classe, esta compreendia os bens «que no tempo das conquistas se forão incorporando na coroa e que por ella forão concedidos ou doados aos sobreditos regulares expulsos ou a pessoas de quem elles os houverão por deferentes de dalos»²²¹. Trata-se, portanto dos bens destinados à sustentação dos cultos locais (os designados bens dos *namoxins*, bens dos antigos pagodes) que a coroa

²¹⁸ Não se reportando aqui às instituições vinculares espirituais, que constituem uma classe de bens própria, como se verá seguidamente.

²¹⁹ «o que tudo praticarem nesta conformidade já tendo do terceiro e último dos cofres {correspondente aquele onde estavam guardados os bens da móveis não dedicados ao culto que pertenciam aos Jesuítas, ou seja, aqueles da primeira classe} assim declarados o dinheyro necessario para aas referidas despezas de bayxo da arrecadação que para elle tenho estabelecido, e concorrendovos com as goardas e sentinelas e mais auxilios que da parte do mesmo Arcebispo vos forem requeridos para a costodia dos referidos Colegios Igreja, e Alfayas a ellas pertencentes». Provisão da coroa de 10 de Abril de 1761 in AHU, CU, *Índia*, cx. 315, 316 e IAN/TT/GEI-JRF, Registo de Diplomas emanados pelo Rei, Livro 31.

²²⁰ «Enquanto eu administrei os bens que foram dos Jesuítas não padeceu o comércio porque sendo aquele dinheiro o que só girava nesta praça e sem ele não podia ella subsistir, tomei sobre mim a resolução de o fazer circular em benefício do público e das Rendas Reais, utilizando ao mesmo tempo a mesma administração. Agora, com as novas ordens para que se recolha aos cofres destinados e que deles não saia sem expressar resolução, sentirá o comércio prejuízos não diminutos, as Rendas Reais abaterão de preços e os mesmos cofres não avultarão». Carta do Conde da Ega para Sebastião José de Carvalho e Melo de Janeiro de 1762 in SALDANHA, António Vasconcelos de, *As cartas de Manuel de Saldanha, 1º conde da Ega...*, p. 197.

²²¹ Provisão da coroa de 10 de Abril de 1761 in AHU, CU, *Índia*, cx. 304, 315, 316 e IAN/TT/GEI-JRF, Registo de Diplomas emanados pelo Rei, Livro 31.

havia concedido aos jesuítas, no âmbito da política de conversão das populações vassalas de Goa ao cristianismo.

A Monarquia mantinha no início dos anos sessenta de Setecentos, a interpretação que fizera escola desde a segunda metade do século XVI, a respeito do título jurídico que havia enquadrado a integração dos territórios de Goa e da sua terra debaixo da autoridade do rei de Portugal. Este entendimento, que se consubstanciara, por exemplo no Tombo de Francisco Pais (elaborado em 1595), de que o Rei de Portugal era proprietário de toda a terra, nem sempre correspondera à visão oficial sobre a questão. Representava, nomeadamente, uma ruptura com os princípios que estiveram por trás do acordo que Afonso de Albuquerque (princípio que ainda vigorava no Foral de Mexia) fizera com as autoridades autóctones da ilha logo após a conquista em 1510, no qual se estipulara que os proprietários das terras eram as próprias comunidades, desde que reconhecessem a soberania do Rei de Portugal e lhe pagassem os mesmos direitos devidos ao Sultão do Bijapur²²².

Para legitimar na letra da lei a destruição dos templos hindus e a apropriação para a fazenda real das rendas fundiárias que estavam associadas aos espaços de culto, e a sua posterior concessão às paróquias (colocadas a cargo das ordens religiosas pelo instituto do direito canónico da *incorporatio*), a coroa tinha de assumir que a propriedade última dessas terras era sua, e que estes se tratavam de bens realengos incorporados à mercê do direito de Conquista.

O destino do recheio da segunda classe passou pelo seu aforamento, ou seja a partição dos direitos de propriedade e a sua redistribuição por um conjunto de particulares, que chamariam a si a responsabilidade do senhorio útil dessas terras, suas populações e recursos. A cedência do domínio útil dessas terras não deixou de merecer um conjunto de ressalvas da parte da coroa, no sentido de assegurar que o potencial produtivo e o rendimento dessas terras não seriam dissipados com o emprazamento. Estas salvaguardas incidiam sobre o aproveitamento agrícola dessas terras e sobre a estrutura e dimensão das propriedades cedidas²²³.

²²² SOUZA, Teotónio de, *Goa Medieval...*, p. 69; XAVIER, Ângela Barreto, *Ob. Cit.*, p. 121, 122.

²²³ Provisão da coroa de 10 de Abril de 1761 in AHU, CU, *Índia*, cx. 304, 315, 316 e IAN/TT/GEI-JRF, Registo de Diplomas emanados pelo Rei, Livro 31.

Considerando a importância da atividade agrícola nessas terras (dado que muitos destes bens se tratavam de terras de cereal, palmares, arecais ou marinhas) e o risco da sua rápida deterioração devido a um cultivo negligente, a uma exploração insuficiente, bem como ao abandono das terras e à indefinição do modelo de disposição e usufruto da propriedade²²⁴, estipulou-se o aforamento de parcelas de pequena dimensão que fossem proporcionais à composição demográfica das aldeias. Os enfiteutas comprometer-se-iam a assegurar a exploração das terras e o aproveitamento dos seus recursos e, nesse sentido, não se deveria em caso algum emprazar terras cujos enfiteutas não estivessem em condições de «bemfeitear»²²⁵. Depreende-se, assim, um critério de selecção dos foreiros: a capacidade económica para explorar a terra e um perfil idóneo e industrioso. Afirmava-se, ainda, a imprescindibilidade do tombamento de todas as fontes de rendimento que estavam adscritas às porções territoriais emprazadas (e que deveriam constar, à partida, nas escrituras dos foros contratualizados entre a Coroa e os enfiteutas)²²⁶.

Não foram, contudo, apenas as preocupações de ordem económica que estiveram por trás dos aforamentos dos bens de raiz de segunda classe a determinados vassalos do Rei de Portugal. O exercício da justiça distributiva, o dever «constitucional» do monarca de assegurar que os súbditos viviam em conformidade com a sua qualidade e estado, dotando-os dos meios económico-financeiros e dos recursos políticos para afirmarem o seu capital social e simbólico, assim como a recompensa por serviços prestados à coroa, também influenciaram as concessões²²⁷.

Em resposta a este receio regulamentou-se como se deveriam processar as renovações de emprazamentos. Segundo o regimento, os interessados deveriam abordar a Junta de administração do confisco (onde estariam contidos os contratos e

²²⁴ «Estando os mesmos Namoxins compostos nao so de vargens, ou terras de pao que sempre se conservao , mas tambem de marinhas palmares e freais que necessitao de huma continua cultura sem a qual vem a perder se irremedeavelmente dentro de poucos tempos» Idem.

²²⁵ «para que por incúria, ou por dolo dos mesmos enfiteutas não venhao a perecer as arvores sem que emedia somente se plantem outros em lugar dellas obrigando-se os mesmos enfiteutas, não so a conservar, mas a bem feitear, e adiantar os prazos», Provisão da coroa de 10 de Abril de 1761 in AHU, CU, *Índia*, cx. 315, 316 e IAN/TT/GEI-JRF, Registo de Diplomas emanados pelo Rei, Livro 31.

²²⁶ «se devem aforar todos os referidos bens nao porem juntos ou em grandes porçoens, mas sim, e tam somente devidos proporcionalmente pelos habitantes das aldeias em cujos destritos se acham». Idem

²²⁷ AHU, CU, *Índia*, cx. 315, 316 e IAN/TT/GEI-JRF, Registo de Diplomas emanados pelo Rei, Livro 31, Provisão da coroa de 10 de Abril de 1761.

demais documentação referente ao aforamento original ou precedente), que por sua vez remeteria esses requerimentos ao Conselho de Estado da Índia, ao qual foram confiadas competências para apreciar estas matérias (deliberando em função do regimento das mercês que se aplicava às matérias apreciadas pela Secretaria de Estado dos Assuntos Ultramarinos)²²⁸.

A renovação e actualização destes tombos era também uma prioridade. O horizonte previsto situava-se nos vinte e cinco anos. Contudo, nos casos em que houvesse transição de enfiteuta além do período do quarto de século, a renovação do tombo seria feita apenas no término da vida. Se, pelo contrário, ocorresse a transição de vidas dentro desse espaço temporal, a renovação teria impreterivelmente de ocorrer vinte e cinco anos depois da última actualização do foro, independentemente de o novo foreiro ter assumido o domínio útil há menos tempo que isso²²⁹. Desta forma, a coroa desejava manter-se atualizada sobre a evolução das propriedades cujo domínio útil havia cedido.

O Estado pretendeu manter um controlo relativamente apertado sobre o usufruto da propriedade e dos direitos que lhe estavam associados, procurando acautelar que os enfiteutas se apropriassem indevidamente de prerrogativas que não lhes competiam, que as terras eram adequadamente cultivadas e que os direitos que lhe eram devidos enquanto senhor eminente eram satisfeitos. Além disso, reservou sempre a possibilidade de fazer regressar a si, dentro dum reduzido espaço temporal, o domínio útil da terra, ficando livre para cedê-lo subsequentemente a um outro enfiteuta, conforme a sua maior conveniência.

Relativamente à cobrança dos foros, a coroa estabeleceu um cofre separado, para onde seriam encaminhados estes valores e bens que estavam a cargo da Junta de administração. Seriam encarregues da chave que permitia o acesso ao conteúdo do

²²⁸ AHU, CU, *Índia*, cx. 315, 316 e IAN/TT/GEI-JRF, Registo de Diplomas emanados pelo Rei, Livro 31, Provisão da coroa de 10 de Abril de 1761.

²²⁹ «Nas escripturas dos aforamentos que serao sempre celebrados em vidas se tombarao todos os bens que por cada hum deles se emprazarem e se pora aos emphiteutas o encargo de renovarem a sua custa os referidos tombos no fim de cada vida no caso que hajao passado mais de vinte e sinco anos depois da emediata renovação do tombo que se houver ultimamente feito porque no caso de medear menor espaço de tempo entre vidas, e vidas, os que sucederem nos referidos prazos serao obrigados a dita renovação de tombo logo que for findo o dito termo de vinte e cinco anos», Provisão da coroa de 10 de Abril de 1761 in AHU, CU, *Índia*, cx. 304, 315, 316 e IAN/TT/GEI-JRF, Registo de Diplomas emanados pelo Rei, Livro 31.

cofre o vedor da Fazenda, o Chanceler e o secretário do Estado. Este último seria responsável pelo lançamento, por escrito, dos elementos orçamentáveis (entradas de receita e saídas de despesa num livro também guardado nesse mesmo cofre)²³⁰.

A remuneração dos serviços prestados à coroa, digna da atenção da liberalidade régia, poderia ser também materializada sob a forma de tenças, a ser pagas pelos fundos do cofre dos *namoxins* (onde eram congregados os réditos provenientes dos foros a que a coroa, enquanto senhora eminente das terras, tinha direito a receber), ou com a atribuição de capelas que estivessem vagas para administração²³¹.

Para que houvesse um conhecimento detalhado dos recursos que compunham o pecúlio dos bens da segunda classe estipulava-se o mapeamento completo da receita e despesa que gerava a anexação de todas as declarações que identificassem os mercenários, foreiros e tencionários. Este registo deveria ser actualizado anualmente e remetido, a cada monção, para o reino, de modo que na corte se acompanhasse a par e passo a evolução das concessões de direitos de propriedade, e da arrecadação dos foros que daí resultavam²³².

Quanto à terceira e última classe, incluía os bens de raiz administrados pelos jesuítas que pertenciam a capelas. Tratavam-se, portanto, de recursos fundiários que a Ordem não detinha em posse plena, embora os pudesse aforar ou arrendar.

A coroa determinava um célere diagnóstico deste tipo de propriedade vinculada, desejando tomar conhecimento sobre os seguintes elementos: o nome do(s) instituidor(es), dos títulos pelos quais depuseram, as obras pias e bens associados que estivesse associados às capelas e uma estimativa do seu rendimento anual e, por fim, a forma como se cumpriam os encargos estipulados nessas capelas. Caso houvesse o risco de não se conseguir dar provimento às necessidades de sustentação dessas instituições vinculares, por via da incapacidade do instituidor e da linhagem, a coroa comprometia-se a intervir com cabedal para a sua manutenção.

²³⁰ Provisão da coroa de 10 de Abril de 1761 in AHU, CU, *Índia*, cx. 315, 316 e IAN/TT/GEI-JRF, Registo de Diplomas emanados pelo Rei, Livro 31.

²³¹ Idem.

²³² Idem.

Para tal determinava-se a criação de um novo cofre, especificamente virado para estas necessidades²³³.

III. 3. Balanço do funcionamento

A partir do regimento da Junta do Fisco e Câmara Real, retém-se, desde logo, o interesse assinalável com que a administração régia olhou para a gestão do património confiscado à extinta Companhia de Jesus. Esse interesse evidenciou-se nas estipulações através das quais procurou regulamentar as funções e objectivos de acção do tribunal - não permitindo que o governo da Índia e o seu vice-rei conduzissem a administração do confisco de forma plenamente autónoma.

Ao suprimir a ordem religiosa, a coroa assumiu não apenas as suas fontes de rendimento, mas também o ónus de ter de manter as estruturas desta em funcionamento, uma vez que se revelou impossível fazer recair, pelo menos inteiramente, nas outras ordens religiosas ou no clero secular o controlo sobre a estrutura paroquial, missões e o sistema de ensino que os jesuítas detiveram em Tiswadi, Salsete, várias regiões do interior da Índia e na Ásia de Sudeste²³⁴.

O processo do confisco não se tratou, portanto, de um movimento de sentido único, no qual o Governo da Índia transferiu para si as riquezas da Companhia e as incorporou nos cofres da fazenda real. Acarretou, também, múltiplas despesas e encargos, no qual foram aplicados os bens temporais da própria ordem, até para aliviar a estrutura financeira da coroa do ónus de sustentar as missões, as paróquias – com as suas igrejas, altares, fábricas e outras infra-estruturas dedicadas ao culto, assim como o pagamento das côngruas - e os estabelecimentos de ensino que, antes de 1759, estavam a cargo da Ordem. Por outro lado, a vigência do Direito condicionou logo à partida a disposição desses bens e recursos, visto que das três classes, apenas uma pertencia em propriedade plena à coroa – embora sob o estatuto que o Direito reservava para os bens provenientes da expropriação.

²³³ AHU, CU, *Índia*, cx. 315, 316 e IAN/TT/GEI-JRF, Registo de Diplomas emanados pelo Rei, Livro 31, Provisão da coroa de 10 de Abril de 1761.

²³⁴ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, *Goa Setecentista...*, pp. 162-163.

Ou seja, apenas no caso desta primeira classe de bens deveria o tribunal presidir à alienação definitiva a troco de uma contrapartida financeira. Quanto aos bens cuja alienação se encontrava legalmente bloqueada e o usufruto constrangido – os bens da coroa pertencentes à segunda classe e a propriedade vinculada às capelas inserida na terceira - deveria assegurar-se a sua sustentabilidade, de modo a que não fosse desaproveitado o potencial produtivo das terras de *namoxins* e outros chãos emprazados, e que se pagavam, à coroa, os foros devidos, garantindo-se, ainda, no caso dos bens amortizados, que os recursos alocados pelo instituidor para a salvação da sua alma, continuavam a ser aplicados com esse fim.

Manifestaram-se, contudo, diferenças irreconciliáveis entre a coroa e o Conde da Ega, em questões como a da composição da junta e das lógicas de preenchimento que lhe estavam subjacentes, ou ainda sobre a capacidade para o tribunal dispor do património e rendimentos que tinha à sua guarda. Importa questionar se o que estava em jogo neste diferendo era, efectivamente, uma visão distinta sobre a condução da administração do sequestro, ou se se tratou apenas de um conflito jurisdicional entre a administração metropolitana e o vice-rei, no qual o tema do confisco foi meramente um pretexto para a coroa impor a sua vontade sobre este e retirar-lhe poder efectivo e simbólico.

A argumentação do Vice-Rei assentou nas consequências nefastas que advinham da nova composição da mesa dos deputados da Junta do Fisco e da Câmara Real. Sendo providos os seus integrantes menos pela preparação técnica para apreciar as matérias em causa e mais pelo seu estatuto sociopolítico intrínseco, e criando-se um núcleo alargado e polarizado de decisão, retiravam-se as condições para uma administração expedita e proficiente dos bens de confisco.

Mas à perspectiva do Conde da Ega deve contrapor-se uma outra: a da Coroa. Ao chamar o arcebispo, o chanceler e os demais membros do Conselho de Estado, também se pode considerar que a coroa procurou que na Junta estivessem reflectidos os pontos de vista das áreas do Direito e da Fazenda (Chanceler da Relação e o Vedor da Fazenda), assim como da Igreja (representados pelo arcebispo e inquisidor-mor), uma vez que estava em questão a administração de património de bens eclesiásticos ou sobre os quais impendiam obrigações pias, essenciais para a questão da

substituição dos jesuítas no desempenho das suas incumbências e da continuidade do funcionamento das suas estruturas.

Do ponto de vista do centro político havia, pois, que proceder com cautela, tanto mais que a Companhia de Jesus só viria a ser extinta pela Santa Sé em 1773, e como tal, o risco da reversão das decisões da coroa em matéria da expulsão dos jesuítas e da apropriação dos seus bens não era uma hipótese a descartar totalmente à época.

Não parece haver dúvidas que, nesta ocasião, o centro logrou impor a sua vontade sobre o Vice-Rei. Conforme era seu desejo, passaram a integrar a junta os membros do Conselho de Estado – a elite político-administrativa da Índia dos portugueses. O processo de decisão, por seu lado, assentaria daí em diante no pluralismo de pontos de vista e na procura de consensos, impedindo que o ascendente de oficiais voluntariosos determinasse o curso de acção da Junta do Fisco e Câmara Real.

Capítulo IV

Redistribuição da propriedade fundiária jesuítica

Nas linhas seguintes vai-se aceder, em concreto, ao processo de redistribuição da propriedade fundiária e de rendas agrárias que compunham o antigo património da Companhia de Jesus em Goa.

A abordagem seguida sustenta-se empiricamente em várias descrições contabilísticas e cadastros do antigo património jesuítico que a administração do Confisco de Goa e do Estado da Índia elaborou sensivelmente duas décadas após ser decretada a extinção da ordem.

Mas antes de passar à análise concreta dos arrolamentos de activos e fontes de receita dos vários colégios, estabelecimentos e circunscrições da antiga Assistência de Portugal, devem apresentar-se alguns esclarecimentos relativamente às fontes documentais utilizadas e ao período cronológico da gestão e redistribuição dos recursos económicos e financeiros que será trabalhado.

A abordagem seguida deve muito às contingências da documentação disponível. Da pesquisa efectuada nos arquivos portugueses não foram encontrados registos significativos para o primeiro decénio de actividade da Junta do Fisco e Câmara Real, exceptuando alguns dados quantitativos arrolados por Charles Borges e Maria de Jesus Lopes, relativos ao numerário confiscado, bens móveis ou empréstimos²³⁵.

Apenas a partir da década de setenta surgem registos consistentes da gestão que aquele organismo levou a cabo²³⁶. Numa provisão de 25 de Abril de 1769, o Conde

²³⁵ BORGES, Charles, *Ob. Cit.*, pp 179, 183; LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, «Negócios e conviências dos jesuítas de Goa...» in *Ob. Cit.*, pp. 248.

²³⁶ Referimo-nos às séries «Balanço geral da receita e despesa da administração do Confisco da Cidade de Goa e do Estado da Índia» e «Relação dos rendimentos e dívidas pertencentes à administração do

de Oeiras (que receberia o título de Marquês de Pombal em Setembro desse mesmo ano), na qualidade de inspector-geral do Erário Régio ordenava à Junta da Real Fazenda do Estado da Índia que se remetessem para o reino as certidões dos rendimentos e despesas relativas à administração do confisco, desde que se haviam tomado os bens dos jesuítas²³⁷.

É de referir que nestes livros de contas figuram alguns dados relativos ao período anterior, nomeadamente as receitas cobradas retroactivamente, como sejam pagamentos em atraso; são, contudo, informações esparsas que não permitem sequer uma aproximação à realidade desses primeiros dez anos de gestão.

Contudo, mesmo para os períodos subsequentes a 1771, onde a informação é bastante mais completa e sistematizada, estes códices estão longe de transmitir um retrato compreensivo da política de rentabilização e concessão dos activos que pertenciam aos inacianos. Não fora de resto com esse propósito que haviam sido elaborados; destinavam-se a reportar às instituições da administração central da coroa (nomeadamente ao Erário Régio e ao Conselho Ultramarino) os balanços contabilísticos do organismo que operava à escala do Estado da Índia, ou seja, explicitar todas as entradas de receita e despesas realizadas no curso de um ano. Não são, assim, reveladas - uma vez que tal não correspondia aos interesses da supervisão metropolitana que era exercida sobre o aparelho administrativo da periferia ultramarina - as modalidades contratuais de cedências, nem o valor anual dos foros e rendas cobradas pela Junta do Fisco e Câmara Real de Goa.

Nestas listagens figuram apenas as quantias que davam entrada nos cofres deste organismo régio e a sua proveniência (a quem foram cobrados e relativos a que activos). Sendo relativamente recorrentes os registos relativos a receitas em atraso, assim como ao pagamento de direitos em várias prestações, e dado que os livros apenas registavam as quantias precisas que eram captadas durante o período de um ano, não é raro desconhecer-se os valores totais das pensões de cedência que eram

confisco dos bens dos jesuítas no Estado da Índia», que se encontram entre os códices do Conselho Ultramarino do Arquivo Histórico Ultramarino. Cf. AHU, CU, Cod. 693 (48 volumes, os de 1771 a 1800) e AHU, CU, Cod. 694 (36 volumes).

²³⁷ AN/TT: Governo do Estado da Índia, Junta da Real Fazenda do Estado da Índia, Copiador de diplomas enviados para o reino, livro 87, Carta 18 de Março de 1773, do Marquês de Pombal para a Junta da Real Fazenda do Estado da Índia.

devidas à administração régia. Por todas estas razões, o valor analítico destes livros de receitas e despesas, de dívidas cobradas e por cobrar, é limitado.

Foi, portanto, necessário recorrer a outra documentação que sustentasse a análise da política redistributiva do património fundiário da Companhia de Jesus.

Detectaram-se outras fontes onde o valor das pensões fundiárias contratualizadas e a duração dos contratos surgem indicados, bem como a identidade dos indivíduos a quem os direitos sobre os bens haviam sido concedidos, se bem que a este nível e dada a escassez de estudos de história social para a Goa Setecentista, as interpretações a retirar destes dados são necessariamente limitadas.

Identificaram-se três arrolamentos das receitas referentes ao património jesuítico, que veículam suficiente informação para levar por diante uma análise integrada no tema e problemáticas desta dissertação. Os três têm em comum o facto de revelarem a realidade da administração do confisco para a década de oitenta²³⁸.

Além do mais, é necessário referir que as várias fontes consultadas veículam informações contraditórias, que nos levantaram dúvidas sobre qual o cadastro de recursos financeiros e propriedade mais fiável. Por exemplo, concessionários com nomes diferentes, registos que figuram num inventário mas estão ausentes dos demais, a cedência de uma mesma propriedade através de modalidades contratuais distintas, etc. Não obstante essas inconsistências, que se reportam maioritariamente à cedência de chãos de valor reduzido, os inventários estão de acordo relativamente a uma parcela substancial das transferências de bens de raiz, particularmente no que diz respeito aos imóveis de maior rendimento/valor económico, que correspondem aos maiores activos patrimoniais sob alçada do Confisco.

Na sua dissertação de doutoramento, Remy Dias dedica breves linhas à questão da redistribuição da propriedade confiscada à Companhia de Jesus, considerando que esta desbloqueou novas extensões de terras para usufruto dos agentes económicos, dando assim resposta a uma crescente necessidade pela aquisição de terra que se estava a viver no Estado da Índia, na segunda metade do século XVIII. Não

²³⁸ Não obstante, conseguiram obter-se algumas informações para períodos anteriores, que serão, sempre que possível, usadas para complementar o panorama expresso nestes quadros.

desenvolvendo particularmente a questão²³⁹, inclui em anexo um arrolamento dos bens de raiz e recursos fundiários que foram tomados aos inacianos depois de 1759²⁴⁰. Este quadro apresenta informação mais completa sobre o processo de redistribuição, fornecendo, nomeadamente informação sobre a proveniência dos foreiros ou rendeiros das propriedades, o que, como explicitaremos adiante, permite que se façam pertinentes reflexões. Contudo, tratando-se de uma fonte a que acedemos em segunda mão, e tendo já sido parcialmente trabalhada por outro autor em provas académicas (embora a análise que aí se faz seja meramente genérica) decidiu-se não incluir nesta dissertação a sua análise detalhada, já antes realizada por nós num trabalho de outra natureza²⁴¹.

As outras duas fontes consideradas foram consultadas e analisadas em primeira mão. O «Balanço Geral da Receita do Confisco da Cidade de Goa, Estado da Índia do ano de 1784»²⁴², um orçamento no qual se especificam as fontes de rendimento e de despesa da instituição e se calcula a relação entre ambas, determinando-se um saldo final²⁴³. Nele são chamadas à colação as receitas que transitavam de anos anteriores, o que permite observar a evolução das fontes de rendimento mais permanentes e a forma como, anos depois, ainda eram cobradas pela repartição do sequestro da fazenda real, embora aqui se explicitem (contrariamente ao que ocorria nos balanços da receita e despesa que podem ser encontrados nos códices do Conselho Ultramarino do Arquivo Histórico Ultramarino), quais os contratos, duração e valor do foro ou renda pela qual foram colocados à disposição dos particulares.

Mas, o essencial da análise da redistribuição da propriedade fundiária jesuítica que se segue baseou-se num inventário dos rendimentos anuais, pensões e bens que

²³⁹ DIAS, Remy, *Ob. Cit.*, pp. 170-174.

²⁴⁰ *Historical Archives of Goa, Monções do Reino*, Nº. 164, 2.ª Parte, fl. 1099. Cf. DIAS, Remy, «Appendix 3.2.», *Ob. Cit.*, 2004.

²⁴¹ PEREIRA, Edgar, *A Redistribuição da Propriedade Fundiária Jesuítica em Goa (1759-1800)*, comunicação apresentada no III Encontro de Jovens Investigadores em História Moderna, Évora, 16-18 de Maio, 2013.

²⁴² TC, Junta da Inconfidência, cod. 234, «Balanço Geral da Receita do confisco da Cidade de Goa, Estado da Índia do ano de 1784».

²⁴³ Para os propósitos de análise atenta-se apenas nas fontes de receita, optou-se por deixar de lado a vertente da despesa, uma vez que o valor económico-financeiro dessas propriedades, a forma de concessão e destinatário são as principais questões na grelha de inquérito desta dissertação.

estavam à guarda da administração do Confisco²⁴⁴. Não diferindo substancialmente do arrolamento de 1784, oferece um retrato estático claro e sistematizado, no qual são particularizadas as fontes de rendimento, provenientes quer do património imobiliário, quer de direitos e pensões devidos ao Confisco, em função dos estabelecimentos/colégios/circunscrições a que se referem.

IV. 1. Inventários das receitas da administração do confisco

Esta análise da redistribuição da propriedade fundiária jesuítica confiscada toma como ponto de partida uma cronologia relativamente tardia: os anos oitenta de Setecentos. Na entrada para a terceira década de gestão do património sequestrado à Companhia poderia considerar-se que a política de concessões levada a cabo pela administração do confisco atingira uma fase de relativa maturidade.

Para o início deste decénio, os arrolamentos dos activos e fontes de receita referenciam cento e vinte e quatro registos relativos a fontes de receita para a administração do confisco, dos quais cento e três referem-se à concessão de direitos de propriedade (cedência do domínio útil) e de exploração económica sobre bens de raiz ou recursos fundiários que compunham o antigo património da Companhia de Jesus. Cada um correspondia a um contrato celebrado entre a administração régia (através do Fisco e Câmara Real) enquanto outorgante de direitos de propriedade (ou como frequentemente ocorre, sobre conjunto variado de terrenos e propriedades), e uma entidade singular ou colectiva a quem estes são cedidos num horizonte temporal variável, mediante o pagamento ao outorgante de uma determinada pensão fundiária. Os restantes vinte e um registos dizem respeito a réditos, direitos que o Fisco e Câmara Real arrecadavam, e que não envolviam a redistribuição de prédios rústicos e de bens relacionados com a terra.

Os bens de raiz, que compreendem esse universo de cento e três registos, vão desde baldios de pequena dimensão, a prédios rústicos de tamanho intermédio,

²⁴⁴ AHU, CU, *Índia*, cx. 359, «Relação de todos os bens que a Fazenda pessue pela Administração do Confisco e seus rendimentos annoaes e as pençoens que os mesmos tem».

passando por terrenos agrícolas de dimensão considerável, até aldeias inteiras - o que ilustra bem o nível de implantação que a Companhia de Jesus havia alcançado nas chamadas Velhas Conquistas.

O património fundiário, cuja vastidão e diversidade se expressa na multiplicidade de registos e dos vários chãos que por vezes compunham um só registo, gerava para os cofres da coroa uma receita total anual de 35 515 618 réis²⁴⁵.

A primeira preocupação metodológica passa pela identificação e análise particular das fontes de rendimento - sua função económica e respectiva importância quantitativa - de cada um dos colégios, estabelecimentos, casas e circunscrições que se inseriam nas Províncias Asiáticas da Assistência Portuguesa da Companhia de Jesus. Atentar-se-á na distribuição dos bens fundiários pelos vários colégios e estabelecimentos jesuítos, destacando-se, por um lado, as especificidades (qualitativas e quantitativas) dos respectivos fundos patrimoniais, e por outro, considerando-os numa perspectiva comparada e de conjunto.

Num segundo momento definiram-se tipologias de propriedade fundiária, nas quais se englobaram os vários registos que constam do arrolamento; tal possibilitou, não só uma análise específica de cada uma dessas categorias, mas também comparativa entre elas.

No arrolamento em questão é veiculada a identidade daqueles a quem são concedidas essas propriedades. É de lamentar que na documentação consultada esteja omissa a localidade de residência dos concessionários desses bens de raiz, uma vez que esta informação permitiria averiguar se aquele que daí em diante vai deter esses chãos residia nas imediações destes terrenos (se se integrava de alguma forma na comunidade local/gãocaria) ou, se pelo contrário, se tratava de um indivíduo proveniente do exterior – de uma aldeia vizinha, de outra mais distante, ou quiçá do meio urbano.

²⁴⁵ Antes disso, impõe-se, contudo, um breve esclarecimento relativamente à forma como foi contabilizada a informação contida nos arrolamentos. Deu-se prioridade, sempre que as fontes o permitiram, aos valores numéricos absolutos, contabilizando-se uma a uma cada unidade produtiva expressa nos cento e três registos. Contudo, em múltiplos casos os registos são pautados pela indefinição e imprecisão do número de propriedades a que fazem referência, ou seja, o levantamento explicita claramente o número de operações de redistribuição e concessão de direitos de propriedade, mas nem sempre dá conta de quantos prédios estavam envolvidos nessa transferência.

Já para a quase totalidade dos vinte e um registos relativos às rendas e fontes de receita que as aldeias deviam anualmente à administração do Confisco²⁴⁶, estão identificadas quais as comunidades às quais eram assacados esses rendimentos.

Ainda relativamente à identificação dos agentes que vão personificar este processo de redistribuição fundiária, dispensar-se-á alguma atenção ao perfil sócio-religioso dos novos proprietários. A questão é particularmente relevante visto que a expulsão dos Jesuítas ocorre quase em simultâneo à promulgação do alvará pombalino que punha fim à distinção político-jurídica entre reinóis e naturais nas possessões coloniais, abandonando a discriminação formal baseada na etnicidade e, subsidiariamente, na religião, que até aí prevalecera²⁴⁷.

Como já anteriormente foi assinalado, a questão das imbricações entre o estatuto político dos naturais, as campanhas de conversão e as relações de apropriação e exclusão da terra têm vindo a ser destacadas por alguma historiografia para cronologias anteriores, nomeadamente para os séculos XVI e XVII, no contexto das fases iniciais de implantação dos portugueses e do seu ordenamento do território²⁴⁸. Sem querer estabelecer nexos causais lineares, consideramos a possibilidade da supressão das diferenciações e inibições étnico/religiosas, levada a cabo pela coroa, se ter feito reflectir nos padrões sociológicos de acesso à terra. Nesse sentido, o estudo da redistribuição do património fundiário da Companhia de Jesus tratar-se-ia de um objecto de estudo privilegiado para confirmar esta hipótese, quer pela dimensão e escala do conjunto de propriedades em questão face à terra disponível nas Velhas Conquistas, quer pelo paralelismo cronológico face ao édito.

O padrão da detenção de propriedade é outro elemento sobre o qual se poderá reflectir. Predominará um padrão caracterizado pela grande dispersão ou, pelo contrário, regista-se uma relativa concentração de terrenos nas mãos de um grupo

²⁴⁶ Exceptuando as duas pensões, «a capela do defunto Paulo Pereira» e dos bens de João Fonseca, instituidor de uma capela, a primeira integrando-se no espólio da Província do Malabar, e a segunda na Província do Japão.

²⁴⁷ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, *Goa Setecentista...*, pp. 39, 143.

²⁴⁸ Cf. as obras já citadas: SOUZA, Teotónio de, *Goa Medieval. A Cidade e o Interior no Século XVII*, Lisboa: Editorial Estampa, 1994; Ângela Barreto Xavier, *A Invenção de Goa. Poder Imperial e Conversões Culturais nos Séculos XVI e XVIII*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

restrito de proprietários? Ou será o padrão mais complexo, resistindo a inserir-se nesta oposição binária concentrado/disperso?

Relativamente à dimensão e potencial económico das terras, é possível presumir diversos elementos, nomeadamente se se atentar no valor da contribuição a pagar à Coroa pela cedência dessas terras: quanto mais elevado ascendesse esse valor acresceria a tendência para nos estarmos a referir a propriedades de maior dimensão e/ou envolvendo rendimentos mais elevados.

Também as modalidades de concessão de direitos de propriedade destes bens de raiz serão merecedoras de atenção. Genericamente recorrem-se a duas formas gerais de contratualização, que depois se decomporiam em diversas especificações: o contrato enfiteutico e o de arrendamento. Analisaremos qual a difusão e recorrência destas modalidades, procurando discernir lógicas de instrumentalização que estivessem por trás do recurso ora a uma ora a outra. Procuraremos avançar com um padrão explicativo que, englobando factores como o tipo de cultura, o seu potencial económico e outras contingências ligadas ao trabalho produtivo, permita compreender a racionalidade das opções tomadas na distribuição dos vários terrenos.

Por último, será possível lançar um olhar retrospectivo em direcção à própria Companhia de Jesus, ensaiando uma aproximação ao que seria o património nas mãos dos jesuítas de Goa no período terminal de vigência, tanto ao nível dos quantitativos envolvidos, quanto à tipologia dos terrenos que estes controlavam, bem como da implantação e da influência que gozavam no meio rural goês.

IV. 2. Geografia das receitas e da distribuição patrimonial

Casa Professa

Em termos do número de registos, ou seja das fontes de receita, para a Casa Professa apuramos vinte e três, dos quais apenas um não corresponde a direitos de cedência. Entre as concessões imobiliárias destaca-se o Palmar de Ponte, propriedade

localizada em Pangim, que não obstante ter sido arrendada logo a abrir 1780 a dois indivíduos, Manoel Caetano de Sá e Diogo de Nazaré (por um período de nove anos), viu serem-lhe desmembradas várias pequenas parcelas de chão, posteriormente aforadas a diversos indivíduos, surgindo, assim, em oito registos. Neste arrolamento, não se especifica qual a duração dos aforamentos das pequenas parcelas do palmar, nem a data em que foram celebrados. O valor dos foros pagos à administração do confisco é nestes casos bastante reduzido, variando os valores entre os 600 e os 1800 réis²⁴⁹.

A este nível coloca-se a questão: Como interpretar, na óptica da coroa a relevância deste tipo de contratos e de outras concessões de chãos de pequena dimensão? O que pretende e tem a administração do confisco a ganhar com eles? Provavelmente muito pouco, o que poderia potencialmente justificar que não se tivesse registado no arrolamento a data de celebração dos contratos e a sua duração, dado que os aforamentos por tempo indeterminado eram geralmente sintomáticos da reduzida importância económica e fiscal dos bens de raiz em questão. Através de cedências deste tipo, a coroa disponibilizaria alguma terra - por assim dizer, as migalhas da propriedade fundiária jesuítica - a camponeses de pequenas posses e meios modestos, daí retirando uma mais-valia fiscal mais ou menos irrelevante, mas que, também, pouco poderia prejudicar as contas do confisco²⁵⁰.

Entre as cedências relacionadas com o Palmar de Ponte, destacam-se, ainda, os aforamentos de imóveis residenciais (surgem em dois contratos, nos quais se cedem diversas casas a um mesmo indivíduo), e igualmente de uma botica de especiarias e mantimentos que existia no interior dessa propriedade (pagando-se por ela um foro anual de 7 200 réis).

Contudo, o principal activo nas mãos da Casa Professa, aquele que gerava maiores rendimentos para a administração do confisco entre todo o património desse

²⁴⁹ Optou-se pela conversão de todas as quantias monetárias apresentadas neste capítulo a réis. As fontes apresentavam os valores em mais duas unidades monetárias: xerafins e tangas. Recordam-se aqui os padrões de conversão: 1 xerafim = 5 tangas; 1 tanga = 60 réis; 1 xerafim = 300 réis.

²⁵⁰ Estes aforamentos dos chãos retirados ao Palmar de Ponte contrastam com a cedência que é feita da propriedade na sua (quase) totalidade, pela qual os seus rendeiros pagavam anualmente à coroa, 780 000 réis. Valores e horizontes temporais determinados com toda a clareza nos livros de contas da Monarquia, que contrastam com a impressão e aparente desinteresse que é dispensado a estes pequenos aforamentos.

estabelecimento, eram as aldeias de Assolna, Velim e Ambelim, que em 1779 foram arrendadas por nove anos a um Pedro António Alves, mediante do pagamento de uma renda de 11 103 000 réis. É necessário referir que a propriedade sobre as três povoações era partilhada pela Casa Professa, Noviciado de Chorão e Província do Malabar²⁵¹, constituindo, ainda assim, uma das principais fontes de liquidez de cada um destes estabelecimentos/circunscrições.

Pelo valor das rendas fundiárias que proporcionava, destacava-se, também, a ilha de Combarjua - da qual apenas dois terços pertenciam à Casa Professa (o terço remanescente pertencia ao Colégio Velho de São Paulo) - cujos direitos de exploração foram concedidos, também, por nove anos, a Vencatim Naique, pagando este uma renda anual de 3 195 000 réis.

Destacam-se ainda os arrendamentos de vários palmares celebrados por vinte e sete anos, no início da década de oitenta: as concessões feitas a Seguna Camotim por 406 500 réis; os dez palmares localizados em várias aldeias, que por 135 000 réis anuais foram arrendados a Rama Custam Porobo; os catorze «Palmares de Chaul», mas que na realidade se dividiam entre as aldeias de Calata e Betalbatim, os quais foram disponibilizados a Ramachandra Porobo, retribuindo este a concessão com o pagamento de uma renda anual de 390 000 réis.

Apesar das constituições da Companhia de Jesus estipularem que as casas professas não deveriam ter fontes de rendimento fixas, devendo depositar inteiramente a sua sustentação na caridade dos fiéis²⁵², os bens de raiz da Casa Professa de Goa rendiam anualmente para a administração do confisco 13 107 623 réis. Destes correspondiam ao rendimento gerado pela concessão de bens de raiz 13 070 755 réis, e apenas 36 868 réis diziam respeito a uma renda (tanga de cunto) paga pela aldeia de Majorda.

²⁵¹ Uma vez que as fontes consultadas não deixam explicito qual a percentagem do valor da renda que era captada individualmente por cada um dos estabelecimentos, consideramos uma divisão equitativa desse valor pelos três.

²⁵² BORGES, Charles, *Ob. Cit.*, p. 23.

Colégio Novo de São Paulo

Este estabelecimento foi alvo de trinta e duas concessões de direitos sobre propriedade fundiária (num total de trinta e cinco registos), boa parte das quais (24) relativos a arrendamentos trienais de várzeas namoxins, que ocorreram entre 1779 ou 1780. O rendimento proveniente da arrematação destes bens namoxins ascendia a 2 517 909 réis, o que equivalia a 57,14% do total dos rendimentos do Colégio (o rendimento total deste colégio ascendia a 4 406 193 réis).

Parte substancial do património do Colégio era, portanto, composta pelos bens que, no regimento da Junta do Fisco e Câmara Real, faziam parte da segunda das três classes na qual se dividiu o recheio do confisco. No regimento tinha-se determinado que estes bens deveriam ser aforados; contudo, com base nas evidências deste inventário, duas décadas depois o seu destino mais comum foi o aforamento trienal. As razões que explicam o recurso a esta opção contratual prender-se-iam, possivelmente, com o interesse que estes bens despertavam nos agentes económicos, levando assim a coroa a promover a cedência de direitos de exploração por períodos reduzidos e a impor a rotatividade dos direitos à exploração dessas terras pelos potenciais interessados. Esta fonte é omissa a respeito dos destinatários destes arrendamentos, que ao que tudo indica terão sido as comunidades de aldeia²⁵³.

Registam-se apreciáveis amplitudes no valor do rendimento das várzeas cedidas: vão desde os 750 réis, que durante um triénio as várzeas da aldeia de Naroa renderam anualmente à coroa, e os 584 505 réis que a concessão dos namoxins da ilha de Chorão fez entrar anualmente nos cofres do confisco. Em termos médios, os valores da renda destes terrenos situavam-se nos 103 500 réis.

Embora preponderantes ao nível dos contratos de cedência, as várzeas dos antigos pagodes não eram os únicos activos nas mãos do Colégio Novo. Entre os bens pertencentes ao fundo deste estabelecimento jesuítico destacou-se, ainda, a ilha de Quelossim, alienada perpetuamente a Daquea Camotim, mediante o pagamento de

²⁵³ Segundo Remy Dias, estes arrendamentos visaram as comunidades locais, que a administração régia considerava ser a entidade melhor capacitada para promover um aumento da produção agrícola. Cf. DIAS, Remy, *Ob. Cit.*, p. 193.

um foro anual de 240 000 réis, no que correspondia um caso insólito de trespasse a título praticamente definitivo de activos da administração do confisco.

O registo mais valioso, ou seja a fonte de receita individual que mais rendeu a este Colégio tratava-se do arrendamento a Francisco Anelo de um conjunto variado de hortas, palmares e outros chãos, localizados entre Quelossim e Cortalim, por um período de vinte e sete anos. Este rendeiro faria entrar nos cofres do confisco, anualmente, durante vinte e sete anos 768 000 réis (ou seja, um total de 20 736 000 réis durante todo o período de arrendamento).

São, também dignas de menção, pela sua importância quantitativa mas não só, outras rendas fundiárias e fontes de rendimentos relacionadas com a vida agrária das populações locais. Por exemplo, a consignação no valor corrente de 516 960 réis que a Comunidade de Chorão pagava todos os anos ao Colégio, demonstrando bem a importância que os antigos estabelecimentos jesuítas continuavam a manter na vida das aldeias das Velhas Conquistas.

Colégio Velho de São Paulo

Para este estabelecimento conhecem-se os encargos com a sustentação dos espaços de culto e capelas que pesavam sobre os rendimentos colectados. Comparativamente ao estabelecimento anterior verifica-se um número bastante menor de registos: são apenas cinco, reportando-se, a rendimentos de tangas de cunto²⁵⁴, meias tangas de recâmbio, e plantações agrícolas de pequeno-médio rendimento²⁵⁵; que geraram receitas sobejamente magras. Em 1781 este estabelecimento congregou uma receita total no valor de 214 119 réis. Estava-se em presença de um estabelecimento da ordem que foi bastante menos abonado que os seus congéneres, nomeadamente que o Colégio Novo.

²⁵⁴ Renda ou fundo da comunidade, alvo de redistribuição entre os gãocares, mas que foram também sendo adquiridos por indivíduos externos à comunidade de aldeia, os designados «interessados», que adquirindo as tangas de cunto se tornavam *cuntocares*. Cf. DALGADO, Sebastião Rodolfo, Glossário Luso-Asiático, vol. I, Hamburgo, Helmut Buske Verlag Hamburg, 2ª ed., 1982, p. 336.

²⁵⁵ Nomeadamente o Palmar de Dabotim em Bambolim que, em resultado do seu arrendamento por 27 anos, ofereceu anualmente à Monarquia 111 000 réis; ou ainda, a concessão por nove anos das duas hortas de Santo Xavier, pelas quais o concessionário pagava anualmente 72 000 réis.

Noviciado de Chorão

Relativamente ao Noviciado estabelecido na Ilha com o mesmo nome, regista-se apenas uma cedência, embora de importância financeira assinalável, chegando mesmo a tratar-se de uma das maiores concessões de todo o arrolamento, a sexta: um conjunto de bens de raiz «fazendas» associados à aldeia de Carmona, mais algumas rendas fundiárias que estavam associadas, que foram arrendadas por vinte e sete anos a Rama Custam Porobo, pagando este à coroa 866 850 réis, valor que correspondia à receita total arrecadada por este estabelecimento.

Juntando a esta pensão, um terço da receita proveniente do arrendamento das aldeias de Velim, Ambelim e Assolna, o rendimento deste estabelecimento perfazia um total de 4 567 850 réis.

Colégio de Rachol

O Colégio de Rachol registou para esse ano quarenta registos, dos quais oito eram direitos impostos aos habitantes das aldeias e trinta e dois relativos a contratos de cedência de chãos e terrenos; destes últimos destacam-se, pela sua recorrência, os arrendamentos por três anos (12) e vinte e sete anos (13). Nos contratos trienais as fontes são omissas relativamente à identidade dos rendeiros, o que acarreta os inconvenientes já mencionados atrás, mas indicam claramente o período em que estiveram vigentes, pelo que é possível atentar na transição para as concessões subsequentes. Já quanto aos arrendamentos de vinte e sete anos, desconhece-se as datas de inícios, mas é conhecida a identidade dos concessionários.

Os arrendamentos trienais correspondiam na sua maioria à concessão do direito de exploração sobre várzeas namoxins. Tal como ocorreu no Colégio Novo de São Paulo, o arrendamento destas várzeas representara metade do rendimento total do estabelecimento, situando-se aqui numa percentagem que andava na ordem dos 55,96%.

Entre as várzeas de maior rendimento, ou seja, aquelas cuja concessão rendia mais para os cofres do confisco, destacam-se as da aldeia de Margão (852 673 réis), da de Benaulim (468 706 réis), de Varca (411 358 réis), ou com valores aproximados,

Loutulim (397 824 réis). As rendas da concessão dos namoxins apresentam valores consistentemente sólidos, registando-se apenas a excepção das várzeas de Sirlim, que revertiam anualmente para a coroa apenas 16 200 réis. Estes valores indiciam que o Colégio de Rachol controlava terrenos com algum potencial produtivo, na medida em que o seu rendimento se traduzia em rendas de valor elevado.

Calculando-se quanto valiam em média estas rendas, obtém-se um valor na ordem dos 330 000 réis, o que revela que as antigas terras dos pagodes deste colégio eram bastante mais valiosas que as congéneres do Colégio Novo de São Paulo.

Contrariamente aos arrendamentos trienais que para este Colégio se aplicavam na quase totalidade dos casos a terrenos namoxins, as concessões por vinte e sete anos regulavam a cedências de direitos de exploração sobre palmares. Em termos de representação no valor global dos rendimentos do estabelecimento, correspondia a 577 580 réis, ou seja, 24,32 %. As pensões não atingiam, a não ser num ou noutro caso excepcional²⁵⁶, valores na ordem dos que surgiam entre os arrendamentos trienais.

Contudo, a concessão que individualmente maior receita gerava para o Colégio não se encontrava entre estas duas modalidades. Do património na dependência deste antigo estabelecimento da ordem de Santo Inácio, encontrava-se a ilha de Rachol, que em data indeterminada fora arrendada a Sonoba Sinay por nove anos, ficando este incumbido do pagamento anual de uma renda de 930 000 réis.

É necessário, ainda, fazer referência às rendas que as aldeias pagavam à coroa, foros correntes, tangas de cunto, vangores. Têm uma recorrência entre as fontes de rendimento deste estabelecimento que não tem paralelo nos demais colégios e seminários (1 624 745 réis).

Em 1781, o Colégio de Rachol gerou uma receita total de 6 485 854 réis.

²⁵⁶ Entre as excepções encontrava-se a cedência de vários palmares, espalhados por múltiplas localidades (Camorlim, Raia, Margão, Loutulim, Majorda, Calata) a Daquea Camotim, com uma renda anual que ascendia aos 549 600 réis, ou do Palmar de Dramapor (com a sua várzea anexa) que foi cedida a Caetano Cabral, mediante o pagamento de uma renda de 300 000 réis por ano.

Província do Malabar

Esta antiga circunscrição asiática da Assistência portuguesa da Companhia de Jesus era detentora de seis palmares – representando metade dos registos: Palmares de Cotoca, Conchelim, Nossa Senhora da Vitória de Betim, Golombo, Damerem e Caissua. O rendimento destas unidades produtivas dedicadas à exploração económica dos derivados da palmeira era bastante variável, indo desde os 46 500 de réis (renda paga pela cedência por vinte e sete anos do palmar de Cotoca) até os 3 975 000 de réis, que durante nove anos renderia aos cofres do confisco a concessão do Palmar de Caissua, a propriedade de cultivo mais valiosa a marcar presença neste arrolamento.

Com o mesmo número de registos, embora com uma importância financeira incomparavelmente menor, encontravam-se as receitas provenientes de rendimentos que todos os anos as comunidades estavam obrigadas a pagar a esta antiga circunscrição da Ordem de Santo Inácio.

No total, as receitas geradas ascenderam em 1781 aos 8 825 179 réis, para as quais contribuiu também um terço do rendimento das aldeias de Velim, Ambelim e Assolna, conforme já foi expresso atrás.

Província do Japão

Na Província do Japão estavam orçamentadas apenas duas fontes de receita. Uma delas tratava-se de uma pensão de 43 800 réis em paga da autorização que fora concedida a Urbano Caetano para ser administrador dos bens de um João Fonseca, instituidor de uma capela. A outra, que se reveste de bastante mais interesse, era a renda de 1 470 900 réis anuais, que Vitogi Sinai Dempo pagou pela cedência por nove anos do Palmar de Taleigão (ao qual dava nome a aldeia onde se localizava).

A soma destas duas receitas equivalia a 1 514 700 réis.

Vice-Província da China

Esta circunscrição detinha uma única propriedade, o Palmar de Senquero. Este foi arrendado, em data indeterminada, a Vitoba Sinay, que pagava à Fazenda Real

78 000 réis por ano durante os vinte e sete anos que estava prevista durar a concessão.

O total da receita gerada anualmente pela Vice-Província da China era de 95 100 réis.

Na Tabela 1 representa-se o total da receita da administração do confisco desagregado na componente relativa aos bens de raiz e às rendas.

Tabela 1. Receita total da administração do confisco (1781)

Estabelecimento	Receita (em réis)		
	Bens raiz	Rendas	Total
Casa Professa	13 070 755	36 868	13 107 623
Colégio Novo de São Paulo	3 858 609	547 584	4 406 193
Colégio Velho de São Paulo	204 600	9 519	214 119
Noviciado de Chorão	4 567 850		4 567 850
Colégio de Rachol	4 861 109	1 624 745	6 485 854
Província do Malabar	8 261 779	563 400	8 825 179
Província do Japão	1 470 900	43 800	1 514 700
Vice Província da China	95 100		95 100
Total	32 689 702	2 825 916	35 515 618

Gráfico 1. Distribuição da receita total da administração do confisco (1781)

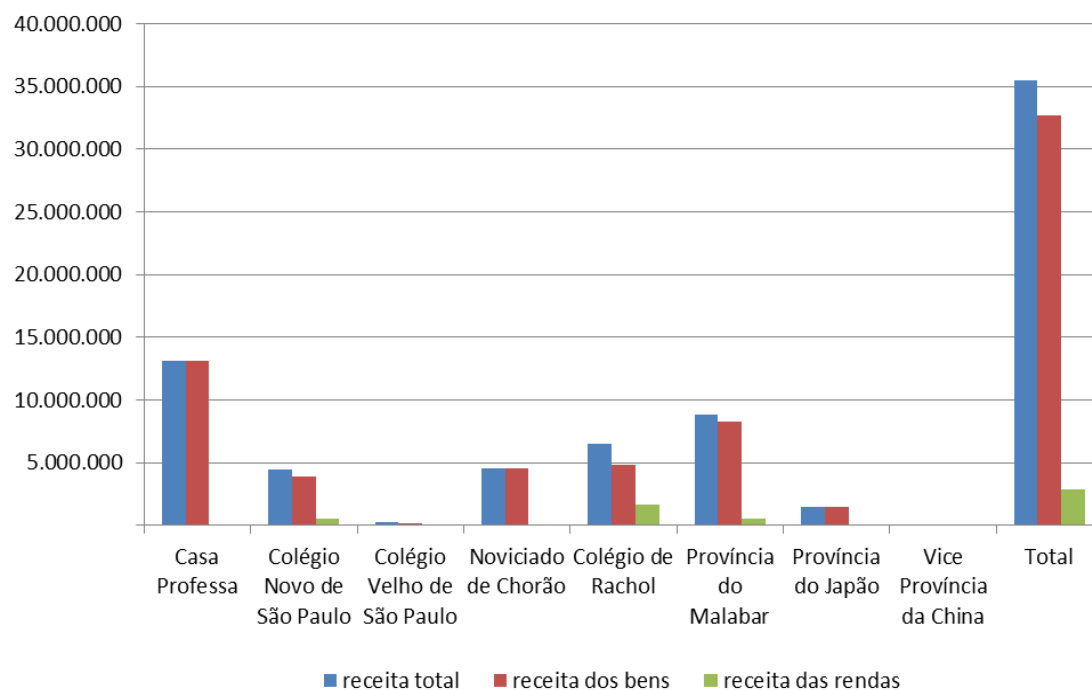
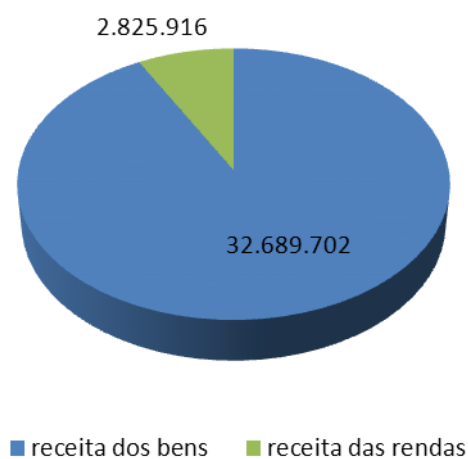


Gráfico 2. Proveniência da receita total da administração do confisco (em réis)



IV. 3. Análise da propriedade jesuítica confiscada

IV. 3. 1. Tipologia

Qual a aplicação económica e social dos prédios jesuíticos redistribuídos através das várias concessões? Será esta questão que se procurará esclarecer na presente subsecção, recorrendo-se para tal a várias tipologias que permitem caracterizar os prédios com base na sua funcionalidade e aplicabilidade.

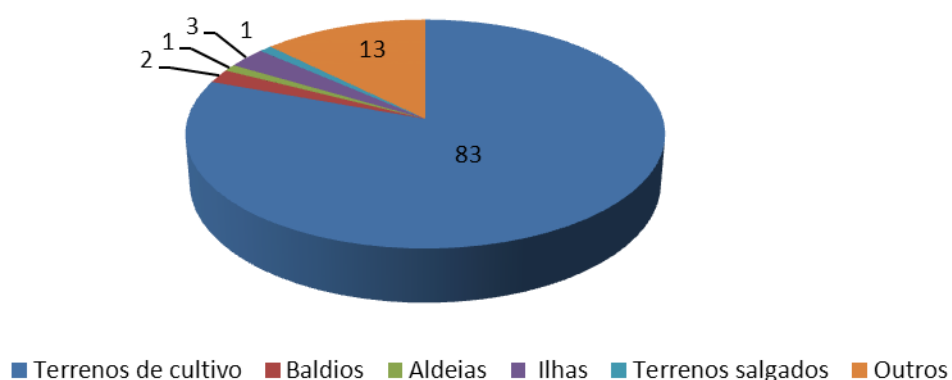
Passemos então a anunciar esses conjuntos caracterizadores, que são seis: 1) terrenos agrícolas primacialmente vocacionados para o cultivo; 2) baldios e outros chãos não afeiçoados para a actividade produtiva e aplicados a funções económicas complementares à agricultura; 3) as aldeias que haviam estado integralmente nas mãos dos inacianos; 4) terrenos que, pela sua morfologia e topografia distintiva, mereceriam ser distinguidos dos demais prédios – referimo-nos aqui, nomeadamente, às várias ilhas ou terrenos insulares detidos pelos religiosos; 5) terrenos salgados, e por último; 6) os prédios que não se reportavam directamente ao trabalho da terra²⁵⁷, nem às suas actividades subsidiárias, desempenhando outro tipo de funções, nomeadamente como espaços de comercialização da produção local ou de bens provenientes do exterior, terrenos onde estavam edificadas estruturas de transformação de cereais produzidos nas terras, ou dedicados ao seu armazenamento (moinhos e celeiros) ou, ainda, imóveis residenciais e outros edifícios.

²⁵⁷ Embora, por exemplo, no caso de prédios residenciais em Verém se mencione que tinham associados plantações de cocos. Uma vez que o registo destas propriedades assenta no seu carácter residencial e não de cultivo, o que indicaria que a sua principal vocação seria a primeira e não a segunda, optou-se por incluí-los na tipologia «Outros».

Tabela 2. Número de registos relativos à função e aplicação económica das propriedades jesuíticas

Estabelecimentos	Terrenos de cultivo	Baldios	Aldeias	Ilhas	Terrenos salgados	Outros
Casa Professa	13	2	1 ²⁵⁸	1		5
Colégio Novo de S. Paulo	30			1		1
Colégio Velho de S. Paulo	3					
Noviciado de Chorão	1					
Colégio de Rachol	28			1	1	2
Província do Malabar	6					
Província do Japão	1					
Vice-Província da China	1					5
Total	83	2	1	3	1	13

Gráfico 3. Função e aplicação económica das propriedades jesuíticas



²⁵⁸ As três aldeias detidas em conjunto pela Casa Professa, Colégio de Rachol e pela Província do Malabar, são incluídas como fonte de rendimento de um único estabelecimento de forma a não serem consideradas como três registos de cedência.

A Tabela 2. refere-se ao número de contratos de cedência de direitos por tipologia funcional das propriedades, nem sempre correspondendo ao número de propriedades envolvidas na transacção. É, apenas para citar dois exemplos, o caso dos chamados catorze palmares de Chaul, ou de três aldeias, Velim, Ambelim, Assolná, que são distribuídos em bloco no mesmo contrato de cedência.

Surgem no arrolamento catorze registos de terrenos que desempenhavam outro tipo de funções que não a exploração do seu potencial agrícola.

A propriedade jesuítica caracterizava-se ao nível da aplicação funcional dos seus bens de raiz, principalmente pela sua vocação agrícola. Tal evidencia-se nos oitenta e três registos referentes a terrenos de cultivo. Acrescem a esta tipologia os vários terrenos existentes nas ilhas e as aldeias, bem como as unidades produtivas que poderiam ainda surgir por via do afeiçoamento dos incultos, perfazendo um total de oitenta e nove registos, correspondendo a um número de propriedades superior a cento e sessenta.

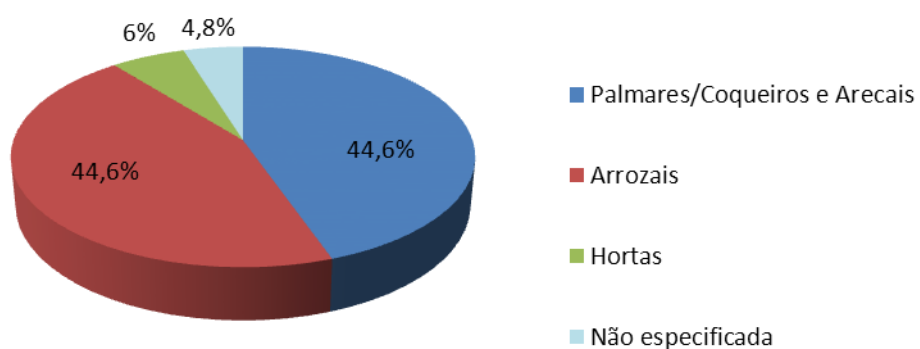
Baseando-nos apenas no número de registos (uma vez que, para este caso, o número absoluto de propriedades individuais, em função da ocasional imprecisão dos dados veiculados pelo levantamento, se revela impossível de determinar), consegue-se, pelo menos, estimar percentualmente a posição ocupada pelos chãos eminentemente vocacionados para o sector primário face ao total do património jesuítico redistribuído; resulta assim, para a cronologia abarcada pelo arrolamento, uma percentagem de 86,4% para as antigas terras jesuíticas com aplicação agrícola.

Deter-nos-emos de seguida na primeira das tipologias atrás expressas, correspondente às terras de cultivo (oitenta e três registos).

Tabela 3. Número de registros por sub-tipologia da propriedade agrícola

Estabelecimento	Palmares/ Coqueiros e Arecais	Várzeas namoxins / Arrozais	Hortas	Não especificada	Total
Casa Professa	10		1	2	13
Colégio Novo de S. Paulo	3	25	1		29
Colégio Velho de S. Paulo	1		2	1	4
Noviciado de Chorão	1				1
Colégio de Rachol	14	12	1	1	28
Província do Malabar	6				6
Província do Japão	1				1
Vice-Província da China	1				1
Total	37	37	5	4	83
Total (%)	44,6%	44,6%	6%	4,8%	100%

Gráfico 4. Distribuição percentual das sub-tipologias da propriedade agrícola



Na Tabela 3. e Gráfico 4. foi apenas tido em conta o número de referências de sub-tipologias relativas às terras agrícolas, uma vez que, devido à imprecisão numérica

que caracteriza muitos dos registos se revela impossível formular qualquer cálculo preciso. Alguns incluem o número concreto de unidades de cultivo, mas muitos outros limitam-se a indiciar um plural, indicando apenas que nessa unidade existiria mais que um terreno. Contudo, o recurso ao número de registos, apesar das suas indiscutíveis limitações, permite que o observador se aperceba da difusão destes terrenos no levantamento da propriedade confiscada.

Atentando, então concretamente nos resultados expressos no quadro, predominam os palmares e arrozais, correspondendo cada uma destas sub-tipologias agrícolas a sensivelmente 45% do total, perfazendo em conjunto 90% das terras de cultivo sob alçada do Fisco e Câmara Real. Ao todo, as demais produções agrícolas são referenciadas apenas nove vezes, significando que o valor percentual combinado das hortas e terras de produção não especificada, correspondem a uma percentagem na ordem dos 10%.

IV. 3. 2. Modalidades jurídicas de concessão de direitos de propriedade

A secção subsequente diz respeito à perspectiva iminentemente institucional do processo de redistribuição do património fundiário pertencente à Companhia de Jesus. Atentaremos nos contratos de cedência que enquadram legalmente a concessão de direitos por parte do senhorio eminente (a coroa) e os concessionários a quem se cedia o direito para usufruir e dispor desses bens.

As tipologias contratuais utilizadas na distribuição destas terras confiscadas foram a enfiteuse e o arrendamento. Recorreu-se, portanto, às modalidades jurídicas de cedência de recursos fundiários que se encontravam mais difundidas na Monarquia Portuguesa de Antigo Regime²⁵⁹.

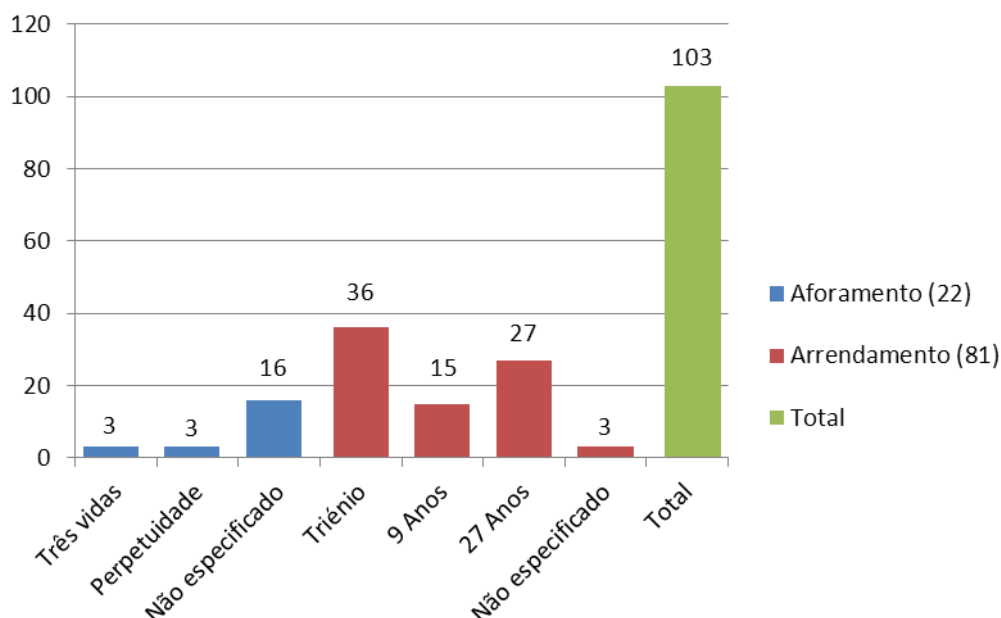
²⁵⁹ Leonor Freire Costa, Susana Münch Miranda, Pedro Lains, *História Económica de Portugal, 1143-2010*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011, pp. 54-55.

Tabela 4. Modalidades de contrato de cedência por estabelecimento ou circunscrição

Contratos	Aforamento			Arrendamento				Estabelecimento
Horizonte temporal	Três Vidas	Perpétuo	Não especificado	Trienal	Nove anos	Vinte Sete anos	Não especificado	
	3	2	7		5 ²⁶⁰	4	1	Casa Professa
		1	1	24		5	1	Colégio Novo de S. Paulo
					2	1		Colégio Velho de S. Paulo
						1		Noviciado de Chorão
			3	12	3	13	1	Colégio de Rachol
					4	2		Província do Malabar
					1			Província do Japão
			5			1		Vice-Província da China
Total de Registos	3	3	16	36	15	27	3	103
	22			81				

²⁶⁰ As três aldeias detidas em conjunto pela Casa Professa, Colégio de Rachol e pela Província do Malabar, são incluídas como fonte de rendimento de um único estabelecimento de forma a não serem consideradas como três registos de cedência.

Gráfico 5. Modalidades de contrato de cedência



Observando a Tabela 4. conclui-se o predomínio assinalável dos contratos de arrendamento relativamente aos aforamentos, os quais regulavam apenas vinte e duas concessões de terras²⁶¹.

Considerando os horizontes temporais desses mesmos contratos, tanto enfiteúticos como de arrendamento, estes últimos são mais utilizados que o aforamento (oitenta e um registos). A sub-tipologia mais difundida é o arrendamento trienal (utilizado em trinta e seis cedências) seguido dos arrendamentos por vinte e sete anos (vinte e sete cedências) e dos mesmos a nove anos (com quinze registos). Dos vinte e dois contratos de aforamento constantes do levantamento, apenas se conhece o período de duração de seis: três cedências através de aforamentos

²⁶¹ Está de acordo com o panorama geral da disponibilização de terra jesuítica feito por Remy Dias, embora uma análise detalhada do arrolamento que este autor usa como base para as suas reflexões obrigue a matizar um pouco estas conclusões gerais, nomeadamente no que diz respeito ao recurso de contratos de aforamento, que são aí mais recorrentes. Neste arrolamento, que expressa um universo de 143 registos, cada um correspondendo a um contrato de cedência realizado entre administração do Confisco e um indivíduo ou entidade (comunidades de aldeia), que envolvia bens de raiz, registavam-se perto de sessenta contratos enfiteúticos (a maioria dos quais, curiosamente, aforamentos perpétuos). Embora a maioria destes se reportasse a prédios rústicos de baixo rendimento, registaram-se alguns casos de propriedades de elevado potencial económico que foram concessionadas através destas modalidades contratuais. Cf. DIAS, Remy, «Appendix 3. 2.» In *Ob. Cit.*; PEREIRA, Edgar, *Ob. Cit.*, pp. 9-15.

perpétuos e igualmente três em três vidas. Desconhece-se, portanto, o horizonte temporal da maior parte destas cedências do domínio útil.

Estas envolviam, na sua maioria, a concessão de propriedades de baixo rendimento: chãos de pequenas dimensões, alguns *namoxins* e principalmente, as cedências de imóveis com funções económicas complementares (comercialização de géneros e bens diversos, imóveis residenciais) que se podiam encontrar no interior das antigas quintas da Companhia de Jesus²⁶².

Aprofundando as reflexões sobre os contratos de propriedade, centrar-nos-emos nas lógicas que estariam subjacentes ao recurso a uma determinada modalidade de concessão de direitos.

Começando pelas modalidades contratuais menos utilizadas, o recurso aos aforamentos em perpetuidade que equivaliam, na prática, à cedência irreversível do domínio útil sobre determinado bem, reflecte uma tendência que, para esta mesma época, se podia detectar no reino: a sua cada vez menor utilização em diversas regiões e o seu abandono quase total para as novas concessões de terra²⁶³. Estando a utilização deste tipo de emprazamento longe de ser recorrente entre o património jesuítico, o caso da Ilha de Quellossim (rendendo foros no valor de 240 000 réis à fazenda real) merece ser particularizado - atendendo a que os outros dois registos apresentam valores sobejamente baixos²⁶⁴. Porque teria sido cedido, de forma praticamente irreversível, um bem de raiz de rendimento potencialmente elevado e que poderia ser instrumentalizado para múltiplos usos caso fosse assegurado o seu retorno efectivo às mãos da coroa, a curto-médio prazo? Neste caso não se verifica a tendência que recorrentemente preside aos contratos enfitêuticos, nomeadamente em perpetuidade, de dizerem respeito a bens de valor residual, relativamente aos

²⁶² Destacam-se entre estes aforamentos de duração não especificada, uma botica de especiarias e mantimentos localizada no Palmar de Ponte, ou o aforamento de imóveis residenciais que existiam no Palmar de Senquero, em Verém (Vice-Província da China), e de casas do Palmar de Ponte (Casa Professa).

²⁶³ Por exemplo, no caso da região de Coimbra, estudado por Margarida Sobral Neto. Margarida Sobral Neto, *Regime Senhorial, Sociedade e Vida Agrária. O Mosteiro de Santa Cruz e a região de Coimbra (1700-1834)*. Dissertação de doutoramento, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991, pp. 45-47, 165.

²⁶⁴ Os outros dois registos consistem na cedência, a António Caetano de Sousa, de um pedaço de chão na aldeia de Velim, pagando este anualmente apenas 300 réis, e o aforamento de oito pedaços de terras incultas na aldeia vizinha de Ambelim, a Caetano Baltasar Caeiro, por 1 035 réis.

quais o proprietário directo (neste caso a coroa) não manifestava grande preocupação em salvaguardar o retorno efectivo num horizonte de curto-médio prazo²⁶⁵.

A fonte, infelizmente, não oferece pistas que permitam mais do que especulações pouco consistentes. Interrogamo-nos se por trás desta generosa concessão, não estivesse o imperativo da coroa remunerar serviços prestados pelo foreiro (Daquea Camotim), ou um contributo financeiro ao governo.

Já no caso dos arrendamentos por três anos encontramos um número elevado de contratos que envolvem o pagamento de rendas de valor elevado, por exemplo, na ordem dos 90 000 réis – valor que poderíamos considerar, com uma margem relativamente abrangente, um limiar para uma pensão elevada (não obstante, a existência de alguns quantitativos muito inferiores). Se atentarmos sobretudo nos seus valores mais elevados, não deixa aqui de manifestar-se a correlação entre o rendimento potencial do prédio e o tipo de contrato a que se recorria, uma vez que outros bens de raiz que envolviam o pagamento de pensões mais elevadas, ou seja os que indiciavam maior afeiçoamento económico e maior produção de riqueza, eram cedidos com recurso a esta modalidade.

A quase totalidade dos casos de recurso ao arrendamento trienal (exceptua-se um registo relativo ao arrendamento do Palmar Porta Xir e Ravalxetilem, em Varca, por 45 000 réis) reporta-se à cedência de várzeas namoxins, apenas pertencendo a dois colégios da Companhia: Colégio Novo de São Paulo e Colégio de Rachol. Entre estas terras, sobretudo vocacionadas para a produção orizícola²⁶⁶, encontravam-se tradicionalmente algumas das principais bolsas de terra das aldeias²⁶⁷. Este património seria cedido às comunidades, sobre quem recairia o ónus do pagamento de uma renda fundiária que, observada à escala dos outros quantitativos, poder-se-ia considerar

²⁶⁵ Prosseguindo nesta tendência, então, quanto maior fosse o afeiçoamento económico do prédio mais a administração régia procuraria acautelar a sua posição face à transmissão dos direitos. Isto significaria, para estes casos, uma maior apetência para o arrendamento em detrimento do aforamento – uma vez que não implicava a transferência de direitos de propriedade, apenas a exploração económica do bem – e para a horizontes temporais de cedência mais reduzidos, para que a coroa pudesse mais prontamente dispor do bem e o pudesse instrumentalizar em função da oscilação dos seus interesses. Cf. Leonor Freire Costa *et al.*, *Ob. Cit.*, pp. 56, 57.

²⁶⁶ DIAS, Remy, *Ob. Cit.*, p. 171.

²⁶⁷ MATOS, Artur Teodoro de, «Sistema Tributário e Rendimento Fundiário...» in *Ob. Cit.*, p. 274; *Bosquejo Histórico das Comunidades das Aldeias dos Concelhos das Ilhas, Salsete e Bardez*, edição comemorativa do centenário do seu nascimento, revista e acrescentada por José Maria de Sá, com o esboço biográfico do autor por J. B. Amâncio Gracias, 3 volumes, Bastorá: s.e., 1903-1907. pp. 169-172.

elevada, uma vez que a administração régia considerava as gãoarias as entidades mais capacitadas para assegurar o aumento da produção deste género²⁶⁸.

Conforme já foi enunciado anteriormente, é assinalável a reduzida difusão dos aforamentos vitalícios, que surgem no arrolamento sob a forma de cedências enfiteuticas em três vidas²⁶⁹. Aplica-se perfeitamente neste caso a lógica relacional entre horizonte de cedência e prerrogativas envolvidas e a valorização dos prédios: os valores são extremamente residuais (variam entre 1 200 réis e 1 800 réis), e referiam-se, de igual forma nos três registos, à concessão de pedaços individuais de chão do Palmar de Ponte.

Relativamente aos arrendamentos para nove anos assinala-se a sua aplicação em prédios rústicos de rendimento apreciável: duas das ilhas detidas pela Companhia - Combarjua e Rachol, cedidas mediante a satisfação, a cada ano, de rendas no valor de 3 195 000 e 930 000 réis respectivamente. Alguns dos mais rendosos palmares foram também concedidos a particulares por via destes contratos, entre eles: Palmar de Taleigão (1 470 900 réis de foro), Palmar Caissua (3 975 000 réis) em Chaporá, ou a cedência integral do Palmar de Ponte por 780 000 réis, assim como a concessão das aldeias de Velim, Ambelim e Assolna (11 103 000 réis). De assinalar também, que a quase totalidade das hortas foi arrendada pelo mesmo período. Exceptuando a Horta do Colégio Novo de São Paulo, arrendada por vinte e sete anos, as restantes quatro cedências tinham esta duração.

Está-se assim perante fontes de receita para a administração do confisco que não provinham da transferência de direitos de propriedade (domínio útil) ou de usufruto.

²⁶⁸ DIAS, Remy, *Ob. Cit.*, p. 193.

²⁶⁹ Na primeira metade do século XVIII, o recurso aos contratos enfiteuticos em três vidas por parte da Companhia de Jesus, que eram relativamente comuns no século XVI, já haviam caído em desuso. Cf. ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, p. 304.

IV. 3. 3. Rendimento dos imóveis

O rendimento dos imóveis, considerada a variável mais representativa do diverso valor relativo da propriedade fundiária²⁷⁰, é, para esta fonte, intuída (em termos relativos e não absolutos) com base nos valores que são pagos ao senhorio do prédio – a coroa – como contrapartida pela concessão de direitos de posse e usufruto sobre o bem: ou seja, o valor das rendas e dos foros.

Atentar-se-á em primeiro lugar nas amplitudes - os valores mínimos e máximos das pensões que a coroa exigia como contrapartida pela distribuição das antigas terras que a Companhia de Jesus detinha em Goa. No limiar inferior destacam-se, ao nível dos contratos de arrendamento, a concessão trianual de várzeas namoxins sitas em Naroa, da qual resultava para a administração do confisco o valor residual de apenas 642 réis por ano. Ao nível dos emprazamentos, menção para o aforamento de um pedaço de chão, localizado em Velim, que pertencia à Casa Professa, e que não rendia à coroa mais que 300 réis - a mais baixa receita expressa em todo o arrolamento. No caso específico de uma propriedade fundiária cedida por intermédio de contrato enfiteutico, deverá destacar-se o caso de várias parcelas de chão desmembradas do Palmar de Ponte (Pangim), e que no início dos anos setenta se aforaram em três vidas a residentes locais, a troco de foros entre os 600 e 1800 réis.

No espectro oposto, ou seja entre os direitos fundiários de valor mais elevado, destacam-se as várzeas de produção cerealífera integradas nos fundos de terras das aldeias, que constituíam muitas vezes a maior fatia dos recursos económicos à disposição das comunidades rurais e cujo rendimento fora apropriado pela ordem religiosa. Era este o caso do património detido pelos jesuítas em localidades como Margão, Chorão, Benaulim ou Varca, que era concedido aos interessados e membros das comunidades através de arrendamentos trienais.

As ilhas são casos assinaláveis devido à coerência topográfica que a sua insularidade lhes garantia e que as separava das demais extensões de terra: Combarjua

²⁷⁰ José Vicente Serrão, *Os Campos da Cidade. Configuração das Estruturas Fundiárias da Região de Lisboa nos Finais do Antigo Regime*, Dissertação de doutoramento, Lisboa: Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, 2000, p. 45.

fora cedida, em 1780, a um hindu local mediante o pagamento de 195 000 réis, ou Rachol, arrendada, para o período entre 1780 a 1789, a um Sonobo Sinay, a troco do pagamento anual de 930 000 réis²⁷¹.

Os valores identificados para os dois parágrafos imediatamente acima reportavam-se apenas a casos de cedências de curta duração, ou seja, arrendamentos. Relativamente aos emprazamentos, o mais alto valor registado para os foros pagos à coroa não ia além dos 240 000 réis anuais, referentes à cedência perpétua da ilha de Quellossim. Já para a outra modalidade de aforamento, contratos em três vidas, dos três registos existentes os respectivos valores da tributação não iam além de 1 800 réis anuais, o que patenteia a reduzida importância dos terrenos redistribuídos para este período de cedência.

Contudo, a mais valiosa de todas as propriedades nas mãos dos inicianos era o conjunto formado pelas aldeias de Velim, Ambelim e Assolná, cuja concessão em bloco, por nove anos, realizada em 1779, renderia à coroa 11 103 000 réis, a cada ano de contrato. Só as três aldeias representavam 31,26% do valor total das receitas arrecadas nesse ano pela administração do confisco, representando, assim, uma muito relevante concentração patrimonial nas mãos do seu detentor no início da década de oitenta, Pedro António Alves²⁷².

Estas povoações constituem o mais curioso activo do património dos jesuítas de Goa, não tanto pela sua importância económico-financeira, mais sim pela forma como deram entrada no contingente dos bens temporais da Companhia de Jesus e pelos interesses conflitantes que o seu controlo despertou, não só entre as populações locais e os jesuítas, mas também mesmo entre diferentes circunscrições e estabelecimentos da própria ordem²⁷³. Confiscadas pela coroa como punição pelas

²⁷¹ Um valor substancialmente inferior aos direitos sobre Combarjua, mas, por outro lado, claramente superior ao da ilha de Quellossim que, assinalavelmente, fora aforada *in perpetum*, em 1777, a Daquea Camotim, residente em Panjim, mediante o pagamento de foro de 240 000 réis.

²⁷² Na década de oitenta, a tríade de aldeias rendeu àquele estabelecimento 11 103 000 réis, o que equivalia a 66% das suas fontes de rendimento, preponderância que se terá mantido constante quer antes quer depois desse período.

²⁷³ Ao longo do século XVII o Colégio de Cochim, a Província do Japão, o Noviciado de Chorão, o Colégio Novo de São Paulo disputam a posse das aldeias, levando este diferendo não apenas ao Governo da Índia ou às instituições do reino, mas também à sede da ordem, em Roma. Invariavelmente, tanto as autoridades temporais como religiosas considerariam o Colégio de Cochim (que depois da sua supressão na primeira metade do século XVIII, transitaria para a alçada da Província do Malabar) como seu

sublevações aldeãs ocorridas em 1583 durante o vice-reinado de Dom Francisco Mascarenhas, e nas quais teriam sido vitimados cinco religiosos jesuítas²⁷⁴, estas aldeias haviam sido cedidas em aforamento perpétuo, pelo Vice-Rei subsequente, D. Duarte de Menezes, ao fidalgo D. Pedro de Castro que posteriormente as viria a «doar gratuitamente» ao Colégio de Cochim²⁷⁵. Esta doação e a concessão vice-reinal que a antecederia resultara da subtracção das aldeias às gãoarias (suprimidas, juntamente com os forais e pactos que regulavam as relações político-institucionais com a coroa), situação com a qual os gãoares locais não se haviam, ao longo de mais de um século e meio, conformado²⁷⁶.

Com a extinção da Companhia de Jesus, as comunidades locais esperaram o retorno das aldeias à sua posse no curto-médio prazo. As suas expectativas não se viriam, contudo, a materializar. Após o confisco dos bens dos jesuítas, as aldeias foram administradas através de um sistema de rendeiros – muito embora a sua fiscalização e a cobrança dos foros tivesse ficado ao cargo do escrivão do confisco dessas aldeias. Ou seja, as aldeias não reverteram automaticamente para os gãoares locais, muito embora logo em 1762 estes conseguissem o arrendamento das aldeias por 9 anos (pagando à coroa 9 795 000 réis anuais). O valor da renda manteve-se entre as várias concessões, na ordem da dezena de milhão de réis²⁷⁷.

legítimo detentor. Contudo, alguns estabelecimentos da Província de Goa continuaram a captar parte das receitas geradas pelas aldeias, inclusivamente, conforme os arrolamentos da administração do confisco revelam, depois da expulsão dos jesuítas. Cf. ALDEN, Dauril, *Ob. Cit.*, pp. 392, 393.

²⁷⁴ Tribunal de Contas, Junta da Inconfidência, cod. 233, «Relatório da Sentença proferida na causa sumária movida pelos aldeanos de Assolna, Velim e Ambelim contra o Provincial da Companhia de Jesus».

²⁷⁵ Contemporâneos do massacre de Cuncolim, estes eventos têm sido mais recentemente inseridos pela historiografia em movimentos de resistência contra a imposição de uma ordem imperial portuguesa, nomeadamente em matéria de política religiosa (imposição de uma ortodoxia «cristã» e uma intolerância face à diferença). Cf. XAVIER, Ângela Barreto, *A Invenção de Goa...*, pp. 333 e ss.

²⁷⁶ Este inconformismo traduzira-se numa longa sucessão de queixas que tinham o Rei de Portugal por destinatário e nas quais clamavam pela devolução das aldeias e pela reabilitação formal das gãoarias, denunciando o que consideravam ser a apropriação ilegítima dos jesuítas sobre elas. Esta questão foi apreciada consecutivamente pela coroa em diversas ocasiões. Em alvarás de 26 de Fevereiro de 1592, 24 de Dezembro de 1609, 15 de Março de 1618, 3 de Abril de 1628, e decreto de 5 de Abril de 1737, a coroa delibera favoravelmente aos desejos dos descendentes dos gãoares – invalidade da concessão a D. Pedro de Castro e cedência à Companhia de Jesus. AHU, CU, *Índia*, cx. 96, «Representação das gãoarias de Ansolnã, Velym e Ambelim da Prov^a. de Salsette da Cidade de Goa do Estado da Índia».

²⁷⁷ É conhecido grande parte do seu percurso sob tutela da administração do Confisco. As aldeias foram arrendadas pela primeira vez 1761, a António Pereira de Menezes, morador em Raia, por um ano, pagando 10 845 000 réis de renda. Findo esse ano foram arrendadas por nove anos aos gãoares locais, pagando estes à administração régia a renda anual de 9 795 000 réis. Em 1771, são novamente

Que conclusões poder-se-ão então extrair das variações registadas no valor dos foros e rendas devidos anualmente à administração da fazenda?

Começamos por chamar à atenção para a grande amplitude entre valores registados, quer nos contratos do mesmo tipo e/ou com o mesmo alcance temporal, quer nas modalidades de cedência distintas. Considerando as virtualidades de uma análise que parta do valor das pensões para deduzir um valor relativo dos prédios, ao atentar no antigo pecúlio da Companhia de Jesus estar-se-ia, portanto, na presença de um universo de bens e recursos de valor altamente heterogéneo. Mas uma análise do rendimento dos prédios deverá ter forçosamente em conta, também, a tipologia de funcionalidade dos terrenos, uma vez que esta será indissociável da valoração que lhe é feita. Conferir se a aplicação económica de um determinado chão determina implicitamente o valor da pensão a pagar é o que nos propomos levar a cabo nas linhas que se seguem.

Considerando esta correlação dupla (função-rendimento e modalidade de cedência-rendimento) observa-se que os arrozais e os coqueiros, enquanto sub-tipologias (agrícolas), representavam 90% das cedências, e à grande difusão ou procura destas estariam associados valores de foros e rendas consistentemente acima de boa parte das demais tipologias, evidenciando assim o seu valor económico considerável²⁷⁸. A observação dos registos para os arrendamentos trienais revelará uma intersecção entre cedências de curta duração, as (pelo menos algumas) mais altas

arrendadas a António Pereira de Menezes, no que corresponde a um interessante caso de recorrência das cedências de um mesmo bem no mesmo rendeiro, mediante do pagamento de uma contrapartida anual de 10 864 500 réis arrendamento (igualmente por 9 anos). Segue-se o arrendamento que é mencionado nas fontes em análise, feito em proveito de Pedro António Alves em 1779, e depois, em 1794, o contrato celebrado com os co-rendeiros Manuel Monteiro e Bonifácio Francisco Pinto, moradores de Assolna, que estipula novamente a cedência das aldeias por um período de nove anos, mediante do pagamento de uma renda 9 450 000 réis. O último rendeiro das três povoações, antes destas passarem para alçada da Administração rural, tem a particularidade de ser um indivíduo não cristão, também residente em Assolna, Xaba Poi Canó (ignora-se quando foi feito o contrato e qual o valor da renda que este pagou). Cf. ALMEIDA, José Julião, *A Aldeia de Assolnã. Esboço Histórico – Arqueológico e Biográfico*, 1958, p. 79.

²⁷⁸ É de referir que muitas unidades produtivas dedicadas principalmente a estas duas culturas, associavam muitas vezes outras produções de menor interesse potencial, mas úteis numa lógica de complementaridade.

quantias para as pensões agrárias, e as unidades dedicadas à cultura destes dois géneros²⁷⁹.

A comparação com terrenos de importância residual, como é o caso dos baldios, aterros e terrenos salgados, ou parcelas e apêndices de terreno de pequenas dimensões, tornará mais evidentes as considerações sobre a avaliação económica de categorias específicas de prédios. Estes chãos, contrariamente àqueles que visavam directamente a produção agrícola (particularmente para as duas culturas isoladas nos parágrafos anteriores) tinham um valor meramente residual e viam-se associados à transmissão de direitos mais alargados.

IV. 3. 4. As fontes de rendimento confiscadas à Companhia de Jesus e as receitas da coroa: uma análise paralela

Seguidamente considera-se o rendimento total dos bens sequestrados à Companhia de Jesus sob alçada da administração do Confisco (expresso em cento e vinte e quatro registos), face à receita orçamentada, contabilizando-se, assim, o peso que a propriedade confiscada aos jesuítas em Goa representava na situação financeira do Estado da Índia.

Como vimos os réditos resultantes do pagamento das pensões de cedência ascenderiam em cada ano, a mais de trinta e cinco milhões de réis. Atentando nos dados disponíveis para os orçamentos do Estado da Índia na década de oitenta de Setecentos, mais especificamente para 1781 (o ano a que se reporta o arrolamento em análise), expressos no quadro síntese elaborado por Artur Teodoro de Matos²⁸⁰, relativo aos saldos dos orçamentos do Estado da Índia entre 1752 e 1819, o valor das receitas arrecadadas para o Estado da Índia para o ano de 1781 era de 425 292 173

²⁷⁹ Por exemplo, as várzeas namoxins de Margão arrendadas por 852 673 réis, em Chorão por 584 505, em Benaulim por 468706 réis, ou em Varca por 411 358 réis, apenas para citar os principais exemplos.

²⁸⁰ Artur Teodoro de Matos, «O Estado da Índia à procura da solvência financeira (1750-1820)» in *O Império Oriental (1660-1820)*, vol. 5, tomo I, de *Nova História da Expansão*, coordenação de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Presença, 2006, p. 377.

réis²⁸¹. Em face deste valor, o que a coroa receberia pela cedência do antigo património fundiários dos jesuítas equivaleria a 8,35% das suas receitas anuais.

Os direitos de cedências cobrados sobre as terras redistribuídas e as rendas e pensões devidas à administração do Confisco não atingiriam valores substanciais se comparados com as fontes de receita da Fazenda de Goa. Contudo, a sua importância quantitativa não deverá ser excessivamente minimizada já que, para o período em questão no qual se transitou de um conjunto de anos marcado por saldos orçamentais deficitários para uma conjuntura financeira superavitária²⁸², a fronteira entre o défice e o *superavit* foi por diversas vezes ténue²⁸³, e um valor equivalente ao resultante da cobrança destes foros ou rendas do confisco poderia ser suficiente para fazer pender os saldos num ou noutro sentido.

É, contudo, necessário ter presente que a administração do confisco não se ocupava apenas da recolha das receitas geradas pela concessão dos bens sequestrados aos jesuítas. Associados a esse mesmo património encontravam-se despesas com a sustentação de vínculos pios e com a própria sustentação das infra-estruturas, do aparato organizacional e das iniciativas missionárias que a companhia de Jesus desempenhara antes de 1760. Os activos imobiliários e fundiários da Companhia de Jesus, grosso modo, aqueles que a administração do Governo da Índia tutelava directamente no final do século XVIII, geravam rendimentos que apenas podem ser apreciados em termos relativos, visto que devem ser considerados em função das despesas a que tinham de fazer face.

²⁸¹ Da observação dos orçamentos do Estado da Índia para o período compreendido entre 1752 e 1819, verifica-se que 1781 se tratou do primeiro ano superavitário em sensivelmente duas décadas, marcando o início de uma conjuntura tendencialmente positiva nos saldos orçamentais. Por outro lado, o ano subsequente caracterizou-se por um saldo atipicamente elevado, de tal forma que correspondeu ao maior superavit que a fazenda régia registou ao longo do período de cerca de setenta anos expresso nesse quadro de síntese (embora este apresente diversas omissões).

²⁸² MATOS, Artur Teodoro de, *Ob. Cit.*, pp. 374-375.

²⁸³ Por exemplo, em vários anos da primeira década de Oitocentos. Se considerarmos o saldo do orçamento de 1791, o seu valor (17 748 300 réis) era inferior em quase metade ao dos direitos de cedência da propriedade fundiária confiscada aos inacianos. Cf. Artur Teodoro de Matos, *Ob. Cit.*, p. 377.

IV. 3. 5. Perfil dos detentores de direitos de propriedade

As próximas linhas centrar-se-ão nos usos e nas apropriações sociais que pautaram a redistribuição da propriedade fundiária. Se em anteriores secções preponderaram perspectivas jurídico-institucionais ou interessadas sobretudo na valorização económica, aqui a abordagem será principalmente sociológica, elegendo-se como objecto central de análise a figura do proprietário.

Considerar o detentor, entendido como aquele que dispõe e usufrui efectivamente da terra (por extensões temporais variadas, com direitos e prerrogativas mais ou menos alargados) remete para a definição de «Universo Rústico», cunhada por José Vicente Serrão. Tratava-se, nas palavras do próprio autor, do «universo constituído por todos os indivíduos com alguma espécie de ligação não ocasional {estável} à terra», no qual estavam inseridos «todos os proprietários mais os exploradores exclusivamente rendeiros (sem propriedade)» e onde, pelo contrário, não cabiam «não só todos aqueles que não tinham qualquer relação com a terra, como ainda os que apenas tinham uma relação meramente precária ou imprecisa ou ainda os senhores directos dos prazos que não fossem também proprietários efectivos»²⁸⁴. Apesar das diferenças entre a matriz portuguesa de acesso à terra, estudada por Serrão, e a das Velhas Conquistas de Goa o recurso a esta definição conceptual não nos parece, no âmbito desta dissertação, totalmente descabido.

As reflexões que se seguem em torno do «universo rústico» permitirão aferir um conjunto de questões e problemas, designadamente saber se existe concentração da propriedade nas mãos de alguns indivíduos, que assim se assumem como grandes intervenientes no mercado da terra. Contudo, a questão verdadeiramente de fundo prende-se com a inserção destes indivíduos (considerados à luz de tipologias sociais em que se enquadravam) nas estratégias de aplicação dos recursos fundiários postas em prática pela administração régia; ou seja, qual ou quais os grupos da sociedade goesa que são favorecidos pela política redistributiva da coroa, ou, numa outra

²⁸⁴ José Vicente Serrão, *Ibidem*, p. 77.

perspectiva, quem são os agentes sociais que melhor conseguiram aproveitar as oportunidades propiciadas por ela?

Desta forma o universo rústico a considerar está expresso em cento e três registos. Dados os silêncios e ambiguidades que caracterizam estas fontes optou-se por não se considerar a existência de concessionários que protagonizaram várias cedências (embora surjam indivíduos com o mesmo nome, não é possível atestar se se tratavam ou não do mesmo indivíduo). As fontes padecem do inconveniente de não privilegiar a identidade dos «proprietários», facto ao qual não é alheia a natureza do interesse que a metrópole tinha pela administração do património confiscado às Províncias Orientais da Assistência Portuguesa da Companhia de Jesus. A metrópole não pretenderia mais que acompanhar o fluxo de entrada de receitas e de saída de fundos para fazer face a despesa que tinha lugar na administração do Confisco, alheando-se da vertente social e política (a quem eram atribuídos direitos sobre estes bens de raiz) deste processo, aspectos que caberia às autoridades do governo acautelar.

Não existem dados a respeito dos destinatários de várias concessões de património fundiário que foram levadas a cabo pelo confisco. A carência de informação objectiva é particularmente aguda no caso dos arrendamentos trienais das várzeas namoxins das aldeias, para os quais o arrolamento apenas indica o valor da renda a pagar e a localidade em questão. À partida estas várzeas namoxins dedicadas à produção cerealífera foram arrendadas às comunidades locais²⁸⁵, os 35 registos relativos a este tipo de bens representam cerca de 18,71% do rendimento gerado pela concessão da propriedade jesuítica. Fica assim patente o predomínio assinalável dos proprietários privados no universo rústico dos detentores do pecúlio fundiário dos jesuítas, que assumem pouco mais de 80% dos rendimentos fundiários libertados pelo confisco, e são dessa forma os principais beneficiários da política distributiva da coroa.

Procurar-se-á de seguida determinar se existe uma concentração das propriedades num grupo restrito de detentores particulares, ou se pelo contrário a tónica está na dispersão dos recursos por uma multiplicidade de detentores Assim,

²⁸⁵ Isto mesmo é corroborado pelos dados fornecidos por Remy Dias. No arrolamento que serve de base às breves reflexões deste autor, todas as várzeas namoxins são cedidas por três anos às comunidades locais. Cf. DIAS, Remy, *Ob. Cit.*, p. 171.

poder-se-á depreender se se está em presença de um padrão concentrado ou disperso de detenção da propriedade fundiária.

Entre os principais proprietários particulares encontram-se: 1) Pedro António Alves, detentor das aldeias de Velim, Ambelim e Assolná (que rendiam anualmente à coroa 11 103 000 réis); 2) Rogu Porobo Tengo, a quem fora concedido o Palmar Caissua, pelo valor anual de 3 975 000 réis; 3) Vencatim Naique, a quem fora arrendada por nove anos a ilha de Combarjua, pelo valor de 3 195 000 réis anuais; 4) Vitogi Sinai Dempo, concessionário do Palmar de Taleigão por 1 470 900 réis anuais e, 5) Sonoba Sinay, rendeiro da Ilha de Rachol, a troco do pagamento de 930 000 réis cada ano.

Englobando os valores relativos ao património transferido para estes cinco indivíduos depreende-se que estes concentram nas suas mãos mais de metade do valor total do arrolamento (20 673 900 réis, correspondentes a 58,2%). A redistribuição dos bens fundiários da Companhia de Jesus ter-se-ia, portanto, pautado por um padrão da detenção de direitos de propriedade fortemente concentrado.

Sintetizando, as comunidades de aldeia surgem como a parte menos beneficiada pela política distributiva da coroa, pelo menos face aos detentores individuais. Não só figuraram bastante menos vezes nas cedências celebradas e foram contemplados com uma menor parcela do rendimento fundiário distribuído, como, nos contratos onde figuram, lhes são reservadas as modalidades de concessão mais exigentes – arrendamento trianual, que as forçava, no curto prazo, a terem de concertar-se com a coroa no sentido do prolongamento da ligação à terra. Já os particulares eram, no seio deste universo rústico, os concessionários preferencialmente visados pela monarquia. Reservam para si a parte de leão dos recursos fundiários, o que se deve, não só, ao grande número de cedências que sobre eles recaiu, mas também a constatação de que um conjunto restrito de indivíduos concentraria mais de metade do rendimento da propriedade fundiária jesuítica.

IV. 3. 6. Caracterização sócio-religiosa dos proprietários

Através da identificação onomástica e toponímica dos proprietários podem fazer-se algumas asserções quanto à sua caracterização sócio-religiosa. Um inconveniente desta abordagem é que ela força a excluir da análise a propriedade nas mãos das comunidades, uma vez que o quadro não oferece dados relativamente à composição interna destas em matéria confessional.

Tabela 5. Perfil religioso dos proprietários

	Cristão	Gentio	Desconhecido	Total
Proprietários	38	27	38	103

Atentando-se exclusivamente nos proprietários individuais identificados por nome (o que exclui as comunidades), assiste-se ao predomínio dos cristãos sobre os hindus ou crentes noutras religiões. Apesar deste rácio ser favorável à religião da autoridade política que se fazia sentir sobre o território, está-se longe de poder atestar, em função dos números da Tabela 5., que o critério religioso contribuiria fortemente para a definição de quem conseguia aceder à terra e de quem ficava arredado desta.

Subjacente a esta problemática do perfil religioso, coloca-se a seguinte interrogação: em que medida critérios estritamente pragmáticos, de ordem económica ou política - como por exemplo, melhores condições para assegurar o trabalho produtivo, para responder às obrigações fiscais impostas pela coroa, ou a capacidade para garantir o enquadramento político das populações locais - não se substituíram pura e simplesmente à conveniência do detentor dos direitos de propriedade partilhar a religião oficial da Monarquia portuguesa?

É ao nível dos casos específicos de cedência que se poderá esperar encontrar respostas mais esclarecedoras sobre a preponderância real do elemento confessional.

Entre os cinco principais concessionários, aqueles que acederam às propriedades que geravam maior rendimento para os cofres do confisco, quatro eram indivíduos que não professavam o cristianismo (exceptuava-se o rendeiro das aldeias de Assolna, Velim e Ambelim, o mais valioso activo que os jesuítas de Goa possuíam, Pedro António Alves). As ilhas de Combarjua e de Rachol são cedidas a dois indivíduos que não professavam o cristianismo (Vencatim Naique e Sonoba Sinay), assim como a propriedades centradas na produção dos derivados da palmeira: o Palmar de Caissua (arrendado a um Rogu Porobo Tengo); ou, ainda o palmar de Taleigão, cujo direito de usufruto foi disponibilizado a um tal Vitogi Sinai Dempo. Ordenando os registos deste inventário por ordem decrescente, da propriedade de maior rendimento potencial para o recurso fundiário de menor valor financeiro, é necessário recuar até à oitava propriedade mais valiosa para se voltar a encontrar um proprietário cristão: os co-rendeiros do Palmar de Ponte, Manuel Caetano de Sá e Diogo de Nazaré.

Poder-se-á concluir, através do olhar panorâmico sobre os dados do arrolamento que o critério religioso não funcionaria por si só, nem como um factor inibidor ou impulsionador do acesso à terra. Atentando-se nos dados disponíveis para a composição demográfica do território goês, sabe-se que a população que professava o cristianismo representava a maioria dos efectivos²⁸⁶, e isso por si só poderá ser suficiente para explicar a maior incidência dos direitos de propriedade sobre este agrupamento sócio religioso.

A nível do condicionalismo político sobre esta questão, o consulado pombalino significou uma abordagem de maior tolerância para com as outras confissões religiosas e um abrandamento da intransigência do Estado em impor uma plena ortodoxia religiosa²⁸⁷. A posse da terra foi uma das áreas em que tradicionalmente se jogou a política confessional do Estado da Índia, procurando-se, por meio da coacção da lei ou de outras formas de violência menos institucionalizada, levar as populações à conversão. Contudo, não obstante as inibições religiosas que se faziam sentir, são conhecidos casos de indivíduos não cristãos que adquiriam terras para períodos anteriores ao consulado pombalino, embora estas aquisições suscitasse as críticas

²⁸⁶ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, *Goa Setecentista...*, p. 83-87.

²⁸⁷ Idem, *Ibidem*, p. 143.

dos casados de Goa e dos grupos cristãos mais influentes, que pretendiam reservar o acesso à terra «para os vassalos do rei de Portugal»²⁸⁸.

Ter-se-á assistido com o Pombalismo a uma tendência consistente de levantamento dos entraves colocados pela religião ao acesso à terra? É difícil, a partir dos dados veiculados pelo arrolamento, dar uma resposta a esta questão. Seguro é apenas o facto de indivíduos não cristãos, na sua maioria hindus, se encontrarem entre os detentores das antigas terras da Companhia de Jesus. Uma análise aos topónimos presentes neste quadro revelam a presença de indivíduos que partilham apelido com algumas famílias importantes da vida económica goesa desta altura, com destaque para os Camotins, eminente família mercantil daquela praça²⁸⁹. Por outro lado, a existência de um número considerável de detentores da antiga terra jesuítica sobre os quais não é veiculada qualquer informação, limita consideravelmente o tratamento desta questão.

IV. 3. 7. Balanço

Após a análise dos arrolamentos das propriedades e das fontes de receita de matriz fundiária, ficou patente que a exploração/rentabilização da propriedade fundiária constituiu, não apenas um dos principais meios de dotação financeira da Companhia de Jesus ao longo de quase duzentos anos de actividade em Goa, mas também o principal fornecedor de receitas para a administração do confisco, encarregue de gerir o património que passara para a alçada da coroa com a supressão da ordem religiosa.

Procurou esclarecer-se a dimensão do património e dos empreendimentos económicos que envolviam a terra, que a Companhia de Jesus detinha na fase terminal da sua existência em Portugal e nos seus territórios ultramarinos.

²⁸⁸ RODRIGUES, Eugénia, «A Agricultura: das Comunidades...» in *Ob. Cit.*, p. 455.

²⁸⁹ Chama-se aqui à atenção para o caso de Daquea Camotim, a quem foi aforada perpetuamente a ilha de Combarjua. Embora as fontes não permitam saber se se tratava ou não de um membro desta influente família, a concessão em moldes peculiares que lhe é feita, poderia evidenciar uma relação de conveniência entre a administração régia e este indivíduo. Nesse sentido, este contrato enfiteutico poderia significar um favorecimento, ou uma compensação por eventuais serviços prestados.

O período que compreendeu a transição dos anos setenta e a primeira metade da década subsequente foi particularmente relevante na óptica da redistribuição da propriedade jesuítica, uma vez que nela se celebraram os contratos de cedência através dos quais se disponibilizou a maior parte das terras, alguns dos quais estariam em vigor durante toda a década seguinte e as que lhe seguiriam (no caso dos arrendamentos por vinte e sete anos).

Os arrendamentos foram a principal modalidade contratual a orientar a concessão dos bens de raiz. O recurso a horizontes temporais distintos decorreu das diferentes características dos próprios prédios rústicos, nomeadamente da sua função económica e do rendimento que lhe estava subjacente.

Importa considerar as possibilidades que este pecúlio representava ao nível da economia distributiva da coroa, os recursos que disponibilizava para a remuneração de serviços, ou como forma de atrair determinados agentes sociais para a sua esfera de interesses. Para as forças sociais e vários grupos de influência, o manancial de recursos alvo de redistribuição não deixou de representar uma oportunidade. Em escalas variadas, observa-se a movimentação da sociedade goesa no sentido de aceder aos espólios fundiários que sobreviveram à ordem. Os grupos mais poderosos socio-economicamente asseguram as principais parcelas, e outros mais modestos intentaram, também, à escala das suas possibilidades, obter para si pequenos quinhões de terra.

O saldo do movimento de apropriação dessas terras traduziu-se num padrão de detenção do rendimento fundiário disponível bastante concentrado, no qual os cinco mais importantes detentores de terras controlavam mais de metade dos recursos da terra (sensivelmente 60% do rendimento total). Os principais beneficiários da política redistributiva são, assim, perfeitamente identificáveis. Também os perdedores o são. Tratam-se nomeadamente das estruturas comunitárias da ruralidade, entenda-se as gãoarias. Se estas conseguem aceder a alguns fundos de terra, são-no a um nível largamente inferior ao dos particulares e sobre eles recaem cedências de horizonte muito curto e sem grande abrangência jurisdicional, sendo evidente a tentativa da coroa em submetê-las aos seus interesses.

O factor confessional revela-se aparentemente irrelevante na determinação de quem seria agraciado com as concessões fundiárias. Ao nível da distribuição predomina a concessão a cristãos, predomínio que se deve mais a razões de índole demográfica e económica, do que a quaisquer imperativos políticos – o que faz todo o sentido, se se considerar a vigência do Decreto Pombalino de 1761, que veio pôr termo às discriminações jurídico-institucionais assentes no critério religioso. Apesar de tudo, quando se consideram os valores associados ao potencial económico das propriedades esbate-se um pouco a predominância dos cristãos como proprietários da terra, já que algumas das mais importantes propriedades cedidas estão na posse de indivíduos não cristãos.

CONCLUSÃO

À medida que os portugueses foram sendo expulsos dos principais entrepostos comerciais e, assim, perdendo o controlo das redes marítimas do Índico para os seus rivais europeus (holandeses, franceses e ingleses), a configuração político-administrativa do Estado da Índia foi-se paulatinamente reorientando para a apropriação do espaço e para o controlo das actividades produtivas²⁹⁰. Esse movimento de reconversão da feição económica das possessões portuguesas na Índia, que teria atingido o seu zénite em Goa após a perda da Província do Norte em 1739, foi acompanhado por um maior interesse dos agentes sociais na aquisição de terra, sua exploração e possibilidade de daí extrair fontes de rendimento. Deste interesse decorreu um aumento assinalável da pressão sobre o solo, que veio perturbar equilíbrios pré-existentes ao nível das estruturas agrárias que vigoravam no território de Goa²⁹¹.

Por alturas da expulsão dos jesuítas ter-se-ia assistido na Índia dos portugueses ao enfraquecimento dos padrões tradicionais de detenção da propriedade, centrados nas comunidades de aldeia (gãocarias). O monopólio que exerciam sobre a disponibilização da terra aldeã recuou face à pressão de particulares, muitos deles indivíduos exteriores à comunidade (designados de *cuntocares* ou «interessados»),

²⁹⁰ Num processo de transição idêntico ao que passaram outros impérios. Cf. FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe, «A Expansão Portuguesa num contexto Global» in *A Expansão Marítima Portuguesa. 1400-1800*, direcção de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa, Edições 70, 2010, p. 491; DISNEY, Anthony, «The Portuguese Empire in India, c. 1550-1650: Some Suggestions for a Less Seaborne, More Landbound Approach to Its Socio-economic History» in *Indo-Portuguese History: Sources and Problems*, edição de John Correia-Afonso, Bombaim, 1981, pp. 148-162.

²⁹¹ A perspectiva que ainda hoje prevalece no meio historiográfico é a de que as autoridades portuguesas, no essencial, se abstiveram de intervir sobre as formas de apropriação do solo e de exploração agrícola que as precederam, permitindo que as comunidades de aldeia do *hinterland* mantivessem os seus usos e costumes agrários e controlassem a actividade agrícola. Esta visão tem vindo, contudo, a ser matizada nos últimos anos por contributos que pretendem chamar à atenção para os efeitos transformadores e, por vezes, disruptivos que a chegada dos portugueses implicou ao nível da relação das populações com o solo. Cf., por exemplo, SUBRAHMANYAM, Sanjay, «O Romântico, o Oriental e o Exótico: Notas sobre os portugueses em Goa» in *Histórias de Goa*, coordenação de Rosa Maria Perez, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 1997; XAVIER, Ângela Barreto, *A Invenção de Goa...*

que pretendiam aceder à terra e aos rendimentos que dela se retiravam. Tal levou a que se tenham difundido e adquirido preponderância formas individuais de controlo do solo²⁹². Este processo de disseminação de formas de propriedade ou usufruto particular do solo em Goa foi também impulsionado pela administração régia que, em consonância com o modelo «governativo» da administração ultramarina que vingou na segunda metade do século XVIII, procurou criar um grupo de detentores de terra nos quais a coroa se pudesse apoiar no desenvolvimento económico e na defesa do território²⁹³.

A redistribuição da propriedade fundiária tomada à Companhia de Jesus ilustra este fenómeno e poderá ter permitido levar à prática os objectivos da coroa ao nível da política agrária: a principal fatia do rendimento fundiário foi colocada à disposição de foreiros/rendeiros e as comunidades de aldeia viram-se, no geral, arredadas do acesso às principais propriedades e unidades produtivas. Não é possível apurar com base na informação recolhida se o afastamento destas se deveu, efectivamente, a uma estratégia concreta da administração régia que procurou, durante o consulado pombalino através da acção da Junta da Agricultura, retirar às gãoarias a capacidade para pautar a vida agrária de Goa, ou se correspondeu à incapacidade das comunidades para assumir o mesmo tipo de exigências feitas aos particulares.

A disponibilização da terra que pertencera à Companhia de Jesus – embora muita desta não pudesse, por questões que se prendiam com os constrangimentos inerentes aos seus títulos jurídicos de propriedade, ser plenamente usufruída pelos interessados – foi uma das formas de responder ao aumento da procura de bens de raiz, não se tratando esta congregação de um dos maiores proprietários de Goa.

Através da análise dos inventários da redistribuição dos prédios rústicos jesuíticos não é possível abordar com toda a amplitude um tema desta magnitude, mas pode concluir-se, com segurança, que este processo colocou no mercado fundiário um conjunto considerável de terra, face ao qual se mobilizaram agentes de diversos quadrantes. Não restam portanto dúvidas de que a terra era um recurso valorizado social, económica e politicamente, no contexto dos territórios circundantes

²⁹² DIAS, Remy, *Ob. Cit.* p. 174.

²⁹³ MALEKANDATHIL, Pius, «Economic Processes...» in *Ob. Cit.*, pp. 47-50; RODRIGUES, Eugénia, «A Agricultura: das Comunidades de aldeia...» in *Ob. Cit.*, p.

à capital do Estado da Índia, onde secularmente as potencialidades da economia marítima haviam tido primazia. Se, como afirmam alguns autores, a actividade agrícola veio sobrepor-se em importância estratégica à actividade comercial é algo aberto a discussão.

Fala-se, a partir do terceiro quartel do século XVIII em diante, num movimento de «ruralização» da sociedade goesa, para o qual contribuiu a desamortização da propriedade das ordens religiosas, a intervenção da Junta da Agricultura (embora os impactes resultantes da sua acção tenham sido modestos e não tenham logrado alterar uma estrutura agrária com raízes profundas) e, principalmente, a aquisição dos territórios das novas conquistas, onde o estabelecimento do sistema dos Dessaiados, consagrou um sistema individual de detenção da terra²⁹⁴.

A dimensão económica da hostilidade para com a Companhia de Jesus não tem sido particularmente considerada; contudo, nas ocasiões em que o é, a historiografia demonstrou alguma tendência para exagerar a importância deste factor, dando-lhe um tom quase conspirativo e reproduzindo pelo meio alguns dos discursos anti jesuíticos coetâneos²⁹⁵. Por exemplo, Manuel Antunes especulava que uma das razões subjacentes à acção anti jesuítica era o facto de que «a ordem inaciana possuía, em Portugal e seus domínios, grandes bens» e «o erário régio encontrava-se carente, por vezes mesmo exausto e era necessário preenchê-lo», considerando que estes se encontravam «à mão de Semear», sendo apenas uma questão de «a estender pelo confisco «legal» para eles virem preencher o vácuo do tesouro de S. M. Fidelissima»²⁹⁶. De acordo com esta visão, as expectativas saíram goradas, não se encontrando as riquezas esperadas²⁹⁷.

²⁹⁴ RODRIGUES, Eugénia, «A Agricultura: entre as Comunidades de aldeia...» in *Ob. Cit.*, pp. 466-476; XAVIER, Filipe Nery, *Collecção de Bandos, e outras diferentes providencias que servem de leis regulamentares para o Governo Económico, e Judicial das Províncias denominadas das Novas Conquistas precedida da Noção da sua Conquista, e da divisão de cada uma huma dellas*, Pangim: Imprensa Nacional, 1840.

²⁹⁵ José Eduardo Franco fala no mitema persistente das riquezas escondidas dos jesuítas. FRANCO, José Eduardo, *Ob. Cit.*, p. 438. Recorde-se, ainda, as críticas recorrentes sobre as riquezas sobredimensionadas que a Companhia de Jesus teria, nomeadamente à escala do império, a que fizemos referência no capítulo anterior.

²⁹⁶ ANTUNES, Manuel, «O Marquês de Pombal e os Jesuítas» in *Como Interpretar Pombal?: No Centenário da sua Morte*, Lisboa: Brotéria, 1983, p. 132.

²⁹⁷ AZEVEDO, Lúcio de, *Ob. Cit.*, p. 163; CAEIRO, José, *Ob. Cit.*, vol. III, p. 53. Para o caso da Índia o Vice-Rei, Conde da Ega, manifestava também o sentimento de expectativas frustradas relativamente às

A ideia de que a apropriação dos recursos económico-financeiros foi uma das motivações que levaram à supressão da Ordem não tem, pelo menos no caso da Província de Goa, sustentação, uma vez que não é tida em consideração a necessidade que a coroa tinha em manter operacionais as estruturas da Companhia de Jesus (com as funções que desempenhavam), nem leva em linha de conta que o património económico da ordem religiosa estava subordinado à sustentação dos colégios, missões, *múnus* paroquial que ela desempenhava. Os jesuítas cumpriam um papel que, não apenas a nível religioso-espiritual mas também político e cultural (educação e o enquadramento populacional sob a autoridade do rei português e da ortodoxia religiosa), era essencial para os equilíbrios sociais e políticos no quadro do império português, que com o seu desaparecimento teria de continuar a ser assegurado. Desempenhar este papel, algo que os jesuítas faziam com considerável competência (conforme o reconhecem alguns dos principais mentores e figuras próximas de Pombal)²⁹⁸, implicava uma dotação financeira das instituições regulares dimensionada à escala dessas exigências. Recorde-se que fora em parte para libertar a coroa do encargo de suportar por inteiro o provimento da Companhia de Jesus que, logo nos primeiros anos de vigência da Ordem, esta enveredara pela aquisição, rentabilização e exploração de recursos económicos (contando para tal com a anuência da coroa). Circunscrever a autonomia financeira das ordens religiosas impelia a coroa a assumir a sua sustentação. Em última análise, e embora o gabinete pombalino pudesse não ter real noção desse facto, a extinção da Companhia de Jesus nunca poderia resultar na obtenção de grandes riquezas para os cofres reais, acarretando inclusivamente, a prazo, despesas e encargos.

Não se pretende, contudo, afirmar que os recursos temporais/económicos dos jesuítas não foram considerados activos importantes pela coroa. Considerá-lo, seria ignorar que o património jesuítico serviu, pelo menos, de pretexto para o conflito jurisdicional e político entre a administração metropolitana e o Conde da Ega. Nos

riquezas dos colégios jesuíticos Cf. SALDANHA, António Vasconcelos de, *As Cartas de Manuel de Saldanha...*, p. 137.

²⁹⁸ Conferir o parecer positivo que D. Luís da Cunha fazia sobre a acção da ordem no seu Testamento Político, considerando-a uma excepção no panorama das ordens religiosas estabelecidas na Monarquia Portuguesa, cuja disseminação o autor considerava uma das causas do atraso português. Cf. FRANCO, José Eduardo, *Ob. Cit.*, p. 348.

anos imediatamente seguintes ao sequestro, a administração dos bens jesuíticos foi seguramente uma questão sensível, a nível político.

Por outro lado, a própria natureza jurídica dessas propriedades encaminhava a propriedade para uma determinada aplicação. Não pertencendo em posse plena à coroa nem podendo, por outro lado, ser alienada a particulares foi vocacionada para a sustentação dos encargos vinculares que, em vários casos, sobre ela pesavam ou para o financiamento das estruturas eclesiásticas a que estavam ligadas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. Fontes Manuscritas:

Arquivo Histórico Ultramarino

Conselho Ultramarino (CU), *Índia*, cx. 304; 315; 316; 359

Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo

Governo do Estado da Índia, Junta da Real Fazenda, Registo de Diplomas emanados pelo Rei, Livro 3; 31

Tribunal de Contas

Junta da Inconfidência, cod. 233, «Relatório da Sentença proferida na causa sumária movida pelos aldeanos de Assolna, Velim e Ambelim contra o Provincial da Companhia de Jesus»; cod. 234, «Balanço Geral da Receita do confisco da Cidade de Goa, Estado da Índia do ano de 1784».

Academia das Ciências de Lisboa

ACL, Série vermelha, cod. 28, «Discurso Político sobre a Introdução das Artes Suas Utilidades no Reyno de Portugal, e Transplantação das coisas da Índia aos Estados do Brasil. Composto por Duarte Ribeiro de Macedo em Paris, em 1675. Como também Leys, Alvaras, Provisoes do Erario Regio, seu Regimento, e Junta da Fazenda da Cidade de Goa, E Estado da Índia – Com outras Curiosidades que constão do Index. Para o Estudo de Frei Vicente Salgado, Ex-Geral e Chronista da Congregação da Terceira Ordem de Portugal. Anno de 1801».

II. Fontes Impressas:

SALDANHA, António Vasconcelos de (ed.), *As cartas de Manuel de Saldanha, 1º conde da Ega e 47º Vice-Rei da Índia para Sebastião José de Carvalho e Melo e seus irmãos (1758-1765): subsídios para a história política, económica e social da Índia Portuguesa de Setecentos*, Lisboa: Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1984.

III. Estudos

ALDEN, Dauril, *The Making of an Enterprise, The Society of Jesus in Portugal, Its Empire and Beyond, 1540-1750*, Stanford: Stanford University Press, 1996.

ALMEIDA, José Julião, *A Aldeia de Assolnã. Esboço Histórico – Arqueológico e Biográfico*, 1958.

ALMEIDA, Luís Ferrand de Almeida, *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1750)*, Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica/ Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990.

ANTUNES, Manuel, «O Marquês de Pombal e os Jesuítas» in *Como Interpretar Pombal? No Bicentenário da sua Morte*, Lisboa: Edições Brotéria, 1983.

ASSUNÇÃO, Paulo de, *Negócios Jesuíticos: A Administração dos Bens Divinos*. Tese de Doutorando apresentada à Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

AZEVEDO, João Lúcio de, *A Época do Marquês de Pombal e a Sua Época*, Porto: Clássica Editora, 2ª. ed., 1990

BETHENCOURT, Francisco, «A Igreja» in *História da Expansão Portuguesa*, vol. I, direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 369-386.

_____, «Configurações do Império. O Estado da Índia» in *História da Expansão Portuguesa*, vol. III, direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, pp. 250-269.

BORGES, J. Charles, *The Economics of the Goa Jesuits, 1542-1759: An explanation of their rise and Fall*, Nova Deli: Concept Publ., 1994.

CAEIRO, José, *História da Expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal* (sé. XVIII), III vol., Lisboa: Editorial Verbo, 1999.

CAETANO, Marcelo, «As Reformas pombalinas e post-pombalinas respeitante ao ultramar. O novo espírito em que são concebidas» in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. III, direcção de Hernâni Cidade e Manuel Murias, Lisboa: Ática, 1937-1940, pp. 251-260, 1940.

CARREIRA, Ernestina, «O Estado Português no Oriente. Aspectos políticos» in *O Império Oriental (1660-1820)*, tomo I, vol. 5 de *Nova História da Expansão*, coordenação de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa: Editorial Presença, 2006, pp. 17-122.

CORTESÃO, Jaime, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Lisboa: Livros Horizonte, 2ª. ed., 1984.

COSTA, Leonor Freire, MIRANDA, Susana Münch, LAINS, Pedro, *História Económica de Portugal. 1143-2010*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.

COUTO, Jorge, *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o Destino do seu Património (1759-1777)*. Dissertação de Mestrado em História Moderna de Portugal, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1991.

DALGADO, Sebastião Rodolfo, *Glossário Luso-Asiático*, II vol., Hamburgo, Helmut Buske Verlag Hamburg, 2ª ed., 1982.

DIAS, Remy, *Socio-Economic History of Goa with special reference to the Comunidade System, 1750-1910*, Dissertação de Doutoramento (não publicada) apresentada à Universidade de Goa, 2004.

DISNEY, Anthony, «The Portuguese Empire in India, c. 1550-1650: Some Suggestions for a Less Seaborne, More Landbound Approach to Its Socio-economic History» in *Indo-Portuguese History: Sources and Problems*, edição de John Correia-Afonso, Bombaim, 1981, pp. 148-162.

FRANCO, José Eduardo, *O Mito dos Jesuítas. Em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)*, 2 vols., Lisboa: Gradiva, 2006.

GOMES, Francisco Luís, *A Liberdade da Terra e a Economia Rural da Índia Portuguesa*, Lisboa, Typographia Universal, 1862

HESPAHHA, António Manuel, «A note on two recent books in the patterns of Portuguese politics in the 18th century» in *e-journal of Portuguese History*, vol.5, nº 2, 2007.

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, *Goa Setecentista: Tradição e Modernidade (1750-1800)*, 2ª ed., Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 1999.

_____, «Negócios e conivências dos jesuítas de Goa no século XVIII: contributo para a sua história» in *Actas do Colóquio Internacional A Companhia de Jesus e a Missionaçãõ no Oriente*, coordenação de Nuno Gonçalves da Silva, Lisboa: Fundação do Oriente e Brotéria, 2000, pp. 246-258.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal, «Estado e Poderes» in *Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, volume V de *Nova História de Portugal*, coordenação de Avelino de Freitas de Menezes, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa: Editorial Presença, 1999, pp. 17-89.

MACEDO, Jorge Borges, «Vias de expressão da cultura e da sociedade portuguesas nos séculos XVII e XVIII» in *Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, 1966, nº 1.

_____, *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, Lisboa: Moraes Editores, (2ª ed.), 1982.

_____, *O Marquês de Pombal. 1699-1782*, Lisboa, Biblioteca Nacional-Série Pombalina, 1982

MAGALHÃES, Joaquim Romero, «A Reorganização dos Territórios. As tentativas de recuperação asiática», in *História da Expansão Portuguesa*, vol. III, direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 52-58, 1998.

MALEKANDATHIL, Pius, «Economic Process, Ruralisation, and Ethnic Mutation. A Study on the Changing Meanings of Lusitanian Space in India, 1780-1840» in *Itinerario*, vol. XXXV, nº 2, 2011, pp. 48-62.

MANSO, Maria de Deus Beites, *A Companhia de Jesus na Índia: 1542-1622. Aspectos da sua Acção Missionária e Cultural*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Évora, Évora, 1999.

_____, *A Companhia de Jesus na Índia (1542-1622. Actividades Religiosas, Poderes e Contactos Culturais*, Macau: Universidade de Macau e Universidade de Évora, 2009

MATOS, Artur Teodoro de, «Sistema tributário e rendimento fundiário de Goa no século XVI» in *Las Relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los Descubrimientos y la Expansión Colonial*, edição de Ana María Carabias Torres, Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca, 1994.

_____, «O Estado Português no Oriente. Administração» in *O Império Oriental (1660-1820)*, tomo I, vol. 5 de *Nova História da Expansão*, coordenação de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa: Editorial Presença, 2006, pp. 123-161.

_____, «O Estado da Índia à procura da solvência financeira (1750-1820)» in *O Império Oriental (1660-1820)*, vol. 5, tomo I, de *Nova História da Expansão*, coordenação de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Presença, 2006, pp.

MAXWELL, Kenneth, *O Marquês de Pombal*, Lisboa: Editorial Presença, 2001.

MENEZES, Avelino de Freitas, «As Finanças» in *Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, volume VII de *Nova história de Portugal*, coordenação de Avelino de Freitas de Menezes, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 349-371.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José. Na Sombra de Pombal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

_____, «The Patterns of Portuguese Politics in the 18th Century or the Shadow of Pombal. A Reply to António Manuel Hespanha» in *e-journal of Portuguese History*, vol. 5, nº 2, 2007.

NETO, Margarida Sobral, *Regime Senhorial, Sociedade e Vida Agrária. O Mosteiro de Santa Cruz e a região de Coimbra (1700-1834)*. Dissertação de doutoramento, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991.

OLIVEIRA, J. Bacelar e, «Bloqueio, sequestro e desterro dos Jesuítas em Goa segundo a “História do Exílio” do P. José Caeiro» in *Didaskalia* XIII, Lisboa, 1983.

OLIVEIRA, Luís Cabral de, «Do reformismo jurídico pombalino em Goa» in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. 79, Coimbra, Coimbra Editora, 2012.

PEREIRA, Edgar, *A Redistribuição da Propriedade Fundiária Jesuítica em Goa (1759-1800)*, comunicação apresentada no III Encontro de Jovens Investigadores em História Moderna, Évora, 16-18 de Maio, 2013.

REGO, António da Silva, *O Ultramar Português no Século XVIII (1700-1833)*, 2ª ed., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970.

RODRIGUES, Eugénia, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os Prazos da Coroa nos séculos XVI e XVII*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002.

_____, «A agricultura: entre as comunidades de aldeia e os empreendimentos estatais» in *O Império Oriental (1660-1820)*, tomo II, vol. 5 de *Nova História da Expansão*, coordenação de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa: Editorial Presença, 2006, pp. 449-510.

Sá, Isabel dos Guimarães, «Estruturas Eclesiásticas e Acção Religiosa» in *A Expansão Marítima Portuguesa. 1400-1800*, direcção de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa, Edições 70, 2010, pp. 266-267.

SALDANHA, António Vasconcelos de, *A Índia Portuguesa e a Política do Oriente de Setecentos: Manuel de Saldanha, 1º conde da Ega e 47º Vice-Rei da Índia*, Lisboa: Alfa, 1989.

SANTOS, Catarina Madeira, *Um Governo «Polido» para Angola. Reconfigurar Dispositivos de domínio (1750-1800)*, Dissertação de doutoramento em História, variante de História Moderna e dos Descobrimentos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa, 2005.

SANTOS, Fabricio Lyrio, «*Te Deum laudamus*»: *A expulsão dos jesuítas da Bahia, 1758-1763*, Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 2002.

SERRÃO, José Vicente, *O Pombalismo e a Agricultura*, Lisboa, trabalho de síntese para a realização de provas de aptidão pedagógica e científica: ISCTE, Lisboa (texto mimeografado), 1987.

_____, *Os Campos da Cidade. Configuração das Estruturas Fundiárias da Região de Lisboa nos Finais do Antigo Regime*, Dissertação de doutoramento, Lisboa: Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, 2000.

SHASTRY, B. S., «Sources of income and items of expenditure of the Church of Goa (c. 1510-1800 AD): a note» in *Goan Society through the Ages*, edição de B. S. Shastri, Nova Deli: Asian Publication Series, 1987, pp. 35-47.

_____, «Marquês de Pombal and the Jesuits of Goa (as reflected in the documents of the Goa archives)» in *Jesuits in India in historical perspective*, edição de Charles J. Borges e Teotónio de Souza Macau-Goa: Instituto Cultural – Xavier Center of Historical Research, 1992.

SILVA, António Martins da, «A Desamortização. O fenómeno desamortizador e a sua inserção histórica» in *O Liberalismo (1807-1890)*, volume V de *História de Portugal*, coordenação de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, direcção de José Mattoso, Lisboa: Círculo de Leitores, p. 339.

SOUZA, Teotónio, *Goa Medieval. A Cidade e o Interior no Século XVII*, Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

SUBTIL, José, *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, Lisboa: EDIUAL, 2011, reimp.

_____, *O Terramoto Político (1755-1759). Memória e Poder*, Lisboa: EDIUAL, 2006

_____, «The Evidence of Pombalism: Reality or Pervasive Clichés?», in *e-journal of Portuguese History*, vol.5, nº 2, 2007.

THOMAZ, Luís Filipe, «Estrutura Política e Administrativa do Estado da Índia no século XVI» in *De Ceuta a Timor*, Lisboa: Difel, 1994, pp. 207-243.

TOMAZ, Fernando, «As Finanças do Estado Pombalino. 1762-1776» in *Estudos e Ensaio em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa: Sá da Costa, 1988, pp. 356-371.

XAVIER, Ângela Barreto, *A Invenção de Goa. Poder Imperial e Conversões Culturais nos Séculos XVI e XVIII*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

XAVIER, Filipe Nery, *O Gabinete Litterario das Fontainhas*, Nova Goa, 1846

_____, *Collecção de Bandos, e outras diferentes providencias que servem de leis regulamentares para o Governo Económico, e Judicial das Províncias denominadas das Novas Conquistas precedida da Noção da sua Conquista, e da divisão de cada uma huma dellas*, Pangim: Imprensa Nacional, 1840.

_____, *Bosquejo Histórico das Comunidades das Aldeias dos Concelhos das Ilhas, Salsete e Bardez*, edição comemorativa do centenário do seu nascimento, revista e acrescentada por José Maria de Sá, com o esboço biográfico do autor por J. B. Amâncio Gracias, 3 volumes, Bastorá: s.e., 1903-1907.

ZUPANOV, Inês, *Missionary Tropics. The Catholic Frontier in India (16th-17th centuries)*, Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2005

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Receita total da administração do confisco (1781)

Tabela 2. Número de registos relativos à função e aplicação económica das propriedades jesuíticas

Tabela 3. Número de registos por sub-tipologia da propriedade agrícola

Tabela 4. Modalidades de contrato de cedência por estabelecimento ou circunscrição

Tabela 5. Perfil religioso dos proprietários

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição da receita total da administração do confisco, para o ano de 1781

Gráfico 2. Distribuição, em réis, da proveniência da receita total da administração do confisco

Gráfico 3. Função e aplicação económica das propriedades jesuíticas

Gráfico 4. Distribuição percentual das sub-tipologias da propriedade agrícola

Gráfico 5. Modalidades de contrato de cedência

APÊNDICE A

Fontes de receita da administração do Confisco (primeira metade da década de oitenta de Setecentos)

Estabelecimento	Descrição do rendimento	Localidade	Tipo de contrato	Data	Concessionário	Xerafins	Tangas	Réis
Casa Professa	pedaço de chão	Velim	aforamento perpétuo (cotubana)		António Caetano de Sousa	1		
Casa Professa	pedaço de chão do Palmar da Ponte	Pangim	aforado desconhecido		Manuel Caetano de Sousa	2		
Casa Professa	terreno de 4 braças	Combarjua	aforado desconhecido		Custam Poy	2		
Casa Professa	8 pedaços de terras incultas	Ambelim	aforamento perpétuo (cotubana)		Caetano Baltasar Caeiro	3	2	15
Casa Professa	casas pequenas e um pedaço de chão sito no Palmar de Passarembata		aforado desconhecido		Joaquim de sousa	3		
Casa Professa	pedaço de chão do Palmar da Ponte	Pangim	três vidas		António Luís de Jesus	4		
Casa Professa	pedaço de chão do Palmar da Ponte	Pangim	três vidas		Rama Camotim	4		
Casa Professa	pedaço de chão do Palmar da Ponte	Pangim	três vidas		António de Couto	6		
Casa Professa	loja (da rua dos panos)	Velha Goa	Alugada		Bula Naique	20		

Estabelecimento	Descrição do rendimento	Localidade	Tipo de contrato	Data	Concessionário	Xerafins	Tangas	Réis
Casa Professa	botica de especiarias e mantimentos localizada no Palmar de Ponte	Pangim	aforado desconhecido		Rama Custam Porobo	24		
Casa Professa	2 «moradas» de casas do mesmo palmar	Pangim	aforado desconhecido		António Nazoni	42	2	30
Casa Professa	rendimento desse ano de 8 tangas de cunto - «se faz certo annoalmente p' certidao do Escrivao da dita Aldea e do anno de 1780»	Majorda	tangas de cunto			122	4	28
Casa Professa	3 casas, uma das quais situada no Palmar de Ponte	Pangim	aforado desconhecido		Vencatim Camotim	130		
Casa Professa	Hortas de Julião Pacheco	Velha Goa	arrendamento por 9 anos	1 de Janeiro de 1780	Rama Porobo	333		
Casa Professa	Arecal Velo Molo	Bambolim	arrendamento por 9 anos	1 de Agosto de 1776	Rama Sinay Dumo	400		
Casa Professa	Dez Palmares: Langutem, Sonovado, Battacaraly Sir, 1 barguenim e 13 leais do Cunto na aldeia de Varca, Ranaçalem per 3 adicoens, e Namoxim dos Mainatos, Cambaitachy sir...	várias	arrendamento por 27 anos		Rama Custam Porobo	450		30
Casa Professa	14 palmares de Chaul: Vessodalo Babuxalem, Gunugum, Horta sir, Acoson - localizados em Calata; Mamadapor sito, também, em Calata; Imbatta, Calabatta, Furtado, Galy, Palmar novo Mascalem e Betalem sitios em Betalbatim	Calata, Betalbatim	arrendamento por 27 anos	18 de Maio de 1781	Ramachandra Porobo	1300		
Casa Professa	Palmares Velechem batta Nausim; Chicaalem batta, pedaço que pertencera a Pedro Pereira + anexos	Bambolim	arrendamento por 27 anos	13 de Fevereiro de 1781	Seguna Camotim	1355		
Casa Professa	Palmares Panarem batta, e Morodola + anexos de 11 tangas e 1/2 de foro corrente	Taleigão	arrendamento por 27 anos	23 de Setembro de 1780	António Leite de Sousa	1565		
Casa Professa	Palmar de Ponte	Pangim	arrendamento por 9 anos	1 de Janeiro de 1780	Manoel Caetano de Sá e Diogo de Nazaret	2600		
Casa Professa	Ilha de Combarjua - 2/3 pertenciam à Casa Professa, 1/3 ao Colégio Velho de São Paulo	Combarjua	arrendamento por 9 anos		Vencatim Naique	10650		

Estabelecimento	Descrição do rendimento	Localidade	Tipo de contrato	Data	Concessionário	Xerafins	Tangas	Réis
Casa Professa, Noviciado de Chorão, Província do Malabar	Aldeias inteiras	Assolna, Velim e Ambelim	arrendamento por 9 anos	1 de Janeiro de 1779	Pedro António Alves	37010		
Casa Professa	chão baldio	Assolna	aforado desconhecido		Mateus Matias de Sousa		4	
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	Naroa	arrendamento trienal	1780-1783		2	2	30
Colégio Novo de São Paulo	Foros anuais	Ambarim			Pescadores	8		
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	Goa Velha - aqui descrita como uma aldeia	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		14		
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	Murda	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		25	2	30
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	São Tomé	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		30		
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	Mercurim	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		37	2	30
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	Moula	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		43		
Colégio Novo de São Paulo	Tafona de fazer pão	Goa	Aforada		Damaso Bento Pereira	48		
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	Bambolim	arrendamento trienal	1780-1783		62	2	30
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	Goltim	arrendamento trienal	1780-1783		67	2	30
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	Corlim	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		81		
Colégio Novo de São Paulo	Foros anuais	Caraïm			Comunidade de Caraïm	94		24
Colégio Novo de São Paulo	réditos anuais da arrematação sobre a metade da varzea Sacorla que cabia a este estabelecimento (detida a meias pelo Colégio Novo de São Paulo e a comunidade local)	Chorão	Arrematação	1781		107	2	30
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	Ella	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		107	2	30

Estabelecimento	Descrição do rendimento	Localidade	Tipo de contrato	Data	Concessionário	Xerafins	Tangas	Réis
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	Guadalupe	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		120		
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	Neura o Pequeno	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		126	4	
Colégio Novo de São Paulo	réditos de várzeas namoxins «Govanna, Deusuachy xetta, naim, e Tamquea xetta, Dacor xeta»	Chorão	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		156	2	30
Colégio Novo de São Paulo	Palmares Quere e Pobres	Chorão	arrendamento por 27 anos	19 de Novembro de 1780	Inácio Ferrão	160		
Colégio Novo de São Paulo	Horta do Colégio Novo de São Paulo		arrendamento por 27 anos	1 de Setembro de 1780	Balu Custam Porobo	160		
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	Azossim	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		161	3	
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	Gancim	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		163	4	
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	Cujira	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		236	2	30
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	Morombim o Pequeno	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		238		
Colégio Novo de São Paulo	Quinta de S. Rozalia		arrendamento por 27 anos	11 de Março de 1780	Simão Roiz Moreira	330		
Colégio Novo de São Paulo	3 Palmares	Mandur, Moula e Talaulim	arrendamento por 27 anos	2 de Janeiro de 1781	Manuel António Gonçalves	411		
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	Morombim o Grande	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		437	2	18
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	Navelim	arrendamento trienal	1780-1783		657	1	30
Colégio Novo de São Paulo	réditos de várzeas namoxins	Calapor	arrendamento trienal	1780-1783		660	1	36
Colégio Novo de São Paulo	Ilha de Quelossim	Quelossim	aforada <i>in perpetum</i>		Daquea Camotim	800		
Colégio Novo de São Paulo	réditos de várzeas namoxins	Jua	arrendamento trienal	1780-1783		805	1	
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	Neura o Grande	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		1030	3	
Colégio Novo de São Paulo	réditos da várzeas namoxins	Carambolim	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		1072		30

Estabelecimento	Descrição do rendimento	Localidade	Tipo de contrato	Data	Concessionário	Xerafins	Tangas	Réis
Colégio Novo de São Paulo	consignação que é obrigada a pagar todos os anos	Chorão			Comunidade de Chorão	1723	1	
Colégio Novo de São Paulo	réditos provenientes da arrematação das varzeas namoxins	Chorão	arrendamento trienal	1780-1783 (final)	???	1948	1	45
Colégio Novo de São Paulo	Palmares Curpavaro o grande, dito pequeno Fraz, Conno, Portaria Murdaly, horta Totemvelhovaddo..., etc, sitos em Quelossim; Palmar Arvale, Horta, e Tana sitos em Cortalim + anexos	Quelossim, Cortalim	arrendamento por 27 anos	12 de Setembro de 1780	Francisco Anelo	2560		
Colégio Velho de São Paulo	réditos anuais de meia tanga do recambio	Neura, o Grande	tanga de recambio	1781	aldeia	2	1	14
Colégio Velho de São Paulo	réditos anuais de sete tangas de Cunto	Verna	tangas de cunto	1781	aldeia	29	2	25
Colégio Velho de São Paulo	4 hortas de ananases (3 sitas no bairro de S. Tomé, e quarta no Monte)		arrendamento por 9 anos	1 de Maio de 1776	António de Figueiredo	72		
Colégio Velho de São Paulo	2 hortas de Santo Xavier		arrendamento por 9 anos		Padre Brás de Azeredo	240		
Colégio Velho de São Paulo	Palmar de Dabotim	Bambolim	arrendamento por 27 anos		Daquea Camotim	370		
Noviciado de Chorão	Fazendas de Carmona + 331 tangas, 2 barguenis, 21 leais anexos	Carmona	arrendamento por 27 anos		Rama Custam Porobo	2889	2	30
Colégio de Rachol	réditos anuais de um bargueny e 12 leais do cunto	Raia	barguenis e leais	1781	aldeia de Raia	6	4	43
Colégio de Rachol	Palmar Parlapa	Colua	arrendado por 27 anos		Gaspar Manuel Carvalho	6		
Colégio de Rachol	réditos anuais de 1 tanga, 3 barguenis e 22 leais do foro corrente	Nagoa	foro corrente	1781	aldeia de Nagoa	11	2	
Colégio de Rachol	Palmar Narsanale + anexos	Betalbatim e Donculim	arrendamento por 27 anos		José Nicolau Roiz	20		
Colégio de Rachol	foros anuais sobre a varzeas Zoissachy Nomoxy e chão Naranachy	Benaulim	foro		José Benedicto	33	1	0,5
Colégio de Rachol	réditos de oitava parte de vangor do foro corrente	Dramapor	foro corrente	1781	aldeia de Dramapor	41	3	40

Estabelecimento	Descrição do rendimento	Localidade	Tipo de contrato	Data	Concessionário	Xerafins	Tangas	Réis
Colégio de Rachol	réditos anuais de 1/3 do cattem	Davorlim	cattem	1781	aldeia de Davorilm	50	2	
Colégio de Rachol	várzeas namoxins	Sirlim	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		54		
Colégio de Rachol	réditos anuais de 3 tangas de cunto do foro corrente	Majorda	tangas de cunto	1781	aldeia de Majorda	57	1	41
Colégio de Rachol	réditos anuais de 5 tangas de Cunto	Majorda	tangas de cunto	1781	aldeia de Majorda	59	4	36
Colégio de Rachol	Palamres Patricalem, Dongri, Colegichi Xira + anexos		arrendamento por 27 anos		Miguel Francisco Barreto	60		
Colégio de Rachol	Horta do Colégio	Rachol	arrendamento por 9 anos		António Simões	72		
Colégio de Rachol	réditos anuais de 1/8 do vangor	Sarzora	vangor	1780	João Dias - morador local	93		15
Colégio de Rachol	Tafona e forno de pão - localizados no cerco do Colégio	Rachol	arrendado por 9 anos		Inácio Sebastião Gomes	100		
Colégio de Rachol	Palmares Bando mott, Santa Cruz, Vanspem, Deulagana	Talaulim	arrendamento por 27 anos		João de Sousa (solteiro)	127	2	30
Colégio de Rachol	3 marinhas de sal Vitupeito Agor, Gorrancho Agor, Gonsancho Agor	Talaulim	arrendamento por 27 anos		Quensoa Porobo Loundo	132		30
Colégio de Rachol	4 palmares + anexos de tangas de cunto	Donculim	arrendamento por 27 anos		Sebastião Furtado	140		
Colégio de Rachol	Palmares Danunguem e Raganaxetilem	Varca	arrendamento por 27 anos		Rama Custam Porobo	150		
Colégio de Rachol	Palmar Porta Xir e Ravalxetilem	Varca	arrendamento por 3 anos		Manel Ferrão	150		
Colégio de Rachol	réditos anuais de 44 tangas de foro corrente	Margão	tangas de foro corrente	1781	aldeia de Margão	220	3	59
Colégio de Rachol	4 Palmares Rasantoy, com 10 tangas e 17 leais anexos + Adquerantoy, com 2 barquenis anexos, Calquecalem, e Burealem	Varca	arrendamento por 27 anos		José de Bragança	221		
Colégio de Rachol	réditos «meyação» anual de 9 boticas	Raia	«meyação de boticas»	1781	aldeia de Raia	265	1	44
Colégio de Rachol	vários palmares	Majorda	arrendamento por 27 anos		Quensoa Porobo Loundo	300		

Estabelecimento	Descrição do rendimento	Localidade	Tipo de contrato	Data	Concessionário	Xerafins	Tangas	Réis
Colégio de Rachol	várzeas namoxins	Nagoa	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		499	4	45
Colégio de Rachol	9 palmares	Benaulim	arrendamento por 27 anos		Simão Caetano Gomes	550		
Colégio de Rachol	varzeas namoxins	Majorda	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		588		58
Colégio de Rachol	várzeas namoxins	Colua	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		671	3	21
Colégio de Rachol	Palmar de Ambicol o Grande + anexos	Curtorim	arrendamento por 27 anos		Daquea Camotim	720		
Colégio de Rachol	várzeas namoxins	Talaulim	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		901	2	39
Colégio de Rachol	Palmar Dramapor e sua várzea		arrendamento por 27 anos		Caetano Cabral	1000		
Colégio de Rachol	várzeas namoxins	Verna	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		1019	1	0,5
Colégio de Rachol	réditos anuais do arrendamento das varzeas namoxins	Cortalim	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		1262		21
Colégio de Rachol	réditos anuais do arrendamento das varzeas namoxins	Lotulim	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		1326		24
Colégio de Rachol	réditos anuais do arrendamento das varzeas namoxins	Varca	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		1371	0	58
Colégio de Rachol	várzeas namoxins	Benaulim	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		1562	1	46
Colégio de Rachol	Conjunto de palmares em várias localidades	Camorlim, Raia, Margão, Loutulim, Majorda, Calata	arrendamento por 27 anos		Daquea Camotim	1832		
Colégio de Rachol	várzeas namoxins	Margão	arrendamento trienal	1779-1782 (final)		2842	1	13
Colégio de Rachol	Ilha de Rachol	Rachol	arrendamento por 9 anos		Sonoba Sinay	3100		
Colégio de Rachol	foros anuais sobre um palmar de chão namoxim de pagoda	Margão	Foros		Pedro Caetano Velho		1	
Colégio de Rachol	Foros anuais sobre o chão «Dalpé»	Benaulim	foro		Fabriqueiro da Igreja			30

Estabelecimento	Descrição do rendimento	Localidade	Tipo de contrato	Data	Concessionário	Xerafins	Tangas	Réis
Província do Malabar	rendimento anual de 5,5 tangas	Neura o Grande	renda	1781	aldeia de Neura o Grande	24	2	
Província do Malabar	2 tangas e 30 leais	Dívar e Naroa	renda		comunidade local	64	3	36
Província do Malabar	Palmar Cotoca	Aquem	arrendamento por 27 anos		Pedro António Alves	155		
Província do Malabar	Palmar de Nossa Senhora da Vitoria de Betim(pertencente à capela local)	Pangim	arrendamento por 9 anos		Pascoal de Castro	180		
Província do Malabar	Pensão anual do administrador da capela do defunto Paulo Pereira		pensão sobre capelas		Caetano Francisco Pereira	200		
Província do Malabar	Palmar Damerem + anexos	Nachiola e em Tivim	arrendamento por 9 anos*		Chondru Camotim	310		
Província do Malabar	1217 tangas e 15 leais	Malar	renda		comunidade local	389	2	24
Província do Malabar	rendimento anual de 1432 tangas e doze leais	Goltim	renda		aldeia/comunidade de Goltim	458	1	23
Província do Malabar	Palmar Conchelim	Nachiola e em Tivim	arrendamento por 27 anos		Goinda Sinay	465		
Província do Malabar	rendimento anual de 2324 tangas e 15 leais	Navelim	renda		comunidade local	743	3	36
Província do Malabar	Palmar Golombo	Marna	arrendamento por 9 anos		Rama Custam Porobo	840		
Província do Malabar	Palmar Caissua	Chaporá	arrendamento por 9 anos		Rogu Porobo Tengo	13250		
Província do Japão	Pensão pela administração dos bens de João Fonseca (instituidor de uma capela)		pensão		Urbano Caetano Clemente	146		
Província do Japão	Palmar de Taleigão + anexos	Taleigão	arrendamento por 9 anos		Vitogi Sinai Dempo	4903		
Vice-Província da China	Foros anuais sobre imóveis residênciais, localizadas no Palmar de Senquero	Verem			Miguel Caetano Dias	2		
Vice-Província da China	Foros anuais sobre imóveis residênciais, localizadas no Palmar de Senquero	Verem			Joaquim Manuel de Sousa Menezes	5		
Vice-Província da China	Foros anuais sobre um chão e imóveis residênciais, localizadas no Palmar de Senquero	Verem			ferreiro	6		

Estabelecimento	Descrição do rendimento	Localidade	Tipo de contrato	Data	Concessionário	Xerafins	Tangas	Réis
Vice-Província da China	Foros anuais sobre imóveis residenciais, localizadas no Palmar de Senquero	Verem			herdeios de Paulo da Cunha	20		
Vice-Província da China	Foros anuais sobre imóveis residenciais, localizadas no Palmar de Senquero	Verem			Francisco Pereira Pimentel	24		
Vice-Província da China	Palmar Senquero	Verem	arrendamento por 27 anos		Vitoba Sinay	260		

Fonte: AHU, CU, *Índia*, cx. 359, «Relação de todos os bens que a Fazenda possui pela Administração do Confisco e seus rendimentos annuaes e as pençoens que os mesmos tem»; TC, Junta da Inconfidência, cod. 234, «Balanço Geral da Receita do confisco da Cidade de Goa, Estado da India do ano de 1784»